MARCO VALLADA LEMONTE

Profetas do Apocalipse: os autores ocidentais com visão "catastrofista" sobre o problema das nacionalidades na URSS

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Angelo de Oliveira Segrillo

São Paulo
2017

MARCO VALLADA LEMONTE

Profetas do Apocalipse:
os autores ocidentais com visão “catastrofista” sobre o problema das nacionalidades na URSS

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Angelo de Oliveira Segrillo

São Paulo
2017

Dedico aos meus avós Ruth Pinto Ferraz Vallada e Lydio de Oliveira Vallada Filho pelos constantes estímulos intelectuais em toda minha infância e adolescência e à Dinalva Santos Silva por todo cuidado, carinho e atenção comigo desde sempre.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Angelo Segrillo, pela imensa paciência diante da minha falta de experiência acadêmica em história, visto que sou formado em ciências sociais, e pela ajuda decisiva em delimitar um tema e estabelecer uma agenda de trabalho que fosse factível. Foi uma trajetória árdua, mas ele se revelou muito compreensivo diante dos inúmeros problemas extra-acadêmicos que atravancaram o desenvolvimento desta pesquisa e resultaram inclusive num pedido de trancamento do curso. Faço questão de salientar que sua dedicação foi muito além da mera obrigação profissional e sou profundamente grato a ele por ter acreditado neste trabalho e pelos esforços nele empreendidos.

Outra dificuldade que se colocou no percurso foi encontrar os livros que continham as fontes principais desta pesquisa, em sua grande maioria edições antigas e sem versões eletrônicas, indisponíveis nas bibliotecas e livrarias do Brasil. Aqui, mais uma vez, a ajuda do meu orientador foi decisiva e faço um agradecimento especial a ele e à sua esposa, Lorraine Spiegler, por terem facilitado a aquisição desses materiais, que foram indispensáveis ao prosseguimento da pesquisa, trazendo-os dos Estados Unidos para mim.

Aos professores Luiz Bernardo Pericás e Bruno Gomide pela valiosa contribuição para o melhor direcionamento do estudo, na fase de qualificação.

À minha mãe, Ruth Vallada, pelo constante apoio e paciência e por todas as oportunidades que me deu na vida, inclusive a de ter passado quatro meses na Rússia entre 2010 e 2011, experiência que veio a despertar a minha curiosidade e paixão por alguns dos temas aqui estudados. Ao meu pai, Edner Lemonte, que sempre me incentivou a seguir na vida acadêmica e que não cansa de contar a anedota sobre o dia em que fomos à praia e, para sua estupefação, ao invés de eu entrar no mar com ele, fiquei na sombra lendo e grifando livros antiquíssimos sobre a União Soviética.

À Natália de Siqueira Marques, pelo companheirismo e paciência diante deste trabalho, que parecia interminável, e pela ajuda na revisão completa antes do depósito.

À minha tia Renata e aos meus primos Pedro e Beatriz pelas conversas sempre agradáveis e divertidas em almoços de família.

Aos meus colegas Theo Ribeiro Carvalho de Almeida, Ana Carolina dos Santos e César Albuquerque pelas conversas edificantes e pela oportunidade de compartilhar experiências ao longo da pós-graduação.

À memória da minha avó Ruth Pinto Ferraz Vallada, que também foi aluna desta faculdade e tenho certeza que estaria muito orgulhosa se pudesse me ver numa banca de mestrado. Ela deixa muitas saudades. À memória de Dinalva Santos Silva, que sempre cuidou de mim como se fosse um filho, por todo carinho e pela importância fundamental que teve na minha vida. Ao meu avô Lydio de Oliveira Vallada Filho que, embora formado em odontologia, sempre foi obcecado pela história da Segunda Guerra Mundial e, desde criança, me instigou uma paixão pela historiografia.

RESUMO

O desmantelamento da URSS foi um dos processos políticos mais importantes do século XX, tendo sido causado, em grande medida, pelas demandas por independência, oriundas do seu tipo mais importante de entidades federadas, as Repúblicas.

Antes da Perestroika eram poucos os especialistas, mesmo dentre os chamados "sovietólogos" ocidentais, aqueles que arriscariam fazer previsões sobre um possível e iminente colapso, seguido de desintegração, do poderoso Estado soviético, cuja estatura política, militar e demográfica era capaz de rivalizar com os Estados Unidos ao menos desde o término da II Guerra mundial.

Neste trabalho apresentamos e analisamos o trabalho de autores ocidentais que chegaram a cogitar a possibilidade de fragmentação política do Estado Soviético, levando em consideração a gravidade da questão etnonacional para a antecipação de um cenário desintegracionista, analisando quais fatores influenciaram no menor ou maior grau de precisão dos cenários prospectivos traçados.

ABSTRACT

The dismantling of the Soviet Union was one of the most important political processes of the twentieth century, having been caused, to a large extent, by demands for independence arising from its most important type of federated entities- the Republics.

Before perestroika there were few western specialists, even among the so-called "sovietologists", who would risk making predictions about a possible and imminent collapse, followed by desintegration, of the mighty Soviet State, whose political, military and demographic stature was able to rival the United States at least since the end of World War II.

In this paper we present and analyze the work of western authors who have come to consider the possibility of political fragmentation of the Soviet State, taking into account the seriousness of the ethnonational question for the anticipation of a disintegrationist scenario, analyzing which factors influenced the lower or greater degree of accuracy of the prospective scenarios which they designed.

SUMÁRIO

Introdução geral ao problema das nacionalidades na URSS 9

Capítulo 1: Teorias sobre o fenômeno do nacionalismo 18

Capítulo 2: Uma breve recapitulação histórica das relações interétnicas na Rússia/URSS.....36

Capítulo 3: Análise dos autores "catastrofistas" ocidentais sobre o problema das nacionalidades na URSS 71

Capítulo 4: Contraposição com a posição de alguns autores "não catastrofistas" ocidentais para efeito de contraste 116

Conclusão 129

Anexo: Telegrama diplomático secreto norte-americano sobre o problema das nacionalidades na URSS.....135

Fontes e bibliografia 143

Introdução geral ao problema das nacionalidades na URSS

Gorbachev, em seu relatório político do Comitê Central no XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1986, no início da perestroika, disse as seguintes palavras sobre a questão nacional na URSS:

> A Grande Revolução Socialista de Outubro lançou as bases para a resolução da questão nacional em nosso país. Baseando-se nos ensinamentos de V. I. Lenin e nas conquistas do socialismo, o Partido Comunista realizou um imenso trabalho de transformação neste campo. Seu resultado é uma conquista notável do socialismo, que enriqueceu a civilização mundial. A opressão nacional e a desigualdade entre as nacionalidades foram definitivamente extintas [...] O povo soviético é uma forma qualitativamente nova de comunidade social e internacional, cimentada pela unidade de interesses econômicos, ideologia e objetivos politicos.[1]

Ou seja, em um relatório em que já fazia observações radicalmente críticas sobre outros aspectos da vida social do país (em especial a economia), em relação à questão nacional Gorbachev, como tradicionalmente em documentos soviéticos anteriores (e diferentemente do que o próprio Gorbachev constataria nas etapas posteriores da perestroika), tinha ainda uma visão bastante rósea e positiva das realizações nesse campo. Essa era a versão oficial soviética desde várias décadas atrás até ali: que o problema nacional tinha sido resolvido na URSS e que as (muitas) nacionalidades daquele estado multinacional conviviam basicamente em harmonia.

---

[1] Gorbachev (1986).

Seria essa deveras a realidade do país? Estariam os problemas nacionais, de convivência entre as diferentes nacionalidades ("nações") daquele estado oficialmente multinacional, basicamente resolvidos e ocasionais focos de tensão poderiam ser solucionados ou controlados dentro do próprio sistema? Certamente era essa a posição dos autores soviéticos afinados com a doutrina oficial do partido. Mas, por incrível que pareça, até perto de 1985, o ano inicial da perestroika, a maioria dos especialistas ocidentais sobre o assunto, mesmo entre os mais críticos do sistema comunista, pareciam concordar com a noção que os problemas nacionais estavam basicamente resolvidos ou controlados dentro do sistema soviético e que as tensões que existiam não estavam em nível alto, ou em condição, suficiente para colocar em risco o sistema.[2] Por isso se torna ainda mais relevante lembrar os nomes daqueles estudiosos que, mesmo antes da perestroika, apontaram a questão nacional como um fator que poderia levar à desintegração da URSS. Autores como Alexandre Bennigsen, Marie Broxup, Hélène Carrère d´Encausse e o próprio Brzezinski apontaram, mesmo antes do início da perestroika, para o potencial desestabilizador ou desintegrativo do problema nacional na URSS. Por isso são chamados aqui de "catastrofistas" para marcar sua *differentia specifica* em relação aos outros observadores. Isso se torna ainda mais importante, pois, à primeira vista, a desintegração da URSS em 1991 se deu em bases "nacionais" com cada uma das 15 repúblicas constitutivas (nomeadas a partir de suas nacionalidades titulares) se separando daquele corpo integrativo maior que era a URSS. Veremos posteriormente se esse quadro *prima facie* correspondeu à realidade (teria sido o fator nacional uma variável independente nesse processo?) ou se um quadro mais nuançado, com outros fatores intervindo, deve ser traçado. Por enquanto, façamos um breve apanhado da questão nacional da URSS como vista por autores ocidentais e também uma pequena resenha histórica do desenvolvimento das relações interétnicas na Rússia/URSS.

Os autores ocidentais

[2] Ver, por exemplo, Azrael (1978), Bialer (1980), Zaslavsky (1982), Lapidus (1983).

O desmembramento da URSS foi um dos eventos históricos de maior importância do Século XX.[3] Antes de 1985, ano de início da perestroika, eram poucos, mesmo dentre os especialistas "sovietólogos" ocidentais, os que arriscariam fazer previsões sobre um possível e iminente colapso e fragmentação do poderoso Estado soviético, grande potência geopolítica de alcance global, cuja estatura política, militar e demográfica era capaz de rivalizar com os Estados Unidos levando a uma situação de bipolaridade nas relações internacionais. Embora os dois Estados de extensão continental tivessem populações multiétnicas e multiconfessionais, as características demográficas da URSS eram muito distintas dos EUA. À diferença do *melting pot* americano, cuja sociedade oferecia oportunidades para a rápida integração e assimilação de imigrantes (sendo a imigração elemento fundamental para a expansão demográfica e ocupação territorial dos vastos territórios norte-americanos desde ao menos o século XVIII), com a nacionalidade americana definida pelo *jus soli*, na URSS a política de definição da nacionalidade via *jus sanguinis* acabava ironicamente por minar o ideal marxista do regime soviético de gradual arrefecimento dos sentimentos nacionalistas dos diversos grupos etnonacionais da União. Havia uma distinção juridicamente formalizada entre etnia e cidadania, devendo a informação sobre o pertencimento étnico estar formalmente registrada nos passaportes e outros documentos de identidade dos cidadãos soviéticos. No passaporte interno (a "carteira de identidade") dos soviéticos havia dois itens distintos. Em um estava escrito a cidadania ("cidadão soviético"); no outro a nacionalidade (por exemplo, russo, ucraniano, checheno, entre as mais de cem nacionalidades possíveis da URSS)

A rivalidade entre as duas superpotências levou a constantes e sistemáticos esforços de ambas as partes por obter o máximo possível de informações e gerar conhecimento sobre a parte rival, no afã de tentar tornar o máximo possível previsíveis as suas intenções. Nesse sentido foram maciços os investimentos e esforços de parte a parte não apenas em agências de inteligência e coleta de informações sigilosas do lado rival, mas também em âmbito acadêmico. Nos Estados Unidos e em alguns países aliados criou-se um campo especializado de estudos, uma verdadeira "sovietologia". Na presente dissertação, o foco estará concentrado sobre a produção acadêmica dos assim chamados sovietólogos

[3] Nesta dissertação, a não ser que indicado em contrário, a tradução das citações de trechos de livros em língua estrangeira é do presente autor.

ocidentais sobre a questão das nacionalidades na URSS. Alguns desses estudiosos, como Richard Pipes e Zbignew Brzezinski, atuaram em cargos estratégicos da política externa americana e, por conseguinte, tiveram acesso a informações privilegiadas dos serviços da *intelligence community* dos Estados Unidos. Pipes foi membro do Conselho de Segurança Nacional no governo Reagan e Brzezinski foi Conselheiro de Segurança Nacional (National Security Advisor) na Administração Carter.

Mas por que então, mesmo apesar de todo o volume de investimentos públicos nos estudos "sovietológicos" foram poucos dentre estes estudiosos os que chamaram a atenção para a gravidade da questão etnonacional na URSS? E mesmo os que o fizeram, buscaram evitar posições muito assertivas a este respeito. Como é possível a questão etnonacional ter sido tão relativamente subestimada entre estes especialistas? Teriam eles se deixado levar pelas narrativas róseas soviéticas sobre a comunidade fraternal dos povos rumo à consolidação de uma identidade nacional especificamente soviética, uma identidade coletiva do *sovietskii narod* ("povo soviético") que se sobreporia às identidades étnicas tradicionais? Ou teriam eles dado menor relevo à gravidade da questão etnonacional por acreditarem que outros problemas de natureza econômica ou política a precederiam em importância? A simples hipótese de dissolução e fragmentação política da URSS poderia ser aventada? Neste trabalho apresentaremos alguns autores que chegaram a cogitar um cenário de fragmentação política do colossal Estado soviético, levando em consideração a gravidade da questão etnonacional para a formação deste cenário. O termo "catastrofistas" que empregamos no título refere-se especificamente a este tipo de análise prospectiva sobre um possível colapso da URSS. Dentre o vasto universo dos sovietólogos ocidentais foram relativamente poucos os que traçaram tais cenários "catastrofistas", e, mesmo dentre estes, poucos esboçaram a questão das nacionalidades como uma variável independente em suas análises.

Aqui entra uma das principais hipóteses que gostaríamos de analisar neste trabalho. Seria possível considerar a questão etnonacional como variável independente entre os fatores que levariam ao desmantelamento da URSS? Ou a questão etnonacional teria sido apenas um *conduíte* para a canalização de insatisfações e problemas de ordem eco-

nômica ou política, como defende Segrillo?[4] Nosso objetivo principal neste trabalho é realizar uma revisão de literatura sobre as previsões "catastrofistas" que envolveram em sua análise o tema etnonacional, discutindo por meio desta revisão a gravidade da questão na URSS, e se esta foi ou não desdenhada pelos principais sovietólogos, se foi ou não desdenhada pelo regime soviético e como isto contribui para o nosso conhecimento histórico sobre as causas do declínio soviético. Qual teria sido o papel da questão etnonacional neste declínio? Variável dependente ou independente? A questão etnonacional estava estabilizada e não havia possibilidade real da emergência de movimentos nacionalistas separatistas? O etnonacionalismo só pôde emergir num cenário de estagnação econômica e reformas fracassadas promovidas pela *perestroika* ou era um potencial de conflito latente que poderia explodir a qualquer momento independentemente de outros fatores?

Para melhor discutir essas questões, faremos no capítulo 1 uma breve revisão selecionada da bibliografia teórica sobre nações e nacionalismos, visto que o debate teórico a este respeito é extremamente diversificado e complexo, com autores adeptos de premissas e perspectivas muito divergentes entre si. Tentaremos transpor o intenso debate teórico interdisciplinar sobre nações e nacionalismos ao caso da URSS, examinando como os diferentes sovietólogos ocidentais se utilizaram ou ignoraram algumas dessas premissas teóricas para construir seus cenários "catastrofistas".

No capítulo 2 delinearemos uma recapitulação histórica, sinóptica, do processo de formação e expansão do Império Russo, com o intuito de dar destaque para o desenvolvimento das relações interétnicas, conforme o império anexava aos seus domínios territórios povoados por populações de etnias e religiões diversas. Veremos como a Revolução Bolchevique lidou com a questão das nacionalidades, conforme foi herdada do Império Russo, mostrando as diferentes abordagens que foram tentadas em cada período. Por fim, daremos maior destaque aos desenvolvimentos ocorridos no período posterior a 1985, após as reformas de Gorbachev, sublinhando como a perestroika deu vazão a uma série de demandas autonomistas, soberanistas e irredentistas nas repúblicas, levando, inclusive, à eclosão de conflitos armados entre duas entitades federadas (Armênia e Azer-

[4] Segrillo (2000, p.21).

baijão) e conflitos separatistas dentro dos territórios das repúblicas (casos da Moldávia e Geórgia).

No capítulo 3, exporemos e comentaremos criticamente os principais argumentos dos autores que consideramos ter sido os que apontaram, de forma mais incisiva, para o potencial "catastrofista", da questão das nacionalidades na URSS. Por catastrofista, designamos a perspectiva de que a questão etnonacional poderia acarretar uma crise generalizada ou colapso total do Estado.

No capítulo 4, os autores "catastrofistas" sofreram o contraponto de outros autores ocidentais não catastrofistas. Na Conclusão estabeleceremos nossas considerações finais comparativas.

A seguir traçaremos, ainda neste capítulo introdutório, um panorama de alguns aspectos essenciais da questão das nacionalidades na URSS.

A determinação das nacionalidades na URSS: a preponderância do jus sanguinis

O *jus sanguinis* ("direito do sangue") é o critério de determinação da nacionalidade que considera nacional o indivíduo com base em sua filiação, isto é, na nacionalidade de seus genitores, contrapondo-se ao *jus soli* ("direito do solo"). Pelo critério do *jus soli*, o indivíduo terá a nacionalidade do Estado em que tiver lugar seu nascimento, independentemente de sua ascendência, ao passo que o *jus sanguinis* a visa a conservar os laços de nacionalidade tendo por fundamento a consanguinidade.

Na URSS a nacionalidade originária era determinada via *jus sanguinis*. Em se tratando de um Estado que se autoproclamava "multinacional", o resultado prático desta política foi a perenização das diferenças etnonacionais entre os cidadãos. Havia mais de cem nacionalidades distintas na URSS. A "nacionalidade" (*natsionalnost'*) era formalmente declarada nos documentos de identidade soviéticos, com base na nacionalidade dos genitores. Desta forma, filhos de pais russos seriam automaticamente declarados como russos e filhos de pai e mãe uzbeques seriam uzbeques, etc. Para casos de crianças nascidas em casamentos mistos, era necessário escolher a nacionalidade de um dos progenitores para atestar no documento de identidade. Assim, por exemplo, o filho de pai russo e mãe estoniana teria que escolher uma destas nacionalidades. Mas é necessário ter em

mente que o conceito soviético de nacionalidade difere do consagrado em estados-nações baseados no *jus soli*, como o Brasil, EUA, França, Inglaterra e a maioria dos países ocidentais. A palavra nacionalidade (*natsionalnost'*) em russo não é equivalente a cidadania. A cidadania (*grazhdanstvo*) é um conceito à parte. Assim, havia de um lado a cidadania soviética, comum aos nacionais de todas as repúblicas, independentemente de sua nacionalidade. Por outro lado, uma "nacionalidade" deveria ser declarada em seu documento de identidade, que era definida com base no *jus sanguinis*. Embora o ideal declarado da URSS fosse a eventual criação de uma identidade supranacional soviética, um *homo sovieticus*, a política de determinação da nacionalidade com base no *jus sanguinis* acabou cristalizando as diferenças étnicas.

Historicamente, a nacionalidade na Europa Central, Oriental, Cáucaso e Oriente Médio tem sido determinada com base no conceito de *jus sanguinis* e não de *jus soli*, ao contrário do que prevalece nas identidades nacionais dos Estados do continente americano e na Europa ocidental. Isto em grande parte reflete a história política e social daquelas regiões, que tiveram seu passado marcado pelos domínios dos impérios multiétnicos, como o foram até o início do século XX os impérios Russo, Otomano e Austro-Húngaro.

Nesses tipos de domínios imperiais havia a convivência de populações de diversos grupos etnolinguísticos diferentes, que se espalhavam de forma frequentemente dispersiva pelos territórios desses impérios, conquanto existissem territórios específicos que funcionavam como verdadeiros enclaves étnicos. As relações interétnicas frequentemente acarretavam tensões no interior destes impérios e seus governantes testaram, ao longo do tempo, diferentes estratégias para a acomodação das etnias dentro desse modelo de Estado multiétnico. Desde os tempos do Império Russo havia diferenciação formal entre os russos étnicos e demais súditos do Império, evidente até mesmo na distinção lexical existente no idioma russo entre dois termos diferentes para o conceito de nacionalidade: *russkii* e *rossiyanin* (ou nas formas plurais, respectivamente, *russkie* e *rossiyane*). O primeiro destes termos remete à nacionalidade, ao passo que o segundo se refere à cidadania. Assim, em princípio, todos os nascidos na Rússia são *rossiyane* (i.e., cidadãos da Rússia) mas nem todos são *russkie* (= russos étnicos). Um checheno, por exemplo, é *rossiyanin* sem ser *russkii*.

A especificidade das terminologias soviéticas

Os censos soviéticos faziam distinção entre três categorias de grupos étnicos: *natsional'nost'*, *narodnost* e *inostrannyi men'shistvo*, em tradução livre respectivamente "nacionalidade", "subnacionalidade" e "minoria estrangeira". Portanto, como já dissemos anteriormente, deve-se levar em conta a especificidade do termo *natsional´nost´* na terminologia russo-soviética, pois esta palavra, apesar de cognata com o termo "nacionalidade" em português ou *nationality* em inglês, abrange alguns conceitos bastante peculiares no contexto russo-soviético.

Para fins de censos populacionais, na URSS eram consideradas *natsional'nosti* ("nacionalidades") os grupos étnicos com pelo menos 300 mil habitantes. Assim, todos os grupos étnicos "titulares" das repúblicas eram considerados nacionalidades. Outras etnias que não possuíam território nacional próprio como os tártaros da Criméia, judeus, tártaros de Kazan', tártaros do Bashkíria, tártaros da Criméia, carelianos, etc se enquadravam na categoria das nacionalidades por causa de suas magnitudes demográficas.[5] Já dentre as *narodnosti* ("subnacionalidades") estavam as populações menos numerosas, normalmente populações autóctones de regiões isoladas tais como os tchuktches (da Tchukotka, no Extremo Leste), os calmucos, nenets, dentre outros. E por fim, no grupo das *minorias estrangeiras* contavam-se, por exemplo, os coreanos, com grupos residuais de imigrantes. Entretanto, fora do propósito das estatísticas oficiais, o termo nacionalidade era usado de forma mais livre, de modo que frequentemente eram feitas alusões à existência de mais de cem nacionalidades na URSS, na tradução para outras línguas.

É importante frisar a especificidade das terminologias soviéticas a fim de evitar confusão conceitual ou semântica quando traduzirmos do russo ao português e vice-versa. Por exemplo, no Brasil, quando se fala em "problemas nacionais", a palavra nacional é utilizada como se fosse sinônimo de Brasil ou Estado brasileiro. Ao tratarmos da URSS ou de seus Estados sucessores, a mesma expressão "problemas nacionais" não faz alusão

[5] Embora não fossem titulares de repúblicas nacionais, os carelianos e tártaros de Kazan possuíam territórios autônomos dentro da RSFSR. Também havia um Território Autonômo dos Judeus, que apesar da titularidade, não chegou a ter sequer maioria judaica e se localizava numa região remota do extremo leste da Rússia. Os Tártaros da Criméia foram deportados em massa por Stalin e não tiveram seu território nacional restaurado.

ao Estado, mas sim ao contexto étnico e das relações interétnicas. Desde sua formação em 1922, a URSS se definiu como um Estado multinacional federativo, nunca como Estado nacional.

Capítulo 1
Teorias sobre o fenômeno do nacionalismo

A problemática relativa às nações, grupos étnicos e movimentos nacionalistas é bastante complexa, variada e sujeita a discordâncias e querelas entre os diversos autores e escolas teóricas e metodológicas as quais estes se afiliam. O debate é nuançado e a mera tentativa de delinear claramente os contornos entre diferentes "escolas" de teóricos do nacionalismo representa um grande desafio. Há dissonância entre os principais autores quanto às próprias definições de nação, etnia, nacionalismos e outras formas de identidade coletiva como as religiões ou mesmo identidades "civilizacionais".

Algumas controvérsias sobre definições de conceitos básicos sobressaem. A mais manifesta diz respeito à própria definição do que é uma nação. Outra questão controversa refere-se à historicidade das nações, isto é, quando surgem as nações e quando surgem os nacionalismos? Os nacionalismos surgem com as nações ou o nacionalismo gera nações? Uma controvérsia sobressalente diz respeito à interpretação de qual seria a força motriz do nacionalismo, seria esta o capitalismo, o processo de modernização, a imprensa capitalista, os sistemas de comunicação modernos?

Neste capítulo serão apresentadas brevemente algumas das principais teorias sobre nações e nacionalismos, observando os seus debates teóricos, pressupostos conceituais e contendas acerca da própria definição de nações e nacionalismo, bem como sobre a historicidade dos mesmos. Esta revisão do debate teórico é necessária, em primeiro lugar, para termos em perspectiva as diversas e nem sempre convergentes possibilidades analíticas sobre o fenômeno das nações e nacionalismos e, em segundo lugar, para que possamos avaliar criticamente as narrativas apresentadas pelos autores que fizeram análises sobre a gravidade da questão das nacionalidades na URSS.

É importante ter em vista que esses autores, embora mais preocupados com um imediato problema empírico, partem de seus próprios pressupostos teóricos para a análise dos fenômenos nacionalista. É assim com Carrère d'Encausse, Motyl, Pipes, Brzezinski, Todd e Conquest: a análise proposta por eles é empírica, mas é importante termos em

vista seus pressupostos teóricos. Por exemplo, seria Carrère d'Encausse adepta de uma visão primordialista sobre a questão das nacionalidades? Qual a influência do debate teórico geral sobre nações e nacionalismos sobre estes autores? Uma crítica comum a eles é que eles teriam ignorado os debates interdisciplinares sobre nações e nacionalismos e adotado perspectivas primordialistas. Essa é uma questão importante, à qual retornaremos com certa frequência nos capítulos seguintes. Por ora, voltemos ao quadro geral deste debate acadêmico.

Comecemos pelo mais básico: a definição de "nação". O que é uma nação, afinal? Diferentes autores dão diferentes concepções, por vezes divergentes. Por exemplo, podemos arrolar algumas das mais famosas definições de nação a partir dos autores que a formularam. Seis exemplos podem demonstrar a divergência conceitual entre eles:

1) Hobsbawn (em "Nações e Nacionalismo desde 1870"): "Este livro não contém uma definição a priori do que constitui uma nação. Como hipótese inicial de trabalho trataremos como nação qualquer corpo suficientemente grande de pessoas cujos membros consideram-se membros de uma nação".

2) Stalin (em "Marxismo e Questão Nacional"): "Uma nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica que se manifestam em uma cultura comum".

3) Benedict Anderson (em "Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism"): "Uma nação é ... uma comunidade política imaginada: imaginada como inerentemente limitada e soberana" [...] "Ela é imaginada porque seus membros nunca conhecerão seus outros membros face a face... É imaginada como limitada porque mesma a maior delas é finita, não englobando a humanidade inteira... É imaginada como soberana porque nasceu na época do Iluminismo e da Revolução que, ao destruir o reino dinástico de origem divina, deixou a liberdade humana incorporada em estados reguladores soberanos... E é uma comunidade porque é concebida como um companheirismo profundo e horizontal".

4) Sieyès (em “Qu’est-ce qu’une nation?”): “un corps d’associés vivant sous une lois commune et répresenté par la même legislature” ("Um corpo de associados vivendo sob uma lei comum e representado por uma mesma legislatura").

5) John Hutchinson: “A nação é uma comunidade étnica-cultural formada por mitos compartilhados de origens, um sentido de história e modo de vida comuns, e ideias particulares de espaço que dotam seus membros com identidade e propósito”.

6) Hugh Seton-Watson (em “Nations and States: an enquiry into the origins of nations and the politics of nationalism”, 1977): "Tudo que posso dizer é que uma nação existe quando um número significativamente grande de pessoas em uma comunidade se considera como formando uma nação ou se comportam como se tivessem formado uma".

Temos aí desde definições “voluntaristas”, como as de Hobsbawn e de Hugh Seton-Watson, até definições mais ortodoxas, descritivas e normativas, como as de Stalin e de Sieyès, passando por definições de cunho cultural como a de Hutchinson. Todas elas são problemáticas no sentido em que definir nações na realidade a partir delas provavelmente representará a exclusão de certos grupos étnicos que poderiam ser considerados nações a partir de outros critérios.

Por exemplo, a minuciosa definição de Stalin exige que a comunidade tenha um território para poder ser considerada nação. Na época em que Stalin escreveu o livro (no início do século XX), os judeus, por exemplo, não poderiam ser considerados uma nação, pois então não tinham território próprio. Igualmente, fugir para o outro oposto, como Hobsbawan e Hugh Setton-Watson, e aceitar que qualquer grupo relativamente grande que se considera uma nação o seja, pode significar evadir o debate e criar confusão conceitual. E não só porque podemos imaginar uma discriminação contra os grupos pequenos.

As diferentes definições do que é uma nação geralmente refletem o pano de fundo da posição do autor em relação aos grandes debates que dividem os teóricos do nacionalismo. A principal questão é histórica. Seriam as nações fenômenos modernos, relativamente recentes (e até, talvez, artificialmente criados)? Ou as nações seriam algo antigo

(ou mesmo perene, como defendem alguns), uma identidade que há séculos vem mantendo um caráter integrativo comum entre certas comunidades? Esse é o principal divisor de águas dentre as diferentes teorias do nacionalismo. De maneira geral, podemos seguir o modelo de Daniele Conversi e dividir as diferentes teorias sobre esse assunto em dois grandes debates paradigmáticos.[6] O que opõe "modernistas" a "perenialistas" e o que opõe "instrumentalistas" a "primordialistas".

O que separa os modernistas dos perenialistas é a questão da "idade" das nações. As nações são um fenômeno recente, ligado à época moderna, ou já existiam em tempos antigos ou imemoriais? Modernistas como Eric Hobsbawn, Benedict Anderson e Ernest Gellner defendem que as nações são um fenômeno recente e ligado à modernidade. Divergem entre si sobre os "motores" principais desse processo. Por exemplo, marxistas, como Hobsbawn, tendem a associar o nacionalismo ao capitalismo, especialmente o capitalismo nascente. A unificação do mercado nacional após o fim do feudalismo teria fornecido um forte impulso para a ideologia do nacionalismo e da ideia da nação como um todo inquebrantável.

Ernest Gellner associa o desenvolvimento do nacionalismo em especial ao processo da industrialização. A indústria moderna teria impulsionado também a nação moderna. Benedict Anderson cita o que chama de "capitalismo de imprensa" como um dos grandes impulsionadores na formação das nações modernas. A ligação do capitalismo com os meios da imprensa moderna (que aumentava em muito as possibilidades de comunicação sistemática das novas ideologias unificadoras) revelou-se extremamente potente nesse sentido. Já para perenialistas, como Adrian Hastings, a nação é um fenômeno que vem desde a Antiguidade (Hastings cita os judeus como um exemplo claro disso).[7]

O debate entre "instrumentalistas" e "primordialistas" se dá sobre o caráter "natural" ou "artificial" do fenômeno das nações e do nacionalismo. Para os instrumentalistas (ou "construtivistas") a nação é um fenômeno socialmente criado e não algo dado na natureza. Já os primordialistas apontam para as literais descendências genéticas (a ideia de que os membros de uma nação têm uma origem ou ascendentes comuns) ou para o caráter natural de uma "família estendida" das nações para afirmar que as nações não são um

[6] Conversi (2007, p. 15)
[7] Hastings (1997)

produto artificialmente criado, mas sim que são relações que evolveram dentro da natureza e, portanto, seus aspectos em comum não são artificialidades e sim expressões naturais de socialização que refletem necessidades psicológicas e biológicas do homem como ser humano. Pierre Van den Berghe, por exemplo, considera os sentimentos étnicos como uma extensão das ligações de parentesco.[8]

De maneira geral, modernistas tendem a ser também instrumentalistas e os perenialistas geralmente têm afinidade com o primordialismo. Mas isso nem sempre é assim e os dois debates devem ser mantidos separados.[9]

A questão da historicidade das nações estabelece um corte transversal neste debate, criando uma clivagem entre modernistas e perenialistas. Smith tenta construir uma ponte entre modernismo e perenialismo com a sua proposta de abordagem etnossimbolista. Segundo Smith, "Para muitas pessoas, e não somente nacionalistas, a história e a historicidade são centrais para o conceito de nação".[10] Desta forma, a questão sobre a antiguidade ou modernidade das nações foi tratada pelos principais autores deste campo de estudos, tais como Deutsch, Kedourie, Breuilly, Gellner, Hobsbawm e Ranger, Hroch, Hobsbawm, Greenfeld, Walker Connor, Hastings e Smith.[11] Mas por que a sequência histórica e a periodização são tão centrais para o debate teórico sobre nações e nacionalismos? Segundo Smith (2003 p. 110, 2004,p.3-4), tal relevância da historicização se deve à necessidade dos principais paradigmas teóricos de inserir as questões referentes às nações e nacionalismos dentro de uma narrativa que contemple de forma mais ampla certas dinâmicas de transformação social.

Estas narrativas tendem a se utilizar de grande interdisciplinaridade, recorrendo a fatores econômicos, sociológicos, políticos, antropológicos, dentre outros, como elementos explicativos. Desta forma, há uma grande ruptura de paradigmas em torno do fator "modernidade". As nações são necessariamente fenômenos recentes e objetivamente de-

---

[8] Van den Berghe (1981, p. 80).

[9] Um exemplo dessas exceções é John Connor (1993 e 2004), um modernista que critica o instrumentalismo.

[10] Smith (2004, p.3).

[11] Deutsch (1953), Kedourie (1960), Breuilly (1982), Gellner (1983), Hobsbawm e Ranger (1984), Hroch (1985), Hobsbawm (1990), Greenfeld (1992), Walker Connor (1994) e Hastings (1997) e Smith (1986, 2003, 2004, 2010).

rivados das grandes mudanças sociais e econômicas iniciadas com a expansiva modernidade européia?

O principal paradigma teórico, predominante na academia, é justamente o modernismo, que sustenta que as nações são de fato um fenômeno historicamente novo. Veremos adiante, no entanto, que diferentes autores modernistas possuem pontos de vistas diferenciados entre si, apesar de terem em comum a posição acerca da recente historicidade destes fenômenos. Entretanto, a premissa de que as condições de surgimento do fenômeno nacional se encontram especificamente na modernidade estabelecem um ponto de inflexão teórica que permite enquadrá-los dentro de um mesmo paradigma.

Peguemos o exemplo de Gellner, autor arquetípico dentre os modernistas. Sua teoria sobre nações e nacionalismos tem como premissa a exigência de condições específicas da modernização para o surgimento do fenômeno nacional. Essas condições principais seriam a industrialização, a urbanização e o decorrente surgimento de um sistema de educação em massa, utilitária para as novas atividades profissionais da modernidade. Deste modo, Gellner vincula diretamente a uma série de mudanças de ampla magnitude no tecido social o surgimento deste fenômeno. Segundo Gellner há uma ruptura radical entre a sociedade agrária e a sociedade industrial.[12] Esta ruptura atinge as mais básicas estruturas da vida social e, desta forma, altera profundamente os arranjos pré-estabelecidos de identidade coletiva.

Para Gellner, as sociedades agrárias possuiriam estruturas sociais nitidamente delimitadas por especializações profissionais, grupos de parentesco, grupos clericais, camponeses, nobreza, etc.[13] Nesse tipo de sociedade haveria grandes distinções culturais entre os diversos grupos sociais, já que existia pouco espaço de socialização entre os diferentes estratos sociais. Com o advento da industrialização, segundo Gellner, ocorreria uma radical quebra de paradigma.[14] A sociedade industrial exigiria certo nível de homogeneização cultural para assegurar a mobilidade da mão-de-obra dentro do Estado. As necessidades econômicas do Estado demandariam, então, um modelo de educação básica padronizada para garantir a mobilidade e homogeneidade da população, de modo a supe-

[12] Gellner (1983, p. 63-65).
[13] Gellner(1983, p.63).
[14] Gellner(1983, p.63).

rar as barreiras culturais dos diferentes grupos sociais da pré-modernidade. A esta ruptura radical das estruturas sociais tradicionais, trazida pela modernidade, Gellner denominará "entropia social".[15]

Este autor reconhece, no entanto, que a persistência de determinadas características culturais pré-industriais podem constituir obstáculos consideráveis à entropia social, especialmente distinções sensíveis de grupos étnicos diferentes, especialmente nos casos em que as estratificações sociais pré-modernas se deram também em linhas étnicas, como o foi, por exemplo, no Império Austro-Húngaro do século XIX até seu colapso, em que certas etnias continuaram a se concentrar em determinadas atividades - judeus e alemães no comércio, tchecos, eslovacos, ucranianos e poloneses na agricultura. [16] Não obstante reconhecer a persistência da identidade étnica, Gellner parece minimizá-la como pertencente a "baixas culturas", que podem se constituir em "alta cultura" somente dentro do quadro de uma sociedade industrial dotada de um Estado. O fator étnico parece ser considerado marginal, no máximo constituindo uma fonte para a criação da alta cultura de um Estado industrializado. No modelo de Gellner, somente as "altas culturas" podem dar conta de se institucionalizar como culturas nacionais, representando as baixas culturas étnicas, no máximo um entrave ao processo de "entropia social" que resultará na formação de uma alta cultura.

Por enquanto, voltemos às discussões conceituais básicas com que abrimos este capítulo. Como categorizar e delinear as diferentes tendências entre os teóricos do nacionalismo uma vez que são enormes suas divergências frente às definições conceituais elementares sobre o que é uma nação, o que é nacionalismo, o que é uma etnia e como esta se diferencia da nação, quando surgem as nações e qual a relevância do componente étnico na formação das mesmas?

---

[15] Gellner (1983, cap.6).
[16] Gellner (1983, cap.6).

O Marxismo, os marxistas e a questão nacional

A questão teórica e conceitual da nação e do nacionalismo não teve lugar central nas considerações teóricas de Karl Marx ao formular sua teoria revolucionária. Podemos encontrar alguns comentários espalhados por diversas obras, grosso modo, constatando que o desenvolvimento capitalista levaria a Estados independentes e unificados do ponto de vista capitalista em interação comercial entre si. Dessa maneira, é possível interpretar sua recomendação presente no Manifesto do Partido Comunista: "Não por seu conteúdo mas por sua forma, a luta do proletariado contra a burguesia é, num primeiro tempo, uma luta nacional. O proletariado de cada país deve evidentemente acabar, antes de mais nada, com sua própria burguesia".[17] Por outro lado, no próprio Manifesto, enfatiza a crescente interação e trocas entre essas unidades estatais capitalistas.

Uma teorização mais próxima ao tema das nacionalidades é apresentada por Friedrich Engels, visando explicar e esclarecer o uso dos termos nação e nacionalismo em seu pensamento e orientações práticas.[18] A nacionalidade seria, para Engels, um fenômeno social, calcado numa comunidade de língua ou dialeto, tendo origem nas primitivas sociedades tribais e surgindo da junção de diversas tribos com línguas semelhantes. Essas ganhariam importância e relevo apenas com a ascensão de uma classe burguesa, capaz de se firmar e formar um Estado nacional em suas bases. Por consequência, uma nação seria produto da modernidade, organizada econômica e politicamente em classes e contando com uma estrutura política independente , representado pelo Estado burguês.[19]

Seguindo um padrão que já se entrevia em algumas missivas de Karl Marx, nas quais analisava a situação de alguns movimentos nacionalistas, Engels categoriza e "julga" as nacionalidades e nações como históricas e progressivas, ou não-históricas e reacionárias. A diferença não estaria na sua viabilidade ou historicidade, mas na consciência de classe da burguesia e sua consequente capacidade de buscar e de fato estabelecer a

[17] Marx e Engels (2002, p. 56).
[18] Adamec (2008, p.13).
[19] Petrus (1971, p. 803).

própria independência política e econômica.[20] Ou seja, um movimento nacional era visto com bons olhos por Engels apenas quando repercutia na derrubada da ordem antiga. Assim, por exemplo, os tchecos teriam sido à época uma nacionalidade reacionária, por não consolidar uma classe dominante capaz de se opor à Áustria. Enquanto isso, os irlandeses eram tidos como uma nacionalidade progressista, justamente devido a sua capacidade e vontade de se libertar do Império Britânico. É interessante notar que seus julgamentos sobre os movimentos nacionalistas desejáveis e indesejáveis estavam sujeitos a bruscas flutuações contingenciais. Embora Marx visse a nacionalidade tcheca como reacionária e fadada ao desaparecimento, e a polonesa como progressista e "necessária" à revolução, apenas três décadas mais tarde, a situação e o status desses dois movimentos nacionais se inverteria completamente.[21] No fim das contas, as teorizações sobre a questão nacional ficariam sujeitas às necessidades da revolução. O foco dos comunistas era o internacionalismo, como seus autores proclamavam e, assim sendo, a questão das nacionalidades era colocada em segundo plano.

Afora as ações pragmáticas e orientações genéricas, uma posição em tom "oficial" foi consolidada apenas em 1896, no 4º Congresso da Segunda Internacional. Como não poderia ser diferente, operacionalizava a proposta de Engels: os comunistas eram a favor da autodeterminação nacional, mas contra o nacionalismo burguês. Foi apenas a partir desse contexto, notadamente nos países da Europa Oriental, que começaram a surgir novos questionamentos e interpretações da questão nacional sob uma perspectiva marxista. Diferentemente da Europa Ocidental, onde o grosso da consolidação nacional já havia ocorrido, conviviam aqui diversas nacionalidades reivindicando autodeterminação e autonomia.

No contexto das transformações políticas do Império Austro-Húngaro no final do século XIX, podemos destacar os escritos de dois teóricos. São os chamados marxistas austríacos, notadamente Karl Renner e Otto Bauer. O pensamento desses autores sobre a questão nacional na Áustria-Hungria é interessante inclusive do ponto de vista das perspectivas contemporâneas sobre multiculturalismo e teorias do reconhecimento. Renner e Bauer propunham uma visão de autonomia nacional cultural, não territorial. A ideia era

[20] Adamec (2008, p.146).
[21] Luxemburgo (1976).

manter a unidade do Estado, mas ao mesmo tempo garantir o máximo reconhecimento institucional, político e cultural à diversidade nacional e étnica. Vale frisar, contudo, que essas propostas surgiram de debates dentro do Partido Social Democrata da Áustria e estavam longe de coadunar com as orientações da Internacional, pelas quais nacionalidades não históricas simplesmente deveriam ser assimiladas ao Estado nacional hegemônico burguês. Antes de mais nada, a nação era vista como uma construção histórica e social, calcada nas interações recíprocas entre seus membros. Nas palavras do próprio Bauer, "(...) seria a soma total de seres humanos, ligados por uma comunidade de destinos a uma comunidade de caráter."[22]

O caráter nacional seria um complexo de características físicas e mentais historicamente modificável, a comunhão relativa de traços gerais de comportamento, expressando as diferenças e particularidades culturais que ligam os membros de uma comunidade nacional ao longo do tempo e distinguem uma nação de outra. É necessariamente moldado pelas circunstâncias e contexto de cada geração, expressando as experiências históricas das respectivas comunidades.

A comunidade de destinos, por sua vez, indica a experiência em comum de determinadas circunstâncias históricas, em um contexto de interação recíproca entre os membros que são a elas sujeitos. Ou seja, não se trata apenas de passar pelas mesmas experiências históricas, mas passar por elas em conjunto, com o restante da comunidade nacional. Assim, a conceituação de Bauer aponta para uma comunidade detentora de um caráter específico, ligado a experiências históricas vividas e encaradas em comum por seus membros. Esse caráter não seria algo essencial, imutável, uma vez que as próprias experiências históricas seriam reavaliadas ao longo do tempo, enquanto surgiriam outras, novas e diferentes.

Fatores e elementos frisados por outros autores, inclusive marxistas, como língua, território e descendência em comum seriam, segundo Bauer, mais instrumentos do que causas de uma identidade nacional. A língua, por exemplo, é crucial, uma vez que demarca a extensão máxima de uma cultura comum e possibilita a comunicação e interação entre os membros da nação. O mesmo vale para o território, que determina o *locus* onde

[22] Bauer (2000, p. 58).

ocorrem as relações culturais e interações recíprocas. Entretanto, por si sós, nem um, nem outro, seriam suficientes para criar e definir uma nação.[23]

Por mais que a ação voluntária e recíproca de seus integrantes seja essencial nesse contexto, a nação não seria produto "apenas" da vontade humana, mas condicionada por desenvolvimentos históricos que vão além de sua capacidade de influência. Sua existência na modernidade seria qualificada pela expansão das capacidades de interação direta e indireta entre os seres humanos. A comunidade nacional, em termos de caráter e destino sofre assim influência direta das possibilidades de sua difusão e manutenção em termos materiais. É desse modo que Bauer mantém relação com o arsenal teórico marxista.[24]

Ou seja, em última instância, é o desenvolvimento dos modos de produção que condiciona os sentimentos de comunhão, o caráter nacional e a comunidade de destino. Bauer insere a nação no processo de desenvolvimento histórico dialético, cujo último estágio seria a nação socialista, implicando na integração de todo o povo na unidade cultural da nação. Nesse esquema, a nação burguesa estaria, naturalmente, ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista. É apenas nesse meio que a universalização de uma cultura (burguesa, no caso), se mostra possível. Após deslocar e desenraizar as massas camponesas, inserindo-as no meio urbano, a necessidade de uma nova unidade cultural levou à massificação do sistema de ensino, à criação de serviço militar universal e à institucionalização de elementos democráticos representativos. Desse modo, a burguesia conseguiu afetar a totalidade da população, integrando todas as camadas numa só unidade cultural.[25] Criou assim uma comunidade de caráter e destino homogênea, em extensões antes inimagináveis. Tudo isso, no fim das contas, acompanhando o desenvolvimento e as necessidades do sistema industrial capitalista.

---

[23] Curiosamente, deste ponto de vista, nem mesmo o território, que forma uma espécie de 'a priori' em tantas outras perspectivas. Para Bauer, com a expansão dos meios de comunicação, o advento da "(...) era da imprensa, dos correios, telégrafos e navios a vapor, [o território] não é mais tão essencial como outrora." (Bauer apud Nimni,1999).

[24] "As condições em que os seres humanos produzem seu sustento e distribuem o produto de seu trabalho determinam o destino de cada povo; na fundação de um modo de produção e distribuição definido, surge também uma cultura mental específica." (Bauer, 2000, p. 49).

[25] "Por mais diferentes que fossem em termos de origem, riqueza, profissão ou opiniões, todos foram abarcados numa comunidade cultural, pois todos estavam sujeitos a influências culturais similares." (Bauer, 2000, p. 51).

Curiosamente, contrariando Marx, Bauer afirma que a revolução não acabaria com as barreiras nacionais – em vez disso, expressaria as diferenças entre as diversas nacionalidades mais claramente. No caso, mesmo o socialismo repercutindo numa equalização da cultura material, não implicaria em igualdade identitária absoluta. Isso se deve fundamentalmente ao fenômeno da percepção nacional, existente desde as primeiras interações entre grupos nacionais. Nações imitam umas às outras desde sempre, sem que isso implique necessariamente em identidades iguais. Isso porque cada nação adapta os elementos imitados, dando lhes um caráter *sui generis*, específico às suas necessidades e características.

Desse modo, a referida equalização material repercutiria em adaptações diferenciadas e específicas a cada uma das unidades nacionais, mantendo e cristalizando suas respectivas particularidades identitárias. A permanência e refinamento das identidades nacionais se deve, em última instância, ao seu papel na estruturação da individualidade e dignidade do ser humano:

> "Quando me conscientizo de pertencer a uma nação, percebo que uma estreita comunhão de caráter me liga a ela, que seu destino me forma e sua cultura me define, que ela é, em si, uma força efetiva em meu caráter. A nação não é algo que me seja alheio, mas uma parte de mim mesmo que retorna para mim na natureza dos outros. Assim, a ideia de nação está ligada à ideia de meu eu. Se alguém desdenha a nação, desdenha também a mim; se ela é enaltecida, tenho minha parcela desse louvor. Pois a nação não está em parte alguma senão em mim e em minha gente."[26]

Com tudo isso, temos em Bauer uma das teorizações mais complexas e instigantes sobre nações e nacionalismos, capaz de conciliar diversas concepções teóricas, mesmo aparentemente antagônicas. Assim, vemos em Bauer um pensador capaz de unir de maneira criativa e instigante os dois extremos interpretativos que abordamos até o momento.

[26] Bauer (2000, p. 68).

No caso, aponta a importância tanto dos laços autóctones, formadores da nação, como suas repercussões instrumentais ideológicas. [27]

Contudo, a ligação entre esses elementos não é direta, mas intermediada pela perspectiva dialética marxista. Desse modo, mesmo apontando para a importância das características culturais e da carga emocional que criam, sua perspectiva perde em flexibilidade ao depender, em última instância, de determinantes materiais econômicos específicos. De uma forma ou de outra, a valorização do pensamento de Bauer nesses termos não coadunava com as já referidas necessidades programáticas e pragmáticas do movimento socialista. A recusa e refutação de sua perspectiva foi empreendida por Stalin.

Stalin formulou sua teoria em diálogo com outros autores marxistas da época, procurando refutar as teses de Bauer.

Segundo Hobsbawm, o pensamento de Stalin a respeito da questão nacional deveria ser consultado "(...) não tanto por seus méritos intelectuais, medíocres mas não desprezíveis – ainda que não sejam originais –, mas pela sua posterior influência política."[28] Afinal, segundo o raciocínio, suas considerações sobre o tema sistematizam os principais embates de seu tempo, ecoando opiniões de outros pensadores, principalmente de Lenin. Assim, ao discutirmos a perspectiva stalinista, estaremos sintetizando a posição que se tornaria hegemônica nos países comunistas pelo menos até a década de 1950.[29]

Stalin apresenta uma sequência lógica de elementos característicos, sem os quais um agrupamento humano não pode ser taxado de nacional – nenhum deles, por si só, seria suficiente para definir uma nação, ao mesmo tempo que a ausência de apenas um deles desqualificaria um grupo como nacional. Nesses termos, a nação seria "uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta última numa comunidade de cultura".[30]

Segundo Stalin, a ação de movimentos nacionalistas estaria intimamente ligada aos interesses da burguesia e sua luta contra o feudalismo, ou mesmo contra a burguesia de uma nação ou Estado dominantes. Nesse sentido, seguindo a lógica do avanço capita-

---

[27] Adamec (2008, p.16).
[28] Hobsbawm (2004, p. 12).
[29] Adamec (2008, p. 14).
[30] Stalin (1979, p. 7-8).

lista, os referidos elementos constitutivos da nação deveriam confluir no âmbito de um único Estado nacional. A formação de um Estado é vista como fim último e necessário de qualquer movimento nacional. O próprio termo autodeterminação equivaleria nesse contexto à criação de Estados nacionais.

Se os movimentos nacionalistas, construtores de Estados nacionais, integram um embate essencialmente burguês, o caráter ideológico, de alienação, da questão nacional fica claro. Em oposição a isso, "(...) o proletariado consciente tem sua própria bandeira, já provada, e não necessita marchar sob a bandeira da burguesia."[31] Não que os proletários não saíssem favorecidos e fortalecidos num contexto de maior liberdade nacional. Esta permitiria, por exemplo, o aumento de sua conscientização e a ampliação de seu desenvolvimento cultural. Entretanto, tem que se estar atento para as possibilidades de ofuscamento, alienação, às tentativas da burguesia de desviar a atenção dos reais problemas sociais por uma suposta harmonia de interesses nacionais. A luta contra a opressão e dominação de classes tem óbvia prioridade nesse contexto

Em suma, a ortodoxia marxista continuava interpretando a questão nacional sob um viés duplo. Embora propugnasse o ferrenho combate quaisquer tipos de opressão nacional (mesmo que de maneira seletiva), também advogava pela contínua vigília contra o nacionalismo burguês. Nesta perspectiva, o incentivo e a apreciação do papel histórico dos movimentos nacionais e mesmo apoiar não implicaria necessariamente em esquecer seu conteúdo de classe, notadamente burguês.

[31] Stalin (1979, p. 15).

O etnossimbolismo como possível instrumental teórico para analisar o problema das nacionalidades na URSS

Para ser adequadamente compreendida, a abordagem etno-simbólica, desenvolvida por Anthony D.Smith deve ser colocada no contexto de um conjunto maior da literatura acadêmica sobre nações e nacionalismo. Duas correntes de pensamento são particularmente importantes aqui: o instrumentalismo, na medida em que se opõe ao primordialismo, e o modernismo, em oposição ao perenialismo. O primordialismo e o perenialismo costumam vir associados, assim como também há, de maneira geral, forte correlação entre o instrumentalismo e o modernismo. Trataremos sucintamente dessas teorias com as quais Smith tem mais freqüentemente dialogado, colocando em perspectiva a sua própria abordagem dentro de um contexto interdisciplinar maior. O escopo deste trabalho nos obriga a sermos extremamente sucintos e seletivos: portanto trataremos apenas daquelas teorias com as quais Smith tem mais persistentemente interagido, visando ressaltar as vantagens e limitações desta abordagem face às demais.

O primordialismo é pensado em conformidade com a idéia de que as nações modernas são herdeiras diretas das etnias que as precedem. A continuidade institucional dos estados existentes foi muitas vezes oferecida como prova da primordialidade da nação que supostamente materializam. Como Smith nota, essas visões foram "fortemente influenciadas por um nacionalismo orgânico que postulou o 'renascimento' das nações depois de séculos de sonolência, amnésia e invisibilidade".[32]

Algumas formas de primordialismo vão ainda mais ao extremo em seus postulados biologicistas, supondo que as afiliações étnicas - e, seguindo suas linhas de raciocínio, também as afiliações nacionais - são dadas e não socialmente construídas. Para os perenialistas e primordialistas nem sempre é tão nítida a fronteira da industrialização e formação de estruturas sociais de comunicação em massa, que a maioria dos modernistas costuma traçar como sendo o marco do surgimento das nações e nacionalismo e divisor de águas vis-à-vis o passado protonacionalista pré-moderno das sociedades.

[32] Smith (2006, p. 53).

O modernismo continua a ser um dos postulados mais abraçados pela maioria dos estudiosos do nacionalismo. Especulações sobre a época do surgimento das nações ("quando surge a nação?") bem como quanto ao surgimentodo do nacionalismo, isto é, quando é que o nacionalismo passa a se tornar uma força ideológica dominante, sobrepujando outros tipos de identidades protonacionais, levou a duas agendas contrastantes: os modernistas, como anteriormente mencionado, datam a formação das nações do surgimento da modernidade, independentemente da forma como esta é definida; já os perenialistas veem as nações como duradouras, inveteradas, seculares, até mesmo como fenômenos milenares, certamente antecedentes à modernidade.

Uma vez que Gellner foi talvez a maior influência modernista na obra de Smith, é conveniente analisar brevemente seu impacto para o etno-simbolismo. Ex-discípulo de Ernest Gellner, Smith questionou e desafiou sua abordagem considerada excessivamente determinista e instrumentalista da nação e do nacionalismo, ao vê-los como fenômenos artificialmente criados com o advento da modernidade. Gellner (1983) associa a modernidade com a disseminação da industrialização. Este último fator trouxe uma mudança sem precedentes que interrompeu o equilíbrio tradicional da sociedade, criando novas constelações de interesses compartilhados. Para Gellner, o nacionalismo é filho do casamento entre o Estado e a moderna cultura de massa. Posições afins, sobre o caráter artificial das nações e nacionalismos são encontradas na obra de Hobsbawm (2002) e Hobsbawm e Ranger (1984), propalando o que enxergam como o lógico caráter artificial das nações e dos nacionalismos.

Smith aceitou em parte o foco de Gellner sobre o nacionalismo como sendo uma forma de substituição da coesão social das sociedades pré-modernas, mas não partilha o seu modernismo radical, ou seja, sua ênfase dogmática na relação entre industrialização e homogeneização sociocultural. Contrariamente a Gellner, ele argumentou que a industrialização não é um pré-requisito para o nacionalismo, pois há inúmeros casos de movimentos nacionalistas surgindo bem antes do advento da industrialização. Smith cita como contraexemplos os casos dos nacionalismos mexicano e curdo, mas diz que podem-se agregar a estes casos uma miríade de outros. Particularmente, acredito que os casos dos protonacionalismos coloniais e dos nacionalismos anticoloniais e pós-coloniais africanos

seriam igualmente contraexemplos de sociedades não industrializadas com a presença de formas de identidade nacional e de pensamento nacionalista.

O etno-simbolismo sublinha a continuidade entre o pré-moderno e as formas modernas de coesão social, sem desprezar o impacto trazido pela modernidade. As características persistentes na formação e continuidade das identidades nacionais são mitos, memórias, valores, tradições e símbolos. Muitos destes elementos também estão presentes, em nível mais abstrato, nas identidades supranacionais. Smith (1998: p.216) esboça muito brevemente a questão da identidade supranacional, mas o único caso que menciona e do qual busca exemplos para ilustrar seu ponto é o do supranacionalismo europeu.

Dentro do quadro dos dois grandes debates que colocamos *supra* (modernismo x perenialismo; instrumentalismo x primordialismo), uma tentativa de síntese surgiu na teoria do *etnossimbolismo* de Anthony D. Smith. Como colocou Conversi, "o etnossimbolismo sublinha a continuidade entre formas pré-modernas e modernas de coesão social, sem desprezar as mudanças que a modernidade trouxe".[33] O etnosimbolismo enfatiza os elementos de memória, valores, sentimentos, mitos e símbolos que perpassam não apenas as modernas e complexas nações, mas também as comunidades étnicas mais antigas (que Smith chama de *ethnies*) que lhes serviram de base inicial de desenvolvimento. Smith não nega que modernas nações possam ser "criadas", mas nega que sejam criadas "a partir do nada" ou em cima de uma "tabula rasa".

> A nação é um fenômeno moderno e suas características cívicas só podem desabrochar completamente na era moderna. Ao mesmo tempo, as nações modernas têm suas raízes em comunidades étnicas pré-modernas, ou *ethnies*, que fornecem à nação uma boa parte de sua mitologia, simbolismo e cultura distintas. Desse modo, a nação, na era moderna, deve ser vista simultaneamente como um construto e como um processo real.[34]

---

[33] Conversi (2007, p. 21).
[34] Smith (2004, p. 202).

Ou seja, para Smith (2004, p. 146-147) na Antiguidade não havia ainda uma "nação" completamente desenvolvida, coisa que só ocorrerá no período moderno. Mas já existiam comunidades étnicas (*ethnies*) que formariam a base das futuras nações, caso fosse dado a elas florescer nas novas condições. No entanto, conforme Smith adverte, "a relação das *ethnies* com as nações é complexa: não há progressão linear. Por um lado, as nações podem ser vistas como formas especializadas (territorializadas, politizadas, massificadas, etc.) de *ethnie*. Por outro, nações e *ethnies* são ambas formas de identidade cultural coletiva que podem coexistir ou competir uma com a outra, com diferentes *ethnies* frequentemente residindo dentro dos limites da comunidade política da nação".[35]

O grau de sucesso de Smith em realmente realizar uma ponte, ou síntese, nos debates entre modernismo/perenialismo e instrumentalismo/primordialismo é, em si mesmo, controverso e assunto de debates entre autores abalizados. Mas acreditamos que o etnosimbolismo pode nos fornecer um instrumental teórico produtivo para analisar o problema das nacionalidades na URSS. Como veremos posteriormente, na URSS, assim como na Rússia atual e na czarista (bem como na maioria dos países eslavos) impera o princípio jurídico do *jus sanguinis* para a determinação da nacionalidade de uma pessoa e não o *jus soli* (que está em vigor no Brasil e na maioria dos países ocidentais).

Em termos de teorias do nacionalismo, poder-se-ia dizer que impera uma concepção do "nacionalismo étnico" em vez do "nacionalismo cívico" (característico de países como França, Inglaterra, EUA e defendido pelos teóricos modernista do nacionalismo). Entretanto, a base ideológica da URSS era marxista, uma teoria completamente "modernista" no que tange ao nacionalismo. Essa relação surpreendente de nacionalidades que se "eternizavam" (se "perenizavam") no *jus sanguinis* com toda uma estrutura ideológica "modernista" poderá, provavelmente, ser melhor explicada por um referencial teórico que tenta fazer a ponte entre as abordagens modernista e perenialista.

[35] Smith (2001, p. 58).

Capítulo 2
Uma breve recapitulação histórica das relações interétnicas na Rússia/URSS

No capítulo precedente, abordamos a questão teórica e metodológica acerca da definição conceitual e dos elementos básicos que constituem nação, nacionalismo, etnias e identidades coletivas e os mais recentes desdobramentos nesse campo de estudos interdisciplinar, como o surgimento da teoria etnossimbolista de Anthony D. Smith. Feito isso, realizaremos uma breve recapitulação histórica das relações interétnicas nas diversas formações políticas que precederam a URSS e na própria URSS. No final do capítulo, daremos maior destaque aos processos reivindicatórios nacionalistas a partir da perestroika, mostrando como as demandas por maior autonomia nas repúblicas foram adquirindo relevo até se converterem em reivindicações abertamente separatistas.

A Rus' de Kiev e os primeiros estados eslavos orientais

A origem da civilização russa atual não está na Rússia. Está no território que atualmente é parte da Ucrânia e que, nos séculos IX a XII, formaram o chamado Estado Kievano ou *Rus´*. Nessa época não havia ainda a diferenciação entre russos, ucranianos e bielorrussos, formando os três o ramo único dos eslavos orientais. Posteriormente, com a fragmentação política e o domínio tártaro-mongol nos séculos XIII-XV sobre a porção oriental da antiga Rus', acompanhado em paralelo pela dominação lituana e polonesa nas suas porções ocidentais, ocorreu um processo de diferenciação étnica nos três ramos de russos, bielorrussos e ucranianos. Com a expulsão dos mongóis, o império russo, baseado agora em Moscou, se formaria entre os séculos XVI e XIX.

O Principado de Novgorod é considerado pelo maior corpo da literatura especializada como sendo o primeiro Estado de que se tem registro entre os eslavos orientais no século IX, quando o guerreiro varego (escandinavo) Riurik, segundo a Crônica Primária, teria sido convidado pela população local, devido aos seus feitos lendários como guerrei-

ro, a se tornar príncipe local. O episódio, tal qual narrado na Crônica Primária (também conhecida como crônica nestoriana), é objeto de grande controvérsia historiográfica, tendo sido criticado pela historiografia soviética a partir da década de 1930.

É importante frisar que as fontes históricas relativas ao estabelecimento do primeiro Estado eslavo oriental, ou Rus´, são escassas e sua recepção pelos historiadores modernos foi fragmentada. A narrativa do convite dos habitantes eslavos da região que viria a ser denominada Novgorod ao guerreiro Riurik pode mesclar aspectos factuais com elementos mitológicos e a escassez de outras fontes para uma análise comparativa torna difícil depurar o que é ficção e o que é realidade neste documento. Vejamos o que narra a Crônica Primária a este respeito:

> " No ano de 852… a terra de Rus' foi nomeada pela primeira vez…
>
> 859: Os varegos d'além mar impuseram tributo sobre os [povos] chuds, os eslavos, os ves e os krivichs[…]
>
> 860-862: Os tributários dos varegos fizeram-nos recuar ao além mar e se recusaram a continuar pagando tributos, passaram a governar a si mesmos. Não havia lei entre eles, mas sim guerra generalizada entre as tribos. A discórdia, então, sucedeu entre eles e eles começaram a guerrear uns contra os outros. Eles então refletiram, 'precisamos buscar um príncipe que reine sobre nós e nos julgue de acordo com a lei'. Eles foram, assim, buscar entre os varegos d'além: mar [...]
>
> Os chuds, os eslavos e os krivichs então disseram: "Nossa terra é grande e rica e não há ordem nela. Venham nos governar e nos reinar". Eles então escolheram três irmãos dentre a tribo [...] o mais velho, Riurik, se assentou em Novgorod[...] devido a estes varegos, o distrito de Novgorod ficou conhecido como a terra de Rus'. Os atuais habitantes de Novgorod são descendentes da raça varega, mas antes deste tempo, eles eram eslavos."[36]

[36] Cross (1930, p. 59-60).

Estes excertos selecionados, que deixam claro o caráter quase mitológico da narrativa nestoriana, apontam que a formação do primeiro Estado eslavo oriental teve marcada participação escandinava ("varego" é outro nome para "viking") e que a população desse Estado teria origem étnica híbrida normanda e eslava, uma vez que o Principado de Novgorod, sob comando de Riurik, teria sido o fundador da primeira dinastia de Rus' e seus vassalos teriam estabelecido como capital de Rus'. A teoria levantou controvérsias entre historiadores, com a formação de duas correntes historiográficas: os normanistas (que enfatizam o elemento normando ou nórdico na formação da antiga Rus' e os anti-normanistas, que afirmam ser apenas marginal a contribuição do elemento nórdico em Rus´).[37]

Segundo Mackenzie e Curran, as evidências arqueológicas trazidas pela historiografia soviética enfraqueceram as visões normanistas mais radicais, ao demonstrar que já havia protoestados nas regiões vizinhas a Kiev e que as teorias normanistas exageravam a infuência dos varegos na formação da antiga Rus'. Porém, a historiografia soviética não conseguiu destruir completamente a teoria normanista, pois há também evidências arqueológicas apontando para a operação de atividades comerciais e militares dos vikings (varegos) nas terras da antiga Rus'. [38] Após a morte de Riurik, em 873, seu sucessor Oleg conquistou Kiev e fundou o reino da Rus' Kievana. Todo o território sob seu domínio passou a ser denominado de Rus'. Dado seu papel histórico central, Kiev é disputada entre as narrativas historiográficas como sendo o berço da civilização russa e também ucraniana. Durante os séculos de dominação imperial russa, a narrativa mais amplamente divulgada afirmava que Kiev era a "mãe de todas as cidades russas" e que a Ucrânia era parte integral da Rússia. [39]

Já no século IX a sociedade e cultura dos eslavos orientais alcançou um considerável grau de desenvolvimento, urbanização, organização política e econômica sofistica-

---

[37] Mackenzie e Curran (1977, p. 25).
[38] Mackenzie e Curran (1977, p. 29).
[39] Durante a URSS o ponto de vista mudou e a Ucrânia passou a ser enquadrada pelas principais narrativas historiográficas como sendo uma nação irmã da Rússia, ligada por estreitos laços linguísticos,culturais e religiosos. A partir da declaração formal de independência da Ucrânia em 1991, esta narrativa passou a ser amplamente contestada pelos historiadores ucranianos que afirmavam ser os ucranianos os sucessores diretos da antiga Rus', ao passo que os russos seriam sucessores do Grão Ducado da Moscóvia, com uma herança cultural tênue frente à antiga Rus', diluída por séculos sob domínio mongol.

da e certa prosperidade devido ao comércio com o Império Bizantino.[40] A intensa relação comercial com o Império Bizantino acabou sendo decisiva na história da antiga Rus' pela difusão de sua influência cultural e religiosa.

Um ponto de inflexão na história da antiga Rus' foi a conversão ao cristianismo, que segundo a tradição teria ocorrido no ano de 988. A religião dos antigos eslavos orientais era politeísta, sem que houvesse um único panteão de deuses comuns a todos ou uma organização clerical centralizada, sendo que cada tribo cultuava um conjunto próprio de deuses de acordo com seus costumes locais, bem como o culto aos ancestrais e o culto a elementos da natureza como o fogo, o rio, a floresta e a fertilidade. Segundo Mackenzie e Curran, as influências cristãs começaram a adentrar nos territórios da antiga Rus' já no início do século IX, cerca de um século antes de sua conversão formal ao cristianismo.[41] A evidência apresentada pelos autores quanto à disseminação da fé cristã é o tratado assinado entre o príncipe Igor e os bizantinos, datado do ano de 945, que anunciava:

> "Se algum habitante da terra de Rus' pensar em violar este tratado...que tais transgressores que tenham adotado a fé cristã incorrerem...[que recebam] a punição de Deus Todo-Poderoso na forma de destruição e condenação para sempre. Caso algum destes transgressores não seja batizado, que não recebam a ajuda nem de Deus e nem de Perun". [42] [43]

Além disso, há relato de que a princesa Olga, consorte do príncipe Igor, teria se convertido ao cristianismo em Constantinopla no ano de 955. Contudo, a religião cristã ainda não havia se estabelecido de forma majoritária e a antiga religião eslava continuava a ser predominante. No entanto, as fontes citadas por Mackenzie e Curran deixam evidente que o processo de penetração da religião cristã na antiga Rus' foi paulatino, advindo do contato com os bizantinos, que levaria um século até a conversão oficial em 988. Vale notar que no século IX o paganismo perdia espaço em outras regiões adjacentes à Rus'

---

[40] Mackenzie e Curran (1977, p. 33).
[41] Mackenzie e Curran (1977, p. 43).
[42] Cross (1930 p.74) apud Mackenzie e Curran (1977, p.43).
[43] Perun era uma divindades mais importantes do panteão da antiga religião eslava oriental, sendo frequentemente comparado a Zeus/Júpiter no panteão greco-romano.

kievana, com o avanço das religiões monoteístas, como o islã entre os búlgaros do Volga em 920 e o controverso caso da conversão ao judaísmo dos cazares (ou ao menos de parte de sua classe dominante em 865).

Foi nesta época também que o cristianismo avançou em territórios que até então tinham populações majoritariamente pagãs, incluindo a própria Escandinávia, a região do Báltico, os eslavos meridionais dos Bálcãs e os húngaros na Europa centro-oriental. Vale ressaltar que nessa época ainda não tinha ocorrido o cisma formal entre a igreja católica romana e a igreja ortodoxa bizantina. Nesse contexto a Rus' kievana estava cada vez mais isolada, sendo um último bastião de paganismo em meio à crescente expansão do cristianismo e do islã. O príncipe Vladímir percebeu a oportunidade que a adesão a uma fé monoteísta representaria em termos de ganho de coesão social com o consequente adensamento do seu poderio político e pela intensificação das relações com outras regiões quebrando o relativo isolamento da antiga Rus'.[44]

É importante também historicizar as interações dos russos com os povos tártaros, pois os russos forjaram sua identidade étnica, distinta da antiga Rus', sob os dois séculos (XIII-XV) de domínio tártaro-mongol.[45] Por outro lado, os tártaros da Volga Bulgária foram o primeiro povo não eslavo e não cristão subjugado pelo Império Russo em gestação, a partir da tomada do Canado de Kazan', em 1552, que representou um divisor de águas na história russa por ter sido o primeiro caso em que a então emergente monarquia moscovita precisou lidar com a questão de administrar uma nova província que rompia a homogeneidade demográfica do seu Império.[46] A historiografia remete a conversão dos tártaros ao Islã ainda no período do Estado da Bulgária do Volga,[47] mais precisamente à época da visita de Ibn Fadlan a este Estado em 922 da Era Cristã. Há forte consenso

---

[44] Mackenzie e Curran (1977, p. 44).

[45] O termo "mongol" passou a ser utilizado durante a época das conquistas de Gêngis Khan para denominar o Estado, a dinastia e o povo. Após sua morte, continuou a ser usado nas porções orientais do Império, mas nas porções ocidentais o termo "tártaro", associado às populações turcas aliadas de Gêngis Khan, majoritárias nos domíninos da Horda Dourada, ganhou proeminência.

[46] "Russkoye tsarstvo" [Czarado da Rússia]- termo atribuido ao emergente Império pelo Czar Ivan IV após ascenção ao trono em 1547, utilizado até que Pedro I declarasse o "Império Russo" em 1721. Anteriormente o Estado era conhecido como Grão-Ducado da Moscóvia [Velikoye Knyazhestvo Moskovskoye].

[47] São controversas a hipóteses que tentam relacionar afinidade étnica entre a Bulgária do Volga (presente em boa parte do território que atualmente constitui as repúblicas do Tatarstão e Bashkotorstão) e a contemporânea República da Bulgária, nos Bálcãs.

quanto a essa data entre os historiadores devido à relativa amplitude de fontes primárias que a consubstanciam.[48]

Com a conquista de Kazan' em 1552 e de Astracã em 1556 houve então uma reversão do antigo status dos últimos três séculos, no qual os principados russos estavam sob domínio de populações islâmicas.

Ponto de inflexão na história da antiga Rus' foi a invasão mongol, que entre 1237-1240 acabou com a unidade política da Rus' kievana, iniciando a separação entre a porção ocidental e oriental dos russos antigos, dando gênese a duas seções culturais distintas.[49] Os territórios situados na porção ocidental, que abrangem as atuais fronteiras de Belarus e da Ucrânia, caíram progressivamente sob domínio lituano, ao passo que os territórios orientais ficaram sob domínio tártaro-mongol. O resultado gradual da fragmentação política da antiga Rus' entre as potências sucessoras foi a divisão dos eslavos orientais em três grupos etnolinguísticos distintos: os russos, os ucranianos e os bielorrussos.

Ainda no século XII o Império Mongol passou a se fragmentar em diferentes canados chefiados pelos descendentes de Gêngis Khan e Moscou ficou sob o domínio do Canado da Horda Dourada. Nesse período, o Principado de Moscou começa a ganhar proeminência em relação aos demais principados russos sob domínio tártaro-mongol. Com a fragmentação política mongol, o Grão Duque da Lituânia passou a mobilizar as tribos na região do Báltico para promover uma sublevação contra a Horda Dourada. Nesse período a população lituana ainda era predominantemente pagã. [50] No século XIV, no entanto, o Grão Duque lituano Jagiello assumiu o trono polonês e promoveu uma fusão entre as duas entidades políticas, tendo se convertido ao cristianismo católico romano em 1386. A Comunidade Polonesa-Lituana expande seus domínios sobre os eslavos orientais dos territórios atualmente ocupados pelas modernas Belarus e Ucrânia e domina Kiev. Assim, a trajetória de Moscou começa a ganhar relevo como entidade étnica e política distinta da antiga Rus' kievana.

---

[48] Dentre as fontes primárias podemos citar os manuscritos com relatos de viagem redigidos pelo próprio Ibn fadlan. São interessantes nestes manuscritos suas observações críticas sobre as formas deturpadas de prática da religião islâmica entre os então novos muçulmanos do Volga.
[49] Vernadsky (1944, p. 46).
[50] Vernadsky (1944, p. 53).

A expansão territorial de Moscou implicou também um grande aumento de prestígio político. Com a queda de Bizâncio, os soberanos moscovitas e seu patriarcado começaram a adotar a perspectiva de que o novo império seria o sucessor legítimo de Bizâncio e da fé cristã ortodoxa. Em 1547, Ivan IV (O terrível) foi coroado como czar, palavra que remete ao latim *Caesar*, num ato simbólico de reunir em sua figura o poder secular com o poder religioso, estabelecendo uma autocracia ortodoxa. A inspiração no título dos césares romanos tinha o objetivo de reforçar a visão de Moscou como a terceira Roma, após a queda de Constantinopla, como representante legítima da cristandade, visto que a igreja de Roma era considerada corrompida.

Com a consolidação da expansão a leste, Moscou passa a cobiçar os territórios a oeste, buscando se aproximar da Europa e unificar o domínio sobre as populações eslavas e ortodoxas num único império. O alvo prioritário dos ataques dos moscovitas passa a ser a Comunidade Polonesa-Lituana bem como os domínios do Reino Sueco. No entanto, no século XVI Moscou não conseguiu lograr expansão significativa no Ocidente e chegou a assinar um tratado de paz em condições desvantajosas com a Comunidade Polonesa-Lituana em 1583. [51]

No final do século XVI e início do século XVII, a Comunidade Polonesa-Lituana, católica no contexto da contrarreforma, passou a adotar uma política que visava a assimilação das populações ortodoxas à igreja católica, bem como o predomínio do uso da língua polonesa. A igreja ortodoxa de Kiev se dividiu em três facções neste período. Uma primeira pediu auxílio à Moscou contra os poloneses e lituanos. Uma segunda facção adotou elementos do catolicismo e um terceiro grupo, sobretudo de cossacos a leste do rio Dnieper, reagiu com aversão ao catolicismo. O processo de separação identitária dos ucranianos frente aos russos ganhou então um componente religioso, além do linguístico.

A formação do Império Russo

O domínio dos tártaros sobre Moscou durou cem anos mais do que o exercido em Kiev. Somente em 1480, Ivan III conseguiu conquistar a soberania política para Moscou,

[51] Vernadsky (1944, p. 62).

rompendo completamente as antigas relações de vassalagem com os tártaros, manipulando desavenças internas entre seus antigos suseranos. Porém, desde o marco simbólico da batalha de Kulikovo, em 1380, o Grão Ducado moscovita já gozava de elevado grau de autonomia política. No final do século XV e início do século XVI, o Grão Ducado de Moscóvia começara a se expandir e anexar os estados no seu entorno, que também eram habitados por populações eslavas orientais, tais como Novgorod (1471) e Pskov (1510).

O Czar Ivan IV ("Ivan, O terrível") iniciou a expansão em direção a territórios de população não eslava e cuja religião não era o cristianismo em sua denominação ortodoxa. Como mencionado, com a conquista dos canados de Kazan (1552) e Astrakhan (1554-56), ele passa a dominar o rio Volga e traz para o domínio do Império Russo populações de etnia turca e religião islâmica, rompendo com a antiga homogeneidade demográfica eslava e cristã de denominação ortodoxa.

O Grão Ducado de Moscóvia havia começado um processo de expansão gradual em territórios contíguos, anexando primeiramente estados de população majoritariamente eslava e ortodoxa como Pskov e Novgorod nos séculos XV e XVI. Em seguida, ainda no século XVI, Ivan IV (Ivan, o terrível) conquistou Kazan', em 1552, e este pode ser considerado um divisor de águas na história russa por ter sido a primeira anexação de território com população não eslava e não ortodoxa. Assim, a conquista do canado tártaro de Kazan, no século XVI, é considerada o início da construção do novo império russo, pois marca a primeira expansão de Moscou para além dos territórios onde viviam predominantemente russos. No século XVII, o império se expandiu mais a leste, para a Sibéria, com a ocupação daquelas regiões (muitas esparsamente povoadas) que formariam depois a parte oriental, asiática da URSS.

Na primeira metade do século XVIII, Pedro I, o Grande, expandiu para o norte, com a conquista de partes da região báltica (estabelecendo, assim, uma abertura para o mar Báltico ao norte). Na segunda metade do século XVIII, Catarina II, a Grande, expandiu o Império para o sul, sobre a região das montanhas do Cáucaso, abrindo portos no mar Negro. Essas duas aberturas para o mar seriam importantes para evitar que a Rússia se limitasse a ser um país interiorano. No século XIX se completaria a formação do Império Russo com a conquista das regiões muçulmanas da chamada Ásia Central (atuais Ca-

zaquistão, Quirguistão, Turcomenistão,Uzbequistão e Tadjiquistão.). Assim, o império czarista se formou entre os séculos XVI e XIX.

Da "prisão das nações" à "União fraternal dos povos"

Lênin definiu o Império Czarista como sendo a "prisão das nações", expressão que já era difundida desde os tempos czaristas.[52] No final do século XIX, o vasto Império Russo se estendia desde as fronteiras ocidentais com a Prússia e o Império Habsburgo, até o Oceano Pacífico, em suas extremidades orientais (tendo chegado até mesmo a possuir possessões territoriais do outro lado do estreito de Bering, na América do Norte, até 1867). De norte ao sul se estendia do mar Ártico até os mares Negro e Cáspio. O Império era composto por regiões demograficamente muito heterogêneas, povoadas por populações de grupos etnolinguísticos muito variados. Entre seus habitantes havia adeptos do cristianismo (os ortodoxos, católicos romanos, protestantes e variantes armênios, georgianos, assírios), islã, judaísmo, budismo e xamanismo. Três eram as etnias eslavas, conhecidas popularmente como "grande russos" (os russos atuais), "pequeno russos" (os ucranianos atuais) e os "russos brancos" (bielorussos atuais) que, na virada do século XIX para o XX correspondiam respectivamente a 44%, 18% e 5% da população do império. Esses três grupos étnicos constituíram por todo o período imperial uma maioria de ao menos 60% da população total. Apesar da constante maioria eslava ortodoxa, havia também grande quantidade de muçulmanos (variando entre 10% e 15% da população), poloneses (7%), judeus (4%), e dezenas de outros grupos representando minorias consideráveis, frequentemente constituindo, muitas vezes, maiorias em suas regiões locais, formando diversos enclaves étnicos.

O governo czarista não tinha uma política consistente sobre nacionalidades. As políticas para com os não russos do império foram bastante diversas, variando de acordo com os grupos étnicos e com as regiões. A Finlândia desfrutou de relativa autonomia, teve o uso de suas línguas nacionais (sueco e finlandês) autorizado e chegou a possuir moeda própria. Já as etnias do mar Báltico e os poloneses foram duramente reprimidas e

[52] Lenin (1951). Em russo: "Tiur'ma Narodov".

tiveram cerceado o direito a utilizar suas línguas autóctones. Na Ásia central e no Cáucaso, o Império assumia para si uma espécie de *mission civilizatrice* colonialista, que guardava certas semelhanças com as políticas coloniais dos impérios ultramarinos europeus.

O Império russo era uma entidade política supranacional, designada oficialmente pelo termo *Rossiiskaya Imperiya*, um termo cuidadosamente cunhado para realçar a identidade do Estado russo como sendo distinta da etnia russa (o termo para russo étnico é *russkii*, sendo *rossiiskii* um termo neutro etnicamente e ligado ao "lugar" da Rússia). De um ponto de vista semiótico, se fosse enfatizar a identidade étnica, o Império teria de ser designado como *Russkaya Imperiya*. Embora autoidentificado como um Império supranacional, o império czarista possuía um arranjo político unitário e sua estrutura política e administrativa não previa grande autonomia para as gestões regionais, sendo que os governadores eram apontados por São Petersburgo.

Os dois últimos czares - Alexandre III (1881-1894) e Nicolau II (1894-1917) - eram nacionalistas relativamente moderados, que tentaram restringir os direitos de algumas nacionalidades em particular - como os judeus no reinado de Alexandre III. Desde o final do século XIX o pan-eslavismo fora adotado como uma espécie de ideologia imperial predominante na formulação da política das nacionalidades, dando alguns privilégios para as nacionalidades não russas da Europa Oriental, ao mesmo tempo em que visava a assimilação destas no longo-prazo. Apenas a Finlândia e a Polônia chegaram a desfrutar de algum tipo de autonomia limitada ao fim do século XIX. O governo imperial russo subestimou o poder do nacionalismo e não conseguiu implementar políticas para assimilar ou, pelo menos, acomodar grupos étnicos descontentes. Em última análise, a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial precipitou o colapso do império czarista.

Durante a Guerra Civil, iniciada em 1917, as seguintes regiões, com maiorias étnicas não russas, proclamaram autonomia ou separação do Império Russo: República da Estônia República da Lituânia, República da Letônia, Repúbica Popular da Ucrânia (seguida pelo regime nacionalista de Skoropadskii, que se autoproclamou *hetman* da Ucrânia), o Governo Regional da Criméia, a República Popular de Belarus, a República Democrática da Moldávia, a República Democrática do Azerbaijão, a República Democrática Georgiana, a República da Armênia, o Governo Provisório de Alash-Orda (na maior parte do território atualmente correspondente ao Cazaquistão), o Governo Provisório

Transcaspasiano (na maior parte do território hoje correspondente ao Turcomenistão), a Autonomia do Turquestão (englobando territórios correspondentes atualmente ao Uzebquistão, Quirguistão e Tadjiquistão), o Estado tártaro de Idel-Ural em Cazã, o Bascortostão, dos tártaros bashkires, a República Montanhosa do Norte do Cáucaso (em território correspondente atualmente ao Daguestão, Kabardino-Bulkária e Ossétia do Norte-Alânia dentro da Federação Russa), o Emirado do Norte do Cáucaso (correspondente à atual Tchechênia na Fedração Russa), a República do Norte da Íngria (pequena porção de território falante de finlandês na divisa com a Finlândia), o Governo da Carélia do Norte e o Governo da Carélia em Olonets, também em região limítrofe à Finlândia; no extremo-leste, o Estado da Buriátia, o Distrito de Karakorum-Altai e a República Popular de Tuva.

Numa tentativa de conseguir novos aliados entre as elites políticas secessionistas, os bolcheviques declararam o direito à autodeterminação dos povos como sendo um de seus princípios políticos fundamentais. Seus oponentes na Guerra Civil, o Movimento Branco, tinham declarado seu compromisso com a ideia de uma "Rússia unida e inseparável" e seu irredentismo foi uma das principais causas para sua derrota frente aos bolcheviques. A abordagem bolchevique para o problema das nacionalidades foi o estabelecimento de um modelo de federalismo étnico. Em 1922, a URSS foi estabelecida como uma união de nações e repúblicas independentes, de igual status. As autoridades bolcheviques reafirmavam constantemente seu compromisso com a emancipação nacional e enfatizavam que a nova federação não era a continuação do Império Russo. Além do mais, do ponto de vista legal, cada uma das repúblicas tinha garantido o direito de pedir secessão. Como marxistas, os bolcheviques propugnavam a primazia da consciência de classe e de sua ideologia contra as ideologias burguesas. A adoção do mote da emancipação nacional era declaradamente apenas um estágio dentro de uma estratégia maior: com uma vindoura revolução global, a questão da identidade nacional acabaria perdendo importância, numa sociedade sem classes, constituída por trabalhadores e camponeses.

A URSS como sucessora do Império Czarista e de seu problema nacional

Conforme delineamos anteriormente, é necessário ter em vista a perspectiva da formação da URSS como sucessora de uma entidade política imperial para compreender

os conflitos nacionais que estavam latentes. Partimos da perspectiva delineada por Martin e Suny, que enfatiza a questão problemática do nacionalismo na URSS em detrimento das perspectivas que eram dominantes entre os especialistas anteriores à década de 1980, excessivamente focadas em questões de classe, relações entre Estado e sociedade, intelligentsia e elite ou proletariado e burguesia.[53] Ao colocarmos a questão das nacionalidades no centro da nossa análise, como variável independente, evitamos adotar uma abordagem russocêntrica *a priori*. Partindo desta perspectiva, entidades como império e nação ganham relevo analítico e se juntam a fatores como Estado, classe e sociedade para a compreensão das relações de poder e representação de autoridade entre as diversas nacionalidades que compunham a URSS.

Um trabalho considerado precursor por tratar da questão nacional como variável independente no estudo sobre a URSS é "The formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism, 1917-1923", de Richard Pipes, publicado em 1964. Esta obra tinha uma tese incisiva, ao tratar a revolução bolchevique como uma forma de reconquista imperial da Rússia, abafando as aspirações independentistas de nacionalidades não russas. A tese de Pipes é bastante questionada por especialistas contemporâneos como Martin e Suny, mas sua abordagem é reconhecida como inovadora por trazer a questão das nacionalidades para o centro da análise.[54]

A abordagem de Pipes destoava dos pressupostos básicos da teoria da modernização, que era hegemônica nas ciênciais sociais na década de 1960 e postulava que a industrialização e a ciência moderna, fosse numa sociedade capitalista ou socialista, acarretaria numa transformação fundamental (denominada de "modernização") das sociedades "tra-

---

[53] A este respeito, vejamos as considerações de Martin e Suny (2001, p.3): "As palavras-chave que intrigaram os historiadores [especialistas] em União Soviética mudaram com o passar do tempo...os estudiosos começaram a duvidar da relativa estabilidade de categorias sociais e a questionar quais categorias deveriam ser empregadas e a atenção deles se voltou para aspectos de identidade, narrativa e significado. Neste processo, palavras-chave que anteriormente serviam bem, se tornaram problemáticas. O interesse em classe declinou entre os historiadores [especialistas em] União Soviética e a nação, um tópico que anteriormente recebia extradionariamente pouca atenção, se tornou um novo foco para pesquisa. Após décadas de exclusão russocêntrica, os historiadores, em números significativos, se aventuraram na questão das nacionalidades".

[54] Martin e Suny (2005,p.5) criticam a tese de Pipes(1964) por considerar que ela "amplamente ignorou a visão sobre as políticas soviéticas para as nacionalidades ou discussões de programas estatais direcionados para a preservação e desenvolvimento das culturas nacionais dentro da URSS". Martin e Suny, no entanto, reconhecem a importância do trabalho de Pipes como um lembrete do potencial problema do separatismo nacionalista nas regiões não russas.

dicionais" de maneiras convergentes. Desse ponto de vista, uma sociedade de consciência "tribal" evoluiria para um estágio de consciência "cívica". A abordagem da teoria da modernização estava em voga na década de 1960 e ganhava predominância sobre a teoria do totalitarismo, movimento que era coincidente com a mudança no estilo de liderança e condução pelo qual a URSS passou sob a liderança de Nikita Khrushev, após o stalinismo.

A partir de meados da década de 1970 foi crescendo a convergência entre os especialistas na visão de que, ao contrário do que afirmavam fontes do governo soviético ou teóricos da modernização ocidentais, a importância da questão das nacionalidades na URSS não era evanescente - e sim, que teria se tornado um aspecto permanente da política soviética. Um artigo de Teresa Rawoska-Harmstone de 1977 pode ser considerado exemplar dessa guinada de percepção do problema das nacionalidades entre estudiosos ocidentais. Combinando uma abordagem interdisciplinar na interface entre a história e as ciências sociais, Rakowska-Harmstone afirmou que "toda a evidência disponível indica que a proporção do crescimento da autoafirmação dos principais grupos étnicos soviéticos supera a proporção de sua assimilação no sistema de valores comuns soviéticos".[55] A autora fez uma distinção entre duas categorias de manifestação do nacionalismo: a primeira, ortodoxa, em linha com o permitido pelo sistema soviético e a segunda, heterodoxa, desviante por seu maior grau de assertividade e em alguns casos, até mesmo chegando a defender o secessionismo. Num meio-termo entre os dois tipos de manifestações, Rakowska-Harmstone afirma que havia uma hábil tentativa de manipulação do nacionalismo por parte das elites nacionais nas repúblicas, nas fronteiras entre o que era permissível e não permissível dentro do sistema soviético. Esta autora chegou a antever a possibilidade de que a questão nacional viesse a alterar a estrutura do Estado soviético, podendo até mesmo acarretar em sua desintegração. [56]

---

[55] Rakowska-Harmstone (1977,p. 75).

[56] "Na opinião desta autora, o conflito étnico é agora a maior força para mudança na União Soviética. Ele não apresenta ameaça imediata para a estabilidade do sistema, mas no longo-prazo a acumulação de forças centrífugas étnicas pode muito bem vir a contribuir para uma mudança na natureza do estado soviético como hoje o conhecemos e pode até mesmo leva-lo à desintegração". (Rakowska-Harmstone,1977,p.75).

Não obstante, a grande reviravolta trazida pelas teorias modernistas sobre nações e nacionalismos nas ciências sociais nas décadas de 1950 e 1960 a partir das publicações dos trabalhos de Elie Kedourie, Ernest Gellner e Karl Deutsch parece ter obtido pouca ressonância entre os sovietólogos dos anos 1970 e 1980, segundo Martin e Suny.[57] Contrariando uma tendência prévia dos autores a uma visão primordialista das nações como sendo entidades antigas e subdivisões naturais da raça humana, cuja expressão moderna seria o nacionalismo político, a nova abordagem argumentava que o fenômeno do nacionalismo não era um componente natural das relações humanas e as ideologias nacionalistas eram uma criação especificamente moderna , oriunda de um complexo desenvolvimento político-social no qual intelectuais e agentes políticos estimulariam a invenção de uma consicência nacional. Fosse como produto de ideiais perniciosas de uma elite política (Kedourie) ou como requerimento funcional da industrialização (Gellner) ou resultado da crescente rede de comunicação social (Deutsch), as nações passaram a ser concebidas como produtos de intervenções políticas especificamente modernas e que só teriam passado a atingir a consciência das massas por volta do século XIX. Em suma, os autores precursores do modernismo inverteram a perspectiva antes prevalente no campo das ciências sociais e da história. Não seria mais a nação, uma entidade tida como primordial nas relações humanas, que daria vazão ao nacionalismo, mas sim a emergência da ideologia nacionalista é que inventaria a nação para os seus propósitos políticos específicos.

Martin e Suny criticaram a maior parte da produção intelectual dos especialistas ocidentais por considerarem que os trabalhos destes autores passaram ao largo da teoria modernista sobre nações e nacionalismos. Segundo os autores, o tratamento ateórico da questão das nacionalidades, somado à visão acrítica de que as nações seriam entidades observáveis e objetivas, baseadas numa comunidade de língua, cultura, mitos compartilhados de origem e parentesco, além de um território comum (ou uma origem que remonte ao território comum). [58] É neste contexto que Martin e Suny citam explicitamente Hélène Carrère d'Encausse, que seria representante típica do sovietólogo que parte de uma visão acrítica e ateórica sobre as nacionalidades na URSS. [59] Retomaremos a discus-

[57] Martin e Suny (2005,p.7).
[58] Martin e Suny (2005,p.7).
[59] Martin e Suny (2005,p.7 e p.19).

são sobre d'Encausse em capítulo específico posterior. Uma discussão mais abrangente das teorias do nacionalismo está delineada no capítulo 1 deste trabalho.

Os bolcheviques herdaram do Império Czarista não somente o "problema das nacionalidades", mas também uma estrutura estatal e burocrática que tinha suas próprias tradições de lidar com a questão nacional. Ao assumir o poder, em outubro de 1917, os revolucionários tomaram posse de um Império multiétnico que estava em processo de desintegração, conturbado por movimentos nacionalistas bastante assertivos em suas periferias ocidentais (do Báltico e Finlândia à Ucrânia) e meridionais (Cáucaso). A mobilização nacionalista a leste (territórios da Ásia Central) era apenas incipiente.

Lênin e Stálin, impressionados pela então recente desintegração do Império Austro-Húngaro, interpretaram o problema nacional herdado do Império Czarista de maneira *sui generis*. A conclusão a que chegaram é que a gravidade da questão nacional era bastante considerável e pertinente ao caso da nova formação política que se criava em sucessão ao Império Russo. Receosos de perder a unidade política herdada deste Império, Lênin e Stálin elaboraram estratégias para utilizar a questão nacional de maneira que fosse conveniente à agenda bolchevique. Para isto, incluiram no discurso revolucionário o léxico das lutas de libertação nacional, estabelecendo um compromisso político que se manifestou num arranjo federalista em linhas etnonacionais.

Na visão de ambos, o nacionalismo russo era a maior ameaça ao projeto bolchevique de manutenção da unidade estatal e seu diagnóstico era que a maior urgência seria conter o "chauvinismo grão-russo".[60] Desta maneira, empenharam-se em criar arranjos federativos que pudessem caracterizar a nova formação política como sendo algo anti-imperial. Os enclaves nacionais receberam, então, suporte do governo central para que desenvolvessem instituições próprias, padronização literária, chegando até mesmo a promover a uniformização das variedades dialetais presentes nas repúblicas ou territórios autônomos. Com isso, buscava-se criar elites nacionais leais ao regime bolchevique, que pudessem servir de contraponto ao nacionalismo russo. Para estabelecer essas elites nacionais, foram promovidas políticas públicas específicas, visando dar prioridade à formação política e técnica aos membros das etnias não russas, de um modo semelhante ao que

[60] Stalin (1912).

atualmente é conhecido na maior parte dos países ocidentais como "ação afirmativa". Eis o motivo pelo qual Martin optou por definir a URSS como o "Império da ação afirmativa".[61]

Segundo Martin e Suny, a estratégia de Lênin e Stálin em promover os nacionalismos periféricos seria abafar possíveis futuras demandas separatistas e deixar os nacionalismos tão difusos nas entidades federadas (seja no nível das repúblicas ou territórios autônomos e oblasts) que deixaria espaço para o estabelecimento de uma estrutura política altamente centralizada em Moscou e com alto poder intervencionista nas demais entidades. Dessa maneira, "tinham a esperança de preservar a integridade territorial do antigo Império Russo para a era pós-imperial do nacionalismo".[62] Uma questão intrigante, segundo Martin e Suny, é a falha da liderança soviética em promover a construção de uma identidade nacional no âmbito de toda a União, como na Grã-Bretanha, na Índia ou nos Estados Unidos. Na URSS, ao contrário, o termo "soviético" jamais confluiu com um senso de identidade coletiva nacional e as identidades nacionais ficaram relegadas aos níveis subestatais e o discurso sobre o "novo homem soviético" ficou limitado a pronunciamentos oficiais vagos das autoridades centrais. [63]

As diferentes fases das políticas soviéticas para as nacionalidades

Os especialistas costumam dividir as políticas soviéticas para a questão das nacionalidades em quatro recortes temporais distintos, que constituem pontos de inflexão em relação ao período imediatamente anterior. O primeiro desses períodos é o que Martin denomina de "Império da ação afirmativa", que teria sido gestado no período pós-revolucionário e aplicado sistematicamente a partir de 1926. Esta política teria sido revertida às vésperas da Segunda Guerra Mundial, por determinação de Stalin, temeroso dos impactos dos nacionalismos nas entidades subestatais soviéticas num cenário de guerra, no qual potências estrangeiras poderiam instrumentalizar estes enclaves étnicos para esfacelar a URSS. A segunda fase, portanto, é marcada como sendo constituída de 1940 até

[61] Martin (2001).
[62] Martin e Suny (2005, p. 8).
[63] Martin e Suny (2005,p. 9).

1955, no período coincide com a Segunda Guerra Mundial e o rearranjo das lideranças soviéticas após a morte de Stalin em 1953 e representa o ressurgimento dos símbolos e instrumentos do nacionalismo russo no contexto da afirmação da URSS como potência. Ao invés de buscar estabelecer e afirmar uma identidade especificamente soviética durante a guerra, Stalin optou por uma estratégia que via como mais segura e de resultados imediatos, que seria apelar ao poder mobilizador do nacionalismo russo e confundi-lo deliberadamente com o Estado soviético.

Uma terceira fase, iniciada sob o comando de Khruschev após a morte de Stalin, pode ser considerada como a política do nativismo com vistas à russificação. Nesta fase, identifica-se um refluxo das tendências russificantes mais extremas do período anterior e uma tentativa de reabilitação parcial das ações afirmativas e da autonomia cultural das nacionalidades não russas. Podemos delimitá-la de 1955 a 1984. A partir de 1985, podemos por fim circunscrever a última fase, iniciada com as reformas de Gorbatchev. A seguir, explicaremos brevemente os principais elementos constituintes de cada uma destas quatro fases. A figura 1 mostra, esquematicamente, como estava estabelecida a hierarquia administrativa soviética entre distintos níveis de governos nacionais.

Figura 1: Hierarquia administrativa

URSS
República da União
República Autônoma
Oblast Autônomo
Distrito Nacional Autônomo

Período de 1923-1936: "Império da Ação Afirmativa"

No período de consolidação do novo regime político instaurado pelos bolcheviques, a cúpula do partido restringiu a discussão a duas possibilidades de abordagem para

a questão das nacionalidades. A primeira era a abordagem marxista tradicional, segundo a qual o nacionalismo deveria ser visto apenas como uma falsa ideologia, criada pela burguesia para defender seus interesses de classe ao fomentar a divisão do proletariado e campesinato em âmbito global. Sob este ponto de vista, as culturas nacionais e as identidades particularistas locais deveriam ser ignoradas, pois estariam fadadas ao desaparecimento em um futuro próximo, com a inexorável emergência de uma cultura comunista universal. Uma segunda abordagem era a do "perigo maior". Esta reconhecia que a força da questão das identidades coletivas nacionais era bastante tangível e, se não bem manejada pelo novo regime político, poderia levá-lo à problemas. Constatavam ainda o risco de que ignorar a questão das demandas por autonomia linguística e cultural poderia fazer com que o novo regime viesse a ser considerado como uma continuidade do nacionalismo chauvinista e colonialista russo, sob outra roupagem. Nesse caso, havia o medo de que sentimentos nacionais reprimidos ensejassem a formação de movimentos anticomunistas como uma resposta ao colonialismo russo. Dessa maneira, criou-se, entre a cúpula do partido, a ideia de que apoiar o nacionalismo das minorias seria preferível a apoiar o nacionalismo russo. O nacionalismo russo passou a ser visto como um "perigo maior" para a consolidação da URSS do que os nacionalismos minoritários e por isso seria preferível mantê-lo represado, ao passo em que seriam feitas concessões às reivindicações identitárias das demais nacionalidades. [64]

Após um debate intenso, mas relativamente curto, que fora abreviado pelo senso de pragmatismo de Lênin, os bolcheviques optaram pela escolha da segunda abordagem para lidar com a questão das nacionalidades. A implicação política dessa abordagem é que uma nova forma de política de Estado deveria ser testada e implementada. Os gestores bolcheviques estariam entrando num terreno novo e desconhecido e que demandaria muita experimentação até o aperfeiçoamento, o que implicava em riscos políticos palpáveis. Como resultado dessa escolha, houve a execução daquilo que Martin considera um dos maiores programas de ação afirmativa da história, que pode ser considerado como uma tendência precursora em âmbito global. "Nada comparável a isso havia sido tentado anteriormente e, com a possível exceção da Índia, nenhum outro Estado multiétnico sub-

[64] Martin (2001).

sequentemente se equiparou em escopo à ação afirmativa soviética".[65] O projeto consistiria numa tentativa de acomodar as demandas identitárias das nacionalidades minoritárias, integrando-as à ideologia estatal. Tal ação serviria como uma medida de profilaxia para evitar que os sentimentos nacionalistas viessem a ser canalizados por projetos de mobilização político-ideológicos anticomunistas. Um objetivo secundário desta política, segundo Martin, seria causar boa impressão entre membros de uma mesma nacionalidade que estivessem em regiões fronteiriças contíguas a URSS. Desta forma, os ucranianos da Polônia ficariam positivamente impressionados pela elevação do padrão de vida dos ucranianos da URSS e liberdade para uso de sua língua nacional, assim como os azeris do Irã ficariam atraídos pelo desenvolvimento de seus pares na RSS do Azerbaijão, e os romenos da Romênia em relação à Moldávia, os finlandeses da Finlândia em relação aos finlandeses da Carélia, etc. Isto é o que se denominava princípio de Piemonte, o uso da política interna para as nacionalidades como instrumento de política externa secundária.

As políticas para as nacionalidades seguiram algumas linhas mestras, como a nativização (*korennizatsia*), a latinização dos alfabetos e a demarcação de territórios específicos para a implementação dessas políticas, bem como a capacitação de um quadro burocrático nativo, leal ao regime, para a gestão dessas entidades federadas. De acordo com a política da *korennizatsia*, as nacionalidades titulares de uma determinada entidade federada obteriam vantagens politicamente enviesadas (ações afirmativas) para o seu desenvolvimento, tais como cotas em universidades e no funcionalismo público, representação mínima em organizações governamentais e recursos para o desenvolvimento de instituições nacionais próprias.

Paralelamente, os bolcheviques promoveram as chamadas campanhas de latinização, visando o desenvolvimento de uma forma literária padronizada para línguas minoritárias que antes não tinham uma forma escrita padrão, incluindo pequenos grupos étnicos de caçadores-coletores do Extremo Oriente e do círculo polar ártico. Essa política coincidiu com numerosas propostas de linguistas e intelectuais de grupos étnicos turcos para a adoção do alfabeto latino, na época em que a República da Turquia, sob a liderança kemalista, fazia igual adoção e deixava para trás o uso do alfabeto árabe. A experiência

[65] Martin (2001, p. 67).

kemalista na Turquia servia de exemplo de padronização da língua escrita sob o alfabeto latino para as intelligentsias tártaras, uzbeques, quirguizes, etc. A ideia não agradava a todos os oficiais bolcheviques, mas acabou sendo oficialmente implantada, sobretudo pelo seu poder simbólico de mostrar às nacionalidades não russas que a URSS não estava promovendo a russificação, como poderia ser alegado em caso da escolha do alfabeto cirílico. Seguindo o exemplo kemalista, as autoridades soviéticas davam um passo rumo ao distanciamento das línguas turcas do mundo islâmico, ao interromper o uso do alfabeto árabe. A campanha de latinização foi concluída nos primeiros anos da década de 1930.[66]

Por fim, uma terceira linha mestra que caracteriza as políticas para as nacionalidades no período é a atribuição, designação e circunscrição territorial aos grupos étnicos titulares.[67] Dentro dessas unidades territoriais, as escolas lecionariam prioritariamente na língua da nacionalidade titular, as elites nativas seriam promovidas dentro do quadro burocrático e a produção artística intelectual nativa era promovida. Dessa forma, ao invés de incentivar a convivência interétnica entre os diversos grupos nacionais, as políticas públicas acabavam deixando cada grupo étnico circunscrito à sua área própria de interveniência dentro de seus enclaves, inibindo o surgimento de um *melting pot*.[68] A política era deliberadamente anti-assimilacionista, por considerar que uma política assimilacionista constituiria naquele momento um "perigo maior".[69]

1936-1953: O retorno do nacionalismo russo

Contudo, esse conjunto de políticas públicas que Terry martin descreveu como "Império da ação afirmativa", começou a retroceder em meados da década de 1930. A promoção dos sentimentos nacionais locais resultou no surgimento de sentimentos anticomunistas e no nacionalismo irredentista. Na visão de Stalin, após os rápidos esforços

[66] Martin (2001).
[67] Hirsch (1997).
[68] Slezkine (1994).
[69] Martin (2001).

de industrialização e coletivização promovidos pelo Estado, estava claro que os russos eram o grupo étnico mais leal ao regime. Ao final da década de 1930, Stalin já havia mudado radicalmente a política soviética para a questão das nacionalidades. Os nacionalismos locais, antes promovidos por uma série de ações estatais, passaram a ser atacados como movimentos políticos burgueses e reacionários, ao passo que o nacionalismo russo voltou a ser promovido, pois seria um elemento capaz de dar coesão identitária à União Soviética.

Durante os grandes expurgos dos anos 1936-1938, alguns grupos étnicos foram rotulados como sendo desleais ao regime e suspeitos de colaboração com potências inimigas. Durante a Segunda Guerra Mundial, os tchtchenos, inguches, calmucos, karachais e tártaros da Criméia, dentre outros grupos étnicos, foram deportados em massa para diferentes localidades remotas na Ásia Central. Por fim, o regime passou a promover uma política de ativa russificação, promovendo o russo como *lingua franca* para dar coesão interna ao Estado soviético. Em janeiro de 1934, Stalin anunciou oficialmente o abandono do princípio do "perigo maior". [70] Os símbolos do nacionalismo russo voltaram gradualmente a ser promovidos, não em igualdade com os símbolos das outras nacionalidades, mas sim na condição de *primus inter pares*, ressaltando o papel de destaque dos russos no Estado soviético. No pós-guerra, o heroísmo da população russa passou a ser exaltado pela propaganda do governo. A promoção do nacionalismo russo levou a russificação também nas políticas culturais e educacionais. Segundo Judt, no imediato pós-guerra havia uma "complementariedade natural" entre o nacionalismo russo e o nacionalismo soviético, com a aberta exaltação da "vitória do povo russo". [71] Na era pós- imperial, "a União Soviética protegia o Estado imperial russo, enquanto a 'Rússia' emprestava à União Soviética legitimidade histórica e territorial".[72]

Em 1938, o ensino da língua russa voltou a ser obrigatório em todas as escolas soviéticas. Ao final da guerra, a maior parte das intelligentsias nacionais já havia sido expurgada. Os quadros burocráticos nativos foram substituídos, em grande parte, por

[70] Martin (2001, p. 80-81).
[71] Judt (2008, p. 646).
[72] Judt (2008, p. 646).

quadros compostos de pessoas de etnia russa e a maior parte das línguas passou a adotar o alfabeto cirílico como padrão oficial, revertendo a latinização.

1953-1985: Nativismo e russificação gradual

Em meados da década de 1950, na sequência da morte de Stalin, a política oficial de promoção do nacionalismo russo foi revista. O novo líder soviético Nikita Khrushchev deu uma guinada em relação às políticas para as nacionalidades das últimas duas décadas, como base em três aspectos: a condenação ao stalinismo, o retorno da promoção de quadros locais para a administração pública e um projeto de russificação gradualista. Khrushchev criticou os grandes expurgos de grupos étnicos tidos como desleais durante a guerra. Houve uma condenação retórica aos "abusos" de Stalin e, nos discursos oficiais, os esforços coletivos de todos os grupos nacionais da URSS na guerra passaram a ser enfatizados, revertendo a retórica nacionalista russa. Em 1957, permitiu-se aos grupos étnicos deportados na guerra o retorno aos seus lares nacionais históricos, num gesto que visava sinalizar a reversão dos abusos stalinistas. Tal medida, em conjunto com a condenação dos expurgos, demonstrava que a nova liderança se opunha à repressão em massa.

Apesar de ter ganhado popularidade com sua política de reversão do stalinismo, Khrushchev não conseguiu manter controle sobre o PCUS e em 1964 foi obrigado a renunciar por seu "voluntarismo", sendo substituído por Leonid Brezhnev. A nova liderança não representou ruptura frente a Khrushchev no que diz respeito à questão das nacionalidades. A política da nativização dos quadros ganhou ênfase, em moldes bastante distintos do que fora na década de 1920 e início dos anos 1930. Instaurou-se uma política deliberada de promoção de quadros "nativos" para posições de liderança nas subdivisões regionais do PCUS e na máquina burocrática estatal nas suas repúblicas nativas. Contudo, os grupos étnicos minoritários continuaram a se ressentir por falta de oportunidades no âmbito da União, ficando os seus quadros confinados às repúblicas de origem. A distribuição dos recursos para a formação de quadros nativos também era desigual no período. As quinze repúblicas da União tinham mais oportunidades para usar recursos na promoção de políticas culturais nacionais do que as Repúblicas Autônomas e os Distritos Nacionais Autônomos.

Nessa fase, estabeleceu-se uma política de russificação gradualista, por meio de uma reestruturação da política linguística, visando a efetivar o russo como *língua franca* entre todos os cidadãos soviéticos. Ao final da década de 1950 o governo soviético tinha anunciado uma série de reformas educacionais reduzindo o número de escolas em línguas nativas dentro das repúblicas autônomas em território da RSFSR. Já em 1972, somente as crianças das Repúblicas autônomas do Tartaristão e do Bascortostão tártaros ainda poderiam cursar o ensino básico em língua nativa. Em todas as outras repúblicas, o russo já havia se tornado o único meio de instrução possível e as línguas nativas poderiam ser estudadas apenas na condição de disciplinas extracurriculares. Em maio de 1979, a cidade de Tashkent, capital da RSS do Uzbequistão sediou uma conferência, no âmbito de toda a União, com o título "Língua russa: língua da amizade e cooperação dos povos da URSS", na qual foram feitas recomendações para o incremento e aperfeiçoamento do ensino da língua russa na URSS. [73]

Na sequência desta conferência, o governo soviético adotou e implementou políticas destinadas a expandir o ensino da língua russa em repúblicas étnicas - em geral, tais políticas foram adotadas às custas do ensino das línguas titulares. A adoção das medidas de russificação acabou causando uma série de protestos e distúrbios civis nas três repúblicas bálticas, bem como na RSS da Geórgia e na RSS da Ucrânia.[74] Embora o ensino básico nas línguas nacionais continuasse garantido nas repúblicas não russas, diferentemente do processo que se observava dentro das repúblicas autônomas da RSFSR, a língua russa, com status de língua oficial no âmbito da União, tinha o seu estudo como segunda língua compulsória em todas as escolas não russas. [75] Além disso, para que os indíviduos não russos pudessem almejar qualquer possibilidade de mobilidade social para cima - especialmente nas arenas científica, política e militar – seria essencial que dominassem a língua russa e as normas culturais russas. Os russos, por outro lado, não eram obrigados a aprender as línguas das repúblicas em que viviam e trabalhavam – e isso, como frisou

[73] Sheehy (1979).

[74] . Em abril de 1978, houve uma demonstração pública em Tbilisi contra a eliminação da cláusula do artigo da Constituição da República da Geórgia que determinava que o georgiano era a língua oficial da república (a Constituição da Geórgia estava sendo reformulada em 1978, em consonância com a promulgação da nova Constituição soviética de 1977). Diante da mobilização popular, a idéia foi abandonada e a cláusula mantida na nova Constituição georgiana.

[75] Lapidus (1984, p. 572).

Lapidus, era uma fonte de grande ressentimento entre as populações locais.[76] Dessa forma, cientes das possíveis repercussões negativas das reformas educacionais que viessem a dar maior ímpeto ao estudo do russo, as autoridades da União passaram a utilizar um tom mais cauteloso – por vezes até sigiloso- na divulgação e promoção de novas iniciativas.[77]

Outra fonte de preocupação para Moscou eram os dados demográficos, que apontavam de maneira consistente para o declínio relativo da população russa no agregado total da população soviética. A figura 2 mostra, reunindo dados dos censos populacionais de 1959,1970, 1970 e 1989, em ordem decrescente os índices de crescimento demográfico entre os quinze grupos étnicos titulares em cada uma das repúblicas da União. Os dados apontavam claramente na direção do inexorável ganho de importância relativa das populações das repúblicas da Ásia Central e do Cáucaso. A autora ocidental que apontou com maior contundência para os potenciais problemas que isso poderia acarretar à liderança soviética foi Carrère d'Encausse, ainda na década de 1970.[78]

[76] Lapidus (1984, p.572-573).
[77] Lapidus (1984, p. 572).
[78] D'Encausse (1978).

Figura 2: População das nacionalidades titulares das 15 repúblicas da URSS de acordo com os censos de 1959, 1970, 1979 e 1989.[79]

Nacionali-dade	popu-lação 1959 (mi-lhões)	popu-lação 1970 (mi-lhões)	popu-lação 1979 (milhões)	popu-lação 1989 (mi-lhões)	% do total da URSS em 1959	% do total da URSS em 1989	% cresci-mento 1959-89
azerbaijanos	2,940	4,380	5,477	6,770	1,4	2,4	332,3
Tadjiques	1,397	2,136	2,898	4,215	0,7	1,5	301,7
Uzbeques	6,015	9,195	12,456	16,698	2,9	5,8	277,6
Turcomanos	1,002	1,525	2,028	2,729	0,5	1,0	272,4
Quirguizes	0,969	1,452	1,906	2,529	0,5	0,9	261,0
Cazaques	3,622	5,299	6,556	8,136	1,7	2,8	224,6
Armênios	2,784	3,559	4,151	4,623	1,3	1,6	165,9
Moldavos	2,214	2,698	2,968	3,352	1,1	1,2	151,4
Georgianos	2,692	3,245	3,571	3,981	1,3	1,4	147,9
Lituanos	2,326	2,665	2,851	3,067	1,1	1,1	131,9
Russos	114,114	129,015	137,397	145,155	54,6	50,8	127,2
bielo-russos	7,913	9,052	9,463	10,036	3,8	3,5	126,8
Ucranianos	37,253	40,753	42,345	44,186	17,8	15,5	118,6
Letãos	1,400	1,430	1,439	1,459	0,7	0,5	104,2
Estonianos	989	1,007	1,020	1,027	0,5	0,4	103,8

[79] Goskomstat, 1989-1990, v. 4, pt. 1, livro 3, p. 187; SKSNG, 1991-1993, v. 7, pt. 1, p. 10. Apud Segrillo (2000, p. 285)

1985-1991: A política de nacionalidades durante a Perestroika

Mikhail Gorbachev chegou ao poder em 1985. Gradualmente foi anunciada uma série de amplas reformas que mudaram radicalmente o equilíbrio entre Moscou e as demais repúblicas. Após as eleições, em 1990, grupos abertamente nacionalistas assumiram o poder local em quase todas as repúblicas étnicas e suas demandas políticas eram crescentemente assertivas em relação à identidade étnica, além de reivindicarem um nível de autonomia econômica e política em relação a Moscou que seria impensável poucos anos antes. No primeiro semestre de 1991, quatro das quinze repúblicas constituintes da URSS já haviam declarado independência. As forças centrífugas do nacionalismo geraram uma grave crise institucional e uma cisão na cúpula do PCUS entre facções que viam as mudanças políticas e econômicas trazidas pela *Perestroika* como irreversíveis e outras que buscavam a restauração do *status quo ante*. O conflito entre as facções chegou a tal ponto que em agosto de 1991 ocorreu uma tentativa de golpe, que fracassou no decorrer de poucos dias. Alguns meses depois, em dezembro do mesmo ano de 1991, a URSS foi formalmente dissolvida e fragmentada entre as quinze repúblicas que constituíam a União.

Devido às políticas de "nativização", as repúblicas da União possuíam instituições próprias, línguas oficiais locais e identidades etnonacionais majoritárias em seus territórios. Quando a União perdeu sua coesão política e as forças centrífugas ganharam força, as elites políticas das repúblicas estavam prontas para reivindicar a autonomia e até mesmo soberania para suas repúblicas como um objetivo político prioritário. [80] Embora de forma descontínua e com abordagens variadas, ao longo das seis décadas anteriores o regime soviético institucionalizara sentimentos nacionalistas nas repúblicas, estabelecendo em cada uma delas elites políticas e instituições próprias. Quando instituições centrais da União como o PCUS, a KGB e as forças armadas perderam coesão, as elites políticas

[80] Brubaker (1994).

locais passaram a agir de forma soberana nas repúblicas, sem prestação de contas no âmbito da União. Estavam livres para estabelecer suas próprias agendas políticas.

Para entendermos a contradição entre um período de aparente *calmaria* nas relações interétnicas no período anterior a Gorbachev, e a explosão de conflitos nesta área, principalmente a partir de 1988-89, precisamos analisar a especificidade de alguns conceitos geográfico-etnográficos quando utilizados no contexto soviético. A antiga URSS, na época do início da *perestroika*, era formada por 15 repúblicas (sendo que a maior de todas era a República Socialista Federativa Soviética Russa, que ocupava sozinha aproximadamente 76% do território total do país e 52% de sua população).

O censo de 1979 (o último antes do início da *perestroika*) computou dados sobre 109 grupos étnicos em toda a URSS Estes grupos étnicos eram divididos em três categorias principais: *natsional'nost'*, *narodnost'* e *inostrannyi men'shistvo*, traduzidas no Ocidente, respectivamente, por *nacionalidade*, *subnacionalidade* e *minoria estrangeira*. Nos censos populacionais, eram considerados *nacionalidades* (*natsional'nosti*) os grupos étnicos mais consolidados e maiores (acima de 300 mil pessoas aproximadamente como, por exemplo, russos, ucranianos, estonianos e outros); os de menos de 300 mil pessoas eram, em geral, considerados *subnacionalidades* ou *narodnosti* (calmucos, esquimós, tchuktches, dentre outros.

As Constituições soviéticas de 1924, de 1936 e 1977 consolidaram a divisão territorial da URSS baseada fortemente em princípios étnicos. Se tomarmos a época do início da *perestroika*, por exemplo, veremos que a *União* (das Repúblicas Socialistas Soviéticas) estava dividida em 15 *repúblicas*.[81] As repúblicas tinham, basicamente, 3 tipos de divisões territoriais imediatas:

1)oblast': região,

2) *krai:* território

3) *okrug*: área

Tais divisões territoriais, por sua vez, eram subdivididas em diversos *raiony* (que seriam semelhantes aos municípios no ordenamento federativo brasileiro). Entretanto, além desta subdivisão administrativa com base territorial, havia também subdivisão com

[81] Segrillo (2000).

base no princípio étnico que se fazia notar pela existência de unidades administrativas *autônomas* nos locais onde havia ampla hegemonia populacional local de alguma minoria nacional.

Os principais tipos, em ordem crescente de importância (de acordo com a quantidade de pessoas daquela nacionalidade) eram: *avtonomnyi okrug* (= "área autônoma"), *avtonomnaya oblast'* (= "região autônoma"), e *avtonomnaya respublika* (= "república autônoma"). Estas unidades administrativas autônomas eram partes constitutivas das (15) Repúblicas da União, mas tinham certa autonomia para decidir sua forma específica de administração em diversas esferas, principalmente no que diz respeito às políticas públicas para cultura e educação.

Às vésperas da *perestroika* havia 20 repúblicas autônomas, 8 regiões autônomas e 10 áreas autônomas na URSS. Isso foi resultado da criação de entidades como a República Socialista Soviética Autônoma (RSSA) Darguestana, a RSSA Buriata, a RSSA Careliana, a Região Autônoma Altaica, dentre outras, sendo que a maioria desses grupos étnicos conseguiu sua base territorial autonoma pela primeira vez durante o período soviético, num desenvolvimento inédito em relação ao período do imperial czarista.

Em 1986 houve um incidente que, visto em retrospectiva, prefiguraria alguns dos futuros problemas étnicos abertamente violentos de 1988-89. Nos dias 17 e 18 de dezembro de 1986 houve protestos públicos nas ruas de Alma-Ata (atual Almaty), capital da República do Cazaquistão. No incidente, uma multidão, composta na maioria de jovens e estudantes, protestava contra a substituição do primeiro secretário do partido naquela república, Dinmukhamed Kunaev (de etnia cazaque) por Gennadi Kolbin (de etnia russa). No choque da polícia com os manifestantes, pelo menos duas pessoas morreram e houve grande número de feridos. O incidente pegou de surpresa os dirigentes em Moscou, que não cogitavam a possibilidade de uma repercussão tão adversa - e temiam o precedente que tais distúrbios poderiam abrir. Segundo Segrillo, o balanço do poder em relação ao equilíbrio étnico era uma questão sensível no Cazaquistão, pois nesta república, como resultado das constantes imigrações, os cazaques se tornaram minoria (36% da população contra 41% de russos na época).[82]

---

[82] Segrillo (2000).

Mas foi em 1988 que ocorreu o conflito étnico mais grave, que envolveu duas repúblicas do Cáucaso – Armênia e Azerbaijão - resultando num conflito armado em torno do status do território de Nagorno-Karabakh. A região autônoma (*avtonomnaya oblast'*) de Nagorno-Karabakh era parte constituinte da República Soviética do Azerbaijão, porém a grande maioria da população era de etnia armênia. A região já havia sido motivo de disputa historicamente, pois fazia parte de uma rota utilizada por pastores nômades azerbaijanos. Em 1923, embora 95% da população fosse constituída de armênios, o governo soviético decidiu alocar o território Karabakh como fazendo parte do Azerbaijão, mas com o estatuto de região autônoma, numa tentativa de alcançar um ponto equidistante entre as reivindicações das duas nacionalidades. Desse modo, a população majoritária de etnia armênia do território mantinha ampla autonomia para definir suas políticas culturais e linguísticas, embora formalmente integrasse a RSS do Azerbaijão.

Essa situação, embora fosse desconfortável aos armênios, acabou acomodando o conflito de forma satisfatória ao menos até meados da década de 1960. A partir de 1965, começaram a ser feitas petições aos dirigentes em Moscou, por parte de habitantes de Karabakh, requisitando formalmente a transferência da região à RSS da Armênia.[83] As demandas, contudo, foram ignoradas, por receio dos dirigentes em despertar um conflito que parecia bem acomodado com o arranjo institucional estabelecido e o status de "região autônoma" do território.

Com o início da *perestroika*, esse movimento ganhou impulso. Em 11 de fevereiro de 1988, ocorreram grandes manifestações em Stepanakert, capital de Karabakh e, posteriormente, em Yerevan, capital da RSS da Armênia. Uma petição pedindo a separação do território do Azerbaijão com sua posterior incorporação à Armênia foi feita a Moscou, tendo sido imediatamente rejeitada. Em 20 de fevereiro, o Soviete de Nagorno-Karabakh votou pela incorporação da região à Armênia e formou um comitê, chamado Comitê Karabakh, para organizar a atuação do movimento separatista.

A tensão aumenta nos dias que se seguem, pois Stepanakert e Erevan colocam pressão em Gorbachev para reconhecer a decisão do Soviete local. Em 28 de fevereiro, as notícias oficiais de que dois azerbaijanos teriam morrido em choques com armênios

[83] Segrillo (2000).

perto da cidade de Agdan (ao lado de Nagorno-Karabakh) provocam um ataque indiscriminado contra armênios que viviam em Sumgait, um subúrbio de Baku, a capital do Azerbaijão. Nos dois dias que durou o pogrom de Sumgait, morreram mais de trinta pessoas e centenas ficaram feridas. O massacre logo foi comparado, por amplos setores da opinião pública armênia, ao genocídio ocorrido no processo de desintegração do Império Otomano.[84] Tropas federais foram enviadas à região. Em 23 de março de 1988, o Soviete Supremo da URSS adotou uma resolução condenando a decisão unilateral tomada pelo Soviete de Karabakh e o funcionamento do Comitê Karabakh, acusado de separatismo irresponsável.

Em 15 de junho, o Soviete Supremo da Armênia aprovou uma resolução a favor da incorporação de Karabakh à RSS da Armênia. A escalada de tensão e violências esporádicas aumentou, havendo um impasse entre a posição dos armênios, de um lado, e a de Moscou e azerbaijanos, de outro (contra a mudança no *status* de Karabakh).[85] Em 7 de dezembro de 1988 um terremoto de grandes proporções atingiu o nordeste do território da Armênia, acarretando em dezenas de milhares de mortos. Em 12 de janeiro de 1989, Moscou decretou uma intervenção federal em Nagorno-Karabakh. A administração da região foi temporariamente transferida para o governo federal, com a instalação de um estado de emergência. A posição de Moscou em Nagorno-Karabakh, incapaz de resolver a questão na prática, acabou trazendo à tona insatisfações nacionalistas em outras repúblicas.

Em setembro de 1989, o Azerbaijão inicia um bloqueio ferroviário à Armênia. O conflito passa a assumir contornos de guerra civil entre as duas repúblicas. Moscou ordena ao Azerbaijão desmontar o bloqueio. Sofrendo uma recusa, tropas federais assumem o controle do sistema ferroviário azerbaijano em inícios de outubro. Apesar de solucionado o problema do bloqueio, a situação continua tensa. Em novembro de 1989 seria formada uma frente popular na Armênia (Movimento Nacional Armênio). Em vista da falta de progresso nas negociações, em 28 de novembro, o Supremo Soviete da URSS decidiu terminar o período de intervenção federal em Nagorno-Karabakh.[86]

---

[84] Suny (1989, p. 507).
[85] Segrillo (2000).
[86] Segrillo (2000).

A situação voltou, então à "estaca zero", pois se, por um lado, Nagorno-Karabakh volta a ficar subordinado ao Azerbaijão (com recomendações expressas para que seja respeitado seu *status* de *avtonomnaya oblast'*, ou *região autônoma*), por outro, o governo local fica nas mãos do Soviete de Karabakh (de maioria armênia e anti-Azerbaijão). Em primeiro de dezembro de 1989, a Armênia declara que o enclave é parte da "república armênia unificada" e a 11 de fevereiro de 1990 anuncia que as leis federais só terão validade no território armênio se não entrarem em contradição com as leis locais. [87]

Para restabelecer a ordem, especialmente após um *progrom* sofrido por armênios no azerbaijão em 13 de janeiro de 1990, tropas federais ocuparam Baku, capital do Azerbaijão. A ocupação e o estado de emergência proclamado na cidade (no dia 19 de janeiro) foram marcados por numerosos conflitos armados que deixaram dezenas de vítimas fatais. Todo o ano de 1990 e o primeiro semestre de 1991 seriam marcados pelo impasse de posições e conflitos armados (ocasionalmente com grande número de vítimas) em torno de Karabakh. Em 26 de novembro de 1991 o Azerbaijão decidiu abolir oficialmente o *status* de Nagorno-Karabakh como *região autônoma* (*avtonomnaya oblast'*). Em contrapartida, as autoridades armênias de Karabakh decidiram se autoproclamar república em dezembro, inclusive registrando um pedido de ingresso na CEI. Assim, em finais de 1991, na época da dissolução da União Soviética, o conflito em torno de Nagorno-Karabakh persistia, indefinido e adquiriria o aspecto de conflito internacional com a independência da Armênia e do Azerbaijão. Nagorno-Karabakh declarou independência do Azerbaijão, mas o governo da Armênia optou por não incorporar, de fato, o território, adotando a estratégia de reivindicar sua independência. O conflito permanece "congelado", com eventuais episódios de acirramento de parte a parte e o risco permanente de eclosão de uma nova guerra. [88]

---

[87] Segrillo (2000).

[88] Outro conflito étnico de grande monta ocorreu na região (*oblast'*) de Osh na RSS da Quirguízia na semana de 4 a 10 de junho de 1990. A região, na fronteira com Uzbequistão, tinha uma população multiétnica, com quirguizes (56%) e uzbeques (26%) como os maiores grupos. Os uzbeques acusavam a administração da região de não estar mantendo o tradicional equilíbrio proporcional entre nacionalidades de acordo com sua porcentagem na população. A crise econômica da *perestroika* exacerbava os ânimos entre quirguizes e uzbeques na disputa por empregos e melhorias no nível de vida de cada população. A semana de choques étnicos, crimes e mortes terminou com 120 uzbeques, 50 quirguizes e um russo morto e mais de 5 mil crimes registrados.

Em suma, com a eclosão deste conflito territorial entre duas unidades federadas, ficou clara a gravidade da crise institucional da URSS, pois o governo central no nível da União ficou exposto e desmoralizado diante da sua incapacidade de acomodar o conflito e evitar sua escalada. A situação abriu precedente para que as elites políticas das demais repúblicas reivindicassem, unilateralmente, maior autonomia decisória, à revelia de Moscou. O impacto mais significativo foi nas três repúblicas do Báltico (Letônia, Lituânia e Estônia) com a criação das chamadas *frentes populares*, agremiações que reivindicavam, a princípio, maior autonomia para as repúblicas no processo decisório local. Com a consolidação da estratégia, as lideranças das *frentes populares* começaram a falar abertamente em alcançar a plena soberania.

A primeira *frente popular* criada foi a da Lituânia (chamada *Saiudis*), em sua capital, Vilnius, em 3 de junho de 1988. Em Tallin, capital da RSS da Estônia, a 1 de outubro de 1988, foi formada a *frente popular* estoniana e em 8 de outubro, em Riga, capital da RSS da Letônia, foi criada a *frente popular* da Letônia. Em 13 e 14 de maio de 1989 seria criado o *Conselho do Báltico* para coordenar as ações destas três organizações. Segundo Segrillo, partir do Báltico, a estratégia de criação de *frentes populares* começou a se disseminar para diversas outras repúblicas. Segrillo lista, em ordem cronológica, os casos das *frentes populares* da Bielorrússia (em 19 de outubro de 1988), na Moldávia (20 de maio de 1989), em julho de 1989 na Geórgia e no Azerbaijão, em 8 de setembro de 1989 na Ucrânia (o chamado RUKH), e em 4 de novembro de 1989 na Armênia (o Movimento Nacional Armênio). [89]

O ano de 1990 ficou marcado pela radicalização de posições dos movimentos autonomistas das repúblicas. Nas repúblicas do Báltico (com a Lituânia na dianteira do processo), as reivindicações das *frentes populares* evoluem de *autonomia* para a demanda por *soberania*. Nas outras repúblicas (com Geórgia, Moldávia, Armênia e Azerbaijão na dianteira), a discussão evolui de uma política nacionalista que enfatiza elementos culturais e lingüísticos para a discussão de *soberania* e (logo após, quase imediatamente) de *independência*.

[89] Segrillo (2000).

O parlamento da Lituânia declarou a *independência* da república em 11 de março de 1990. Em 4 de maio, o Soviete Supremo da Letônia emitiu uma declaração no mesmo sentido. A Estônia tomou um caminho diferente. Os dois parlamentos "paralelos" que vinham funcionando a partir de 1990 (o Soviete Supremo normal da república, em 30 de março de 1990, e o Congresso da Estônia, eleito independentemente das leis soviéticas, em 12 de março de 1990), ambos adotaram a posição de que o Estado estoniano que existia legalmente era o mesmo de antes da incorporação à URSS durante a Segunda Guerra Mundial. Com base na desclassificação dos protocolos secretos do pacto Molotov-Ribbentrop de 1939, a posição era de que a incorporação à URSS havia sido feita à revelia legal e que, para marcar esta continuidade, não seria necessário nem mesmo uma declaração de independência. A Geórgia declarou sua independência em 9 de abril de 1991, de forma a coincidir com o aniversário de dois anos do massacre de manifestantes por tropas soviéticas em Tbilisi.[90] Grande parte das outras repúblicas declararia sua independência imediatamente após a tentativa de golpe de agosto de 1991.

Em março de 1990 houve uma série de eleições para os parlamentos locais e das repúblicas. Como resultado delas, Yeltsin foi eleito (a 29 de maio) como presidente do Soviete Supremo da Federação (República) Russa, com a plataforma de "soberania total" à Rússia. Em 13 de março de 1990, foi criado também o cargo de *presidente da URSS*, para o qual foi nomeado Gorbachev. Em 11 de junho de 1990, a própria Rússia declarou sua *soberania* em relação à URSS. Em 31 de outubro de 1990, a última das 15 repúblicas que ainda não havia declarado soberania, a RSS da Quirguízia, também o fez.

A escalada "soberanista" no nível das entidades federadas das repúblicas acabou se espalhando para outro nível federativo, o das repúblicas autonômas e das regiões autônomas dentro das repúblicas, que começaram a demandar maior autonômia ou mesmo soberania, em situação análoga à que descrevemos em Nagorno-Karabakh. Tal situação acabou criando vários conflitos internos nas repúblicas da União, visto que suas administrações temiam a escalada que estas demandas autonomistas e soberanistas poderiam trazer, levando à fragmentação de seus territórios. A Geórgia reprimiu duramente as reivindicações da Abkhazia e da Ossétia. Na Moldávia, a região da Transnístria, de maioria

[90] Segrillo (2000).

étnica russa, se rebelou e se estabeleceu como um Estado de fato soberano, embora não reconhecido internacionalmente, numa situação que persiste atualmente.

No segundo semestre de 1990, a situação na URSS já havia adquirido contornos absolutamente preocupantes para o governo central em Moscou. Gorbachev acenou então com a criação de um novo tratado da União, que transferiria grande parte das responsabilidades administrativas para o âmbito das repúblicas, mantendo para a União somente funções essenciais como a defesa, o banco central e a moeda comum. Na prática, a federação se transfiguraria numa confederação, conferindo amplos poderes para cada uma das repúblicas signatárias. No entanto, mesmo com tantas concessões, e após três propostas sucessivas (uma em 23 de novembro de 1990, outra em 9 de março de 1991 e a terceira em 18 de junho de 1991), as repúblicas se recusaram a aderir ao novo tratado da União, levando o governo central a uma situação de impasse.

Em 23 de abril de 1991, Gorbachev e a maioria dos líderes das repúblicas tentaram chegar a um acordo preliminar para a formação de uma "união de estados soberanos". Os detalhes seriam tratados pelos próprios líderes republicanos, em vez de impostos pelo centro. Em 12 de junho de 1991, Boris Yeltsin foi eleito, pelas urnas, para o recém-criado cargo de presidente da Rússia.[91] Após negociações prolongadas e exasperantes durante todo o verão, chega-se um novo tratado da União.

O tratado deixaria as repúblicas com amplos poderes, inclusive com mecanismos facilitadores da secessão para aquelas que assim o desejassem. Entretanto, às vésperas da data marcada para a assinatura, no dia 19 de agosto, ocorreu a tentativa fracassada de golpe em que Gennady Yanayev (vice-presidente da URSS), Vladimir Kryuchkov (chefe do KGB), Valentin Pavlov (primeiro-ministro), Boris Pugo (ministro do interior), Dimitri Yazov (ministro do exército), Anatoly Lukyanov (presidente do Soviete Supremo) e outros tentaram depor Gorbachev, que estava de férias na residência ofical na Criméia, no afã de preservar a integridade territorial da URSS e reverter as reformas promovidas pela perestroika. Gorbachev ficou preso na residência oficial na Criméia por três dias, até que ficasse claro o fracasso do movimento golpista.

[91] Segrillo (2000).

Ao final de três dias, Gorbachev retornou a Moscou, em 23 de agosto, para reassumir o comando do governo central. Entretanto, desmoralizado, não conseguiu impedir que as repúblicas consolidassem a situação de efetiva soberania frente a Moscou e ignorassem as decisões oriúndas do centro. As seguintes repúblicas declararam sua independência, de forma unilateral, logo após a tentativa de golpe: Moldávia (27/8/91), Bielorússia (25/8/91), Azerbaijão (30/8/91), Uzbequistão (31/8/91), Tadjiquistão (9/9/91) e Armênia (23/9/91). O Soviete Supremo da Ucrânia, em 24 de agosto, adotou uma resolução pela independência ucraniana, que deveria ser confirmada por um referendo popular marcado para primeiro de dezembro. A Estônia (em 20/8/91) e Letônia (em 21/8/91) também reconfirmaram nestas datas suas declarações de independência, agora com caráter de vigência imediata. O PCUS, acusado de ter tomado parte na tentativa de *putsch* de agosto, teve sua existência legal suspensa pelo Soviete Supremo em 29/8/91.[92]

Em 8 de dezembro, em Belavezha, subúrbido de Minsk, na Bielorrúsia, os chefes de estado da Rússia, Bielo-Rússia e Ucrânia declararam que suas repúblicas se estavam retirando unilateralmente da URSS, firmando os acordos de Belavezha. Os acordos previam, ainda, a formação de uma "Comunidade de Estados Independentes". Em 25 de dezembro, Gorbachev anuncia sua renúncia pessoal ao cargo de presidente da URSS 26 de dezembro, 30 deputados do parlamento soviético votaram pela dissolução oficial da URSS, extinguindo o órgão do qual eram constituintes. As responsabilidades sobre o comando do arsenal nuclear foram transferidas ao presidente da Rússia, Boris Yeltsin.

[92] Segrillo (2000).

Capítulo 3
Análise dos autores "catastrofistas" ocidentais sobre o problema das nacionalidades na URSS

Este capítulo tem por objetivo fazer uma revisão de literatura dos principais autores que trabalharam a perspectiva desintegracionista da questão das nacionalidades na URSS. Será realizada uma síntese dos principais argumentos destes autores individualmente.

3.1 Alexandre Bennigsen e Marie Broxup em "The Islamic Threat to the Soviet State":

O livro publicado em 1983 por Bennigsen e Broxup, antes, portanto, das reformas iniciadas pela Perestroika, faz uma revisão histórica das relações entre o Império Russo e o "Império Soviético", que consideram seu sucessor direto, no trato com as minorias islâmicas.[93] Este livro é de suma importância para ilustrar a perspectiva desintegracionista, por alertar para a especificidade da questão das etnias muçulmanas e da religião islâmica para a URSS, que, segundo os autores, no longo prazo poderia colocar em xeque a integridade territorial soviética.[94]

Logo no capítulo introdutório os autores revelam um dado de fundamental importância para sublinhar sua tese da especificidade das populações de religião islâmica na URSS. Esse dado é obtido, segundo os autores, por uma série de pesquisas sociológicas conduzidas na URSS sobre a proporção de ateus e religiosos praticantes em diferentes grupos étnicos. Essas pesquisas revelariam que a proporção de ateus entre as etnias mu-

---

[93] "..o último império colonial do mundo - a União Soviética." Bennignsen e Broxup (1983, p.4).

[94] "Tendo recusado a assimilação ao mesmo tempo em que aceitava o marxismo-leninismo meramente como uma técnica de administração burocrática… a comunidade muçulmana da URSS está preparada para a inevitável confrontação final com seus governantes russos… pode ser uma grande confrontação armada ou uma gradual 'prise de pouvoir' pelos quadros muçulmanos submergindo seus camaradas russos e expulsando-os de seus territórios nacionais, e finalmente alcançando uma autêntica autonomia ou mesmo independência e soberania completa." Bennignsen e Broxup (1983, p.4)..

çulmanas seria algo ao redor de 20%. Entre os russos ortodoxos, somente 20% se mantinham praticantes da religião, enquanto cerca de 80% se declaravam ateus.[95] Para os autores, esses dados sobre a frequência relativa de crentes religiosos entre as populações muçulmanas seriam evidência eloquente no que se refere à continuidade da prática religiosa após a revolução bolchevique. Segundo os autores, tais dados demonstram claramente que as tentativas marxistas de supressão da religião tiveram impacto limitado entre os muçulmanos e demonstram o nível da clivagem em linhas religiosas e étnicas da população soviética. Os autores ressaltam também que, nessas pesquisas, mesmo os muçulmanos que se declararam ateus e eram membros da intelligentsia, do Partido Comunista ou do Komsomol (organização juvenil comunista) não se abstinham de três rituais religiosos que mantinham a singularidade da identidade islâmica - circuncisão, casamento religioso e funeral religioso. A continuidade destes rituais, mesmo entre as populações muçulmanas mais secularizadas, seria uma forma de resistência à assimilação cultural destes na sociedade "multinacional" soviética, um indício de que os esforços de engenharia social do governo para a eventual fusão futura de identidades num novo homem soviético (*sovietskii chelovek*) não estariam a demonstrar eficácia entre os muçulmanos. Esse é um argumento crucial deste livro. Por que razão seria tão difícil integrar as populações muçulmanas na sociedade soviética?

De acordo com Bennigsen e Broxup os territórios com predominância de população soviética no Cáucaso e na Ásia Central foram de suma importância na história islâmica, tiveram papel predominante no "Dar al-Islam" e até o final do Império Russo mantinham-se culturalmente mais próximas ao Império Otomano e a Pérsia do que a Petrogrado.[96] A partir de 1924 uma "cortina de ferro" teria sido imposta pelo regime bolchevique a essas populações islâmicas, enfraquecendo seus laços históricos com os muçulmanos do Oriente Médio e da Índia, e o mundo islâmico ficou isolado de algumas de suas mais vitais comunidades. Essas populações islâmicas foram então submetidas a um radi-

[95] Bazabayev, Z. *Opyt sotsiologicheskogo Izucheniya Ateizma i Religii* (Nukhus, 1979). Apud Bennigsen e Broxup (1983).
[96] Bennigsen e Broxup (1983).

cal processo de "modernização" e "engenharia social", cujas consequências de longo-prazo ainda não estariam claras. [97] A ideologia nacional do regime soviético propugnava que a sociedade soviética seria construída sobre fundações sociais inéditas na história: seria socialista, proletária e internacionalista. As diferenças religiosas, culturais, sociais ou históricas estariam em processo de desaparição, e seriam eventualmente substituídas por uma nova cultura soviética. Nessa narrativa, a religião islâmica estaria fadada a gradualmente desaparecer do Estado soviético. Frente à contradição entre a sobrevivência do islã no longo prazo e o militante ateísmo estatal, os autores indagam sobre quais os caminhos possíveis para as populações muçulmanas. As tendências seriam variáveis de acordo com diferentes grupos nacionais muçulmanos: alguns mais secularizados e adeptos de correntes islâmicas modernistas (como os tártaros do Volga e os bashkires); outros seriam ainda fortemente resistentes à secularização, como as nacionalidades do norte do Cáucaso (sobretudo na Tchetchênia e no Daguestão).

Bennigsen e Broxup fazem uma divisão em quatro capítulos para expor sua tese acerca das probabilidades futuras de desintegração. O primeiro capítulo trata de fazer um apanhado histórico das relações entre a Rússia e islã, desde o ponto de vista das fontes russas e soviéticas, retrocedendo até o período do jugo mongol e a posterior expansão imperial moscovita, analisando as relações entre russos e diversos povos muçulmanos até o período contemporâneo à publicação desta obra, em 1983. De fundamental importância para a sustentação da tese é a análise que os autores fazem sobre "O Império Soviético-novas tentativas de solucionar o 'problema muçulmano", tendo em vista a mudança de abordagem desde o período final do Império Czarista até a URSS da década de 1920. Desse ponto de vista, a União Soviética teria herdado o "problema das nacionalidades".[98] Em discursos oficiais, os líderes soviéticos preferiam tratar da questão das nacionalidades como problema encaminhado para resolução definitiva em médio prazo, estando em curso um processo de aproximação ou convergência (*sblizheniye*) entre as diferentes nacio-

[97] Bennigsen e Broxup (1983,p. 3).

[98] Bennigsen e Broxup (1983,p.25).

nalidades, que gradualmente resultaria numa fusão (*sliyaniye*) destas num único povo soviético.

Nessa narrativa, embora a questão das nacionalidades estivesse praticamente solucionada, ainda persistiriam fragmentos nacionalistas remanescentes (*perezhitok*) da fase pré-socialista, a qual seria devidamente superada, de maneira historicamente original, com base na doutrina científica do marxismo-leninismo, diferente portanto de qualquer abordagem tentada no Império Czarista.[99] Entretanto, alertam os autores, é possível identificar claramente as linhas de continuidade entre a política para as nacionalidades do Império Russo e sua subsequência no "Império Soviético". Desse modo, a ameaça da questão etnonacional para a URSS permanecia latente e com potencial para se agravar em circunstâncias que lhes fossem favoráveis. E a conjuntura poderia se tornar propícia ao surgimento de tendências desintegracionistas, graças às profundas mudanças demográficas que tenderiam a acontecer devido às diferenças de taxas de natalidade entre as etnias eslavas cristãs e as etnias muçulmanas, vindo estas últimas demonstrando ritmo de crescimento populacional significativamente maior que as primeiras, o que no prazo de vinte anos poderia alterar seriamente o perfil demográfico soviético, deixando a URSS perder seu "caráter russo".[100]

No capítulo 2, essa perspectiva é invertida e os autores tratam da relação interétnica e interconfessional desde a perspectiva das fontes muçulmanas. A partir das fontes consultadas e com base em pesquisas de campo, além da perspectiva histórica supracitada, os autores veem como provável o surgimento do sentimento pan-islâmico e pan-túrquico em médio e longo-prazo. [101] Da perspectiva histórica os autores destacam que, do ponto de vista das populações muçulmanas da URSS, os russos seriam vistos como os últimos dos "invasores bárbaros", depois das invasões de outros povos infiéis como os kara-kitays, os kazares, calmucos e mongóis. O marco histórico dessa invasão bárbara teria sido a tomada de Kazan em 1552. Bennigsen e Broxup destacam que, à diferença da

---

[99] Bennigsen e Broxup (1983,p.25)

[100] "A realidade, claro, é diferente: não somente o 'problema nacional' não foi resolovido, mas ele parece mais agudo e ameaçador do que nunca, na medida em que a importância relativa do elemento não-russo na população soviética cresce rapidamente e a União Soviética perde o seu 'caráter russo'". Bennigsen e Broxup (1983, p.25).

[101] Bennigsen e Broxup (1983, p. 86-87).

"Reconquista" na Espanha, nos territórios conquistados pelo Império Russo a religião islâmica logrou a continuidade de sua presença, nunca tendo sido eliminada por força de guerras ou conversões massivas ao cristianismo. As populações muçulmanas conseguiram empreender esforços de autopreservação via resistência armada, defesa do islã contra religiões ou ideologias rivais, como o budismo, o cristianismo e o marxismo. Houve também cooperação com os infiéis, na esperança de autopreservação. Após a Revolução Bolchevique, à semelhança dos modelos de cooperação com o czarismo, as populações muçulmanas experimentaram a tática da cooperação limitada com as estruturas de poder dentro da URSS. Houve um movimento de "comunismo nacional islâmico", cujo maior expoente foi Sultan Galiyev. [102] Os autores ressaltam que na década de 1970 os muçulmanos soviéticos estariam abandonando a perspectiva de cooperação em pé de igualdade com os russos dentro da URSS, devido à percepção dessas comunidades que, apesar dos discursos oficiais soviéticos sobre a igualdade e amizade entre as diversas nacionalidades, a estrutura de poder do Estado soviético pendia ao predomínio dos russos e outras nacionalidades eslavas. Na avaliação dos autores, a intelligentsia muçulmana soviética mantinha elevado grau de consciência étnica e nacionalismo, e se queixava da percebida desigualdade dentro do sistema de poder frente às nacionalidades eslavas. O nacionalismo dessa intelligentsia seria uma expressão autêntica da individualidade cultural a distinguir esses povos dos russos, e haveria uma tendência à elevação do nacionalismo entre os muçulmanos, até mesmo o nacionalismo pan-islâmico. Outro aspecto importntante destacado pelos autores, são dados estatísticos sobre o índice de casamentos mistos de muçulmanos com não-muçulmanos. Para Bennigsen e Broxup estes seriam indícios eloquentes do isolamento e até mesmo alienação dos muçulmanos dentro da URSS. Havia persistência de tradições e rituais religiosos entre os muçulmanos, não obstante a predominância do laicismo entre eles. As diferenças étnicas e culturais seguiam sendo enormes e persistentes. Os soviéticos teriam construído um modelo de coexistência entre as nacionalidades, mas não de mistura, o que deixaria em estado de latência movimentos nacionalistas, que poderiam explodir na virada do milênio, colocando em risco a integridade territorial do Estado soviético. Os muçulmanos poderiam tentar estabelecer um Estado pan-islâmico ou

[102] Bennigsen e Broxup (1983, p. 86-87).

cada nacionalidade de predominância muçulmana poderia tentar declarar a independência ou, no mínimo, reivindicar maior autonomia de Moscou. Nesse sentido, os autores fazem alusão a uma previsão de persistente embate entre as etnias predominantemente muçulmanas e o sistema sovíetico, que poderia se dar mediante conflitos armados ou então pela tomada de poder por essas nacionalidades dentro de suas repúblicas, com ganhos paulatinos de poder e autonomia até uma eventual declaração de soberania total por parte destas.

No terceiro capítulo, Bennigsen e Broxup tratam das relações entre os muçulmanos da URSS e o mundo muçulmano em geral. Contextualizam historicamente que as populações muçulmanas do Cáucaso e da Ásia Central tinham proeminência no mundo muçulmano até o século XVIII, quando a maior parte foi anexada ao Império Russo. Mas ressaltam que ainda no século XVIII os Estados muçulmanos na Ásia Central exibiam "impressionantes sinais de poder e prosperidade e constituíam parte integral do *Dar al-Islam* (a "Casa da Paz", isto é, o mundo dos muçulmanos).[103] Neste mesmo século, no entanto, estas regiões passaram à soberania czarista, sob o controle de "infiéis" e consequentemente deixaram a "Casa da Paz" (*Dar al-Islam*) e passaram a fazer parte da "Casa da Guerra" (*Dar al-Harb*), isto é, dos infieis, tornando-se marginalizadas frente ao restante do mundo muçulmano. [104] A este isolamento os autores dão o nome de "cortina de ferro psicológica" entre muçulmanos do Império Russo e comunidades islâmicas no exterior. [105] Os autores ressaltam que, apesar da barreira psicológica, a interação com outros muçulmanos fora do Império Russo, os laços jamais foram completamente rompidos. A peregrinação à Meca - destacam os autores - teve continuidade entre os muçulmanos do Império Czarista, não obstante seus elevados custos e dificuldades impostas à viagem. Dessa forma, continuavam os contatos com muçulmanos no exterior, mesmo que de forma tênue. Famílias abastadas de muçulmanos do Cáucaso, tártaros do Volga e turquestaneses (Ásia Central) enviavam seus filhos para estudar em escolas religiosas do Império Otomano. Houve casos também de docentes vindos do Império Otomano para lecionar em madrassas situadas em domínios russos. Devido a esses contatos, o movimento liberal

[103]Bennigsen e Broxup (1983, p. 88).
[104] Bennigsen e Broxup (1983, p. 88).
[105] Bennigsen e Broxup (1983, p. 89).

chamado "jadidista" ganhou corpo entre os tártaros do Volga e sua influência foi sentida até mesmo nos domínios otomanos.[106]

A região do Daguestão, em particular, manteve contatos estreitos com muçulmanos estrangeiros. O fato de lá coexistirem uma miríade de grupos etnolinguísticos distintos acabou por transformar o idioma árabe clássico corânico em língua franca. Dessa forma o Daguestão atraía estudiosos islâmicos estrangeiros, que se dirigiam a regiões isoladas deste território a fim de se aperfeiçoar na língua do Alcorão. Os eruditos islâmicos locais ganharam notória reputação como "arabistas" e eram convidados frequentemente a lecionar teologia e árabe corânico em territórios otomanos. [107]

Outro canal de comunicação dos muçulmanos russos com o mundo islâmico foi aberto em meados do século XIX quando famílias muçulmanas mais afluentes, principalmente do Volga e da Ásia Central, começaram a enviar suas crianças para estudar em escolas do Império Otomano. Paralelamente, professores otomanos começaram a lecionar em madrassas russas, trazendo consigo materiais didáticos e publicações locais.[108] Algumas dessas publicações traziam para as comunidades muçulmanas da Rússia o debate então em voga no Império Otomano sobre o modernismo islâmico e o conjunto de reformas *Tanzimat*.[109] Dessa forma, os contatos crescentes entre muçulmanos russos e seus correligionários otomanos levou à formação de um movimento Islâmico modernista na Rússia, chamado jadidismo.[110] Este foi um movimento reformista islâmico iniciado entre a intelligentsia tártara do Volga, que visava à modernização das práticas religiosas através da reformulação das estruturas educacionais e da divulgação ostensiva de suas publicações para o público muçulmano. Um dos expoentes desse movimento foi Ismail Gaspraly (ou Gasprinsky) que se tornou conhecido por toda a Rússia, além do Império Otomano, Maghreb e Irã ao editar o jornal diário Terjüman, escrito em língua "panturquista", numa tentativa de padronizar a escrita de diferentes línguas turcas para torná-la compre-

---

[106] Bennigsen e Broxup (1983, pp. 90-93).
[107] Bennigsen e Broxup (1983, p. 90).
[108] Bennigsen e Broxup (1983, p.89).
[109] A palavra "Tanzimat" significa reorganização em turco. Refere-se a um conjunto de medidas reformistas adotadas pelo regime Otomano para modernizar a administração imperial e incentivar a aproximação entre os diversos grupos étnicos e confessionais do Império. Trata-se de uma reação dos otomanos à percepção da fraqueza de seu império frente aos europeus.
[110] O nome advém da palavra árabe "Jadid", cujo significado remete ao novo e à renovação.

ensível ao maior número possível de falantes destas. De acordo com Bennigsen e Broxup, essa publicação foi um divisor de águas nas relações dos muçulmanos da Rússia com muçulmanos no exterior, criando também um apelo à ideologia panturquista, que começava a se popularizar no Império Otomano em decorrência da "Tanzimat". [111]

O jadidismo teria implicações duradouras por invocar a identidade panturquista entre boa parte dos muçulmanos russos, bem como por seus impactos na relação com comunidades muçulmanas no exterior. A sua influência é notável no surgimento de um Movimento Nacional Comunista Islâmico entre os anos de 1918-1923.[112] Com a Revolução Bolchevique, Moscou tornou-se um fórum central para uma miríade de movimentos revolucionários anticolonialistas, o que permitiu aos comunistas nacionais islâmicos uma significativa influência internacional. Em 1920, segundo Bennigsen e Broxup, as esperanças de uma revolução comunistas em países como a Turquia e o Irã pareciam realistas. Desse modo, por um curto período após a Revolução de Outubro, as teorias e programas revolucionários heterodoxos dos comunistas nacionais islâmicos obtiveram forte penetração no mundo muçulmano.[113] Um dos expoentes desse movimento foi o tártaro Sultan Galiyev, defensor da revolução no Oriente. Galiyev propugnava a liderança dos muçulmanos russos no processo de descolonização na Ásia e na construção do comunismo nessas regiões. Em sua visão, os tártaros deveriam servir de exemplo para a revolução no Oriente e no Terceiro Mundo. Devido às suas ideias desviantes da ortodoxia bolchevique, Galiyev caiu em desgraça com Stalin, sendo preso em 1923.

Após este período de significativo contato entre muçulmanos russos e muçulmanos no exterior, que se estendeu de meados do século XIX até a década de 1920, culminando no jadidismo e no comunismo nacional muçulmano, durante o stalinismo teria começado um processo inverso, de afastamento, que os autores denominam "Cortina de Ferro".[114] Para Bennigsen e Broxup este teria sido o período mais sombrio do islã na URSS, com os expurgos da intelligentsia muçulmana e políticas de sovietização brutal, como o assentamento forçado de nômades e a coletivização forçada da agricultura, que

[111] Bennigsen e Broxup (1983, p. 90-93).
[112] Bennigsen e Broxup (1983, p. 93-96).
[113] Bennigsen e Broxup (1983, p. 97-97).
[114] Bennigsen e Broxup (1983, p. 100).

levariam à ruína as comunidades locais.[115] Este processo teria começado em 1928, com a reversão das políticas da *korenizatsiya* (nativização dos quadros burocráticos) e se estendido até a Segunda Guerra Mundial. A guerra foi o ápice de um processo de incorporação do nacionalismo russo à identidade soviética, quando "uma completa fusão ocorreu entre a União Soviética, a 'Pátria do Socialismo' e a Mãe Rússia".[116] Nesse período, portanto, os povos muçulmanos da URSS teriam recuado a um estado de grande isolamento vis-à-vis o mundo muçulmano exterior, situação que do ponto de vista dos autores só começa a ser rompida no final da década de 1960, quando, por motivações geopolíticas, a URSS teria decidido renovar laços com países muçulmanos, instrumentalizando sua grande comunidade islâmica com vistas a um esforço de diplomacia cultural com estes países.[117]

Os autores concluem o livro "The Islamic Threat to the Soviet State" enumerando quatro fatores principais que poderiam gerar atrito entre os grupos étnicos predominantemente muçulmanos e o *establishment* soviético. O primeiro e mais premente desses fatores seria a demografia. Apoiados numa série de estatísticas oficiais soviéticas, Bennigsen e Broxup concluem que haveria uma tendência de reversão do antigo equilíbrio demográfico soviético.[118] As populações muçulmanas tenderiam a predominar sobre os eslavos em suas Repúblicas, gerando demandas por maior autonomia local ou até mesmo, *in extremis*, a demanda por completa independência.

O segundo fator de risco para o *status quo* político soviético seria a questão da identidade nacional. Os povos turco-muçulmanos da URSS poderiam reivindicar uma identidade panturca e pan-islâmica, retomando as visões da intelligentsia jadidista e do comunismo nacional islâmico? Ou voltar-se-iam para suas identidades locais como tártaros do Volga, tártaros da Criméia, quirguizes, uzbeques, cazaques, etc.? Segundo Bennigsen e Broxup, essas divisões de nacionalidades entre os povos turcos da URSS seria algo artificial, instrumentalizado pelo regime soviético como estratégia de "Divide et Impera".[119]

---

[115] Bennigsen e Broxup (1983, p.100).
[116] Bennigsen e Broxup (1983,p.100).
[117] Bennigsen e Broxup (1983, p. 103-108).
[118] Bennigsen e Broxup (1983, p. 124).
[119] Nas páginas 42-43 (1983), Bennigsen e Broxup enumeram os anos de estabelecimento oficial de cada uma das línguas escritas das repúblicas da Ásia Central. Em vez de utilizar a escrita panturquista, como o

Os autores enxergavam no panturquismo e no pan-islamismo uma força política potencialmente mobilizadora, conquanto estivesse debilitada por anos de institucionalização linguística e cultural soviética nas repúblicas. O terceiro fator seria a religiosidade entre os muçulmanos, muito mais acentuada que entre as populações não islâmicas.[120] Os autores usam dados tais como estatísticas de casamentos mistos, frequência da adesão a ritos como a circuncisão, casamento religioso e funeral religioso. O quarto fator seria político, via ganho de autonomia nas repúblicas e eventual afastamento frente a Moscou.[121] Com base nestas premissas, os autores sustentam que no curto e médio prazo tenderia a se manter o status quo na URSS, sendo que até o ano 2000, em decorrência da demografia e da demanda por maior autonomia política nas repúblicas, a situação poderia se alterar siginificativamente. Os autores concluem o livro dizendo que "a crise final, inescapável, violenta será adiada, mas por quanto tempo?". Ou seja, numa perspectiva de longo prazo sua visão é catastrofista, embora no curto e médio prazo o *establishment* político possa se manter.

---

jornal "Terjüman" de Ismail Gaspraly, os soviéticos teriam deliberadamente acentuado diferenças entre os diversos dialetos turcos, de forma a perenizá-las, minimizando um potencial de nacionalismo panturquista.

[120] Bennigsen e Broxup (1983, p. 140).

[121] Bennigsen e Broxup (1983, p. 147).

3.2 Emmanuel Todd em "A queda final: a decomposição do sistema soviético":

Outro autor que analisaremos será Emmanuel Todd (1976), que já na primeira metade da década de 1970 proclamou assertivamente o potencial de desagregação da URSS. Pode-se dizer que foi o autor que fez as previsões mais "catastrofistas" sobre a URSS, afirmando diretamente um potencial colapso iminente (o título de seu livro, "A Queda Final", explicita sua assertividade quanto ao potencial declínio soviético). No entanto, Todd não trata a questão das nacionalidades como variável independente. Sua argumentação utiliza diferentes fatores explicativos, tais como decadência econômica, conflitos sociais internos, incapacidade de competir no plano econômico e militar com o Ocidente, dados demográficos preocupantes (como o declínio nas taxas de natalidade e aumento nos índices de suicídio, entre outros). Embora o separatismo etnonacionalista não seja apontado como aspecto central de sua análise, o autor faz referências a esta questão.[122]

Todd aponta para uma série de determinismos econômicos e sociais que poderiam levar a uma situação de estagnação econômica ou mesmo uma crise de maior gravidade.[123] Mas acrescenta que para além da consideração dos fatores socioeconômicos, é necessário também para o historiador que queira avaliar cenários prospectivos, levar em conta fatores estatisticamente intangíveis como as mentalidades (diferentes extratos sociais) e as atitudes das classes/extratos dirigentes. Ele sugere então aplicação de um cenário prospectivo de curto/médio prazo para uma crise econômica que assuma a forma de uma estagnação. Nesse cenário, Todd afirma que para além das consequências socioeconômicas imediatas da crise, estão presentes na esfera controlada pela URSS uma série de tensões étnicas/nacionais latentes que podem se avolumar às tensões sociais decorrentes da crise. O autor é contundente ao afirmar que a associação desses dois tipos de tensões

[122] Todd (1976, p. 222-225). O autor cita diretamente o "potencial de sublevação das nacionalidades não eslavas da União" (p. 224), pois "a natalidade muito forte na Ásia Central poderia introduzir um fator de desequilíbrio, mas não antes de vinte ou trinta anos"(p. 224). Assim, Todd manteve cautela sobre o potencial explosivo da questão das nacionalidades não eslavas.
[123] Todd (1976, p. 12-13).

"ameaça de explosão ou desagregação o conjunto do sistema".[124] É notável que logo em seu capítulo introdutório faça referência à questão nacional, afirmando que "classes dirigentes, classes exploradas, países ocidentais, é claro, sem esquecer os povos e os dirigentes dos países satélites e das repúblicas federadas".[125] Dessa forma, embora a questão das nacionalidades não seja aspecto central de sua análise, o autor deixa claro, desde o capítulo introdutório, que considera que essas questões etnonacionais aparentemente latentes poderiam vir a desempenhar um papel de canalizadores de insatisfações populares num cenário de degradação das condições socioeconômicas. [126]

Outro ponto importante de sua análise é que Todd não se limita a discutir a questão das nacionalidades internas às fronteiras da URSS. Ele vai além e abrange em sua análise a questão nacional das repúblicas populares sob a esfera de poder soviético ("estados satélites"), ressaltando uma série de frustrações e desavenças latentes destas para com Moscou, e de forma muito frequente, cita fontes que indicariam a presença crescente de sentimentos russofóbicos nestas repúblicas.

Para embasar sua tese, Todd recorre a uma série de estatísticas fornecidas pelos serviços oficiais da URSS e das repúblicas populares no Leste Europeu. No entanto, alerta para a possibilidade de manipulação ou inexatidão dos dados contidos nessas séries estatísticas. O autor então sustenta que mesmo diante de uma informação "incompleta, fragmentária, incerta", seria facultado ao pesquisador, desde que este se assuma como autor de um trabalho historiográfico, um modelo social e histórico coerente que permitiria "deduzir fatos mal conhecidos ou desconhecidos das implicações lógicas do modelo".[127]

---

[124] Todd (1976,p.13).

[125] Todd (1976, p. 13). Grifos meus.

[126] Aqui há uma coincidência com o argumento de Segrillo (2000, p.169) de que "os processos nacionais, em seu saliente papel posterior, serviram como *conduits* ou canalizadores de insatisfações populares provindas de outras áreas." Todd, por um lado, rechaça as proposições das fontes soviéticas pré-perestroika que negavam ou minimizavam a questão etnonacional. Por outro, salienta fatores socioeconômicos e até mesmo geopolíticos como potenciais causas primordiais para um eventual processo de desagregação política. Desta forma, pode-se concluir que Todd não via a questão etnonacional como variável independente num eventual processo de desintegração do sistema soviético.

[127] Todd afirma, por exemplo, que "Os historiadores não se deixam intimidar pelas inevitáveis insuficiências da sua documentação e teorizam de bom grado sobre a sociedade feudal, o Antigo Regime ou a Antiguidade ... um modelo histórico integra, num primeiro momento, todos os fatos conhecidos; num segun-

Para a construção deste modelo seria necessário recorrer a fontes tais como a produção cultural: literatura, cinema, cultura popular e até mesmo anedotas, relatos de dissidentes e relatos de viajantes estrangeiros na URSS. A essas fontes deve-se adicionar a análise de dados estatísticos "duros", como indicadores econômicos e demográficos (ressalvando que é necessário analisá-las nas entrelinhas, já que mesmos as estatísticas seriam frequentemente inexatas nos países do bloco comunista). A justaposição das informações reveladas pela análise minuciosa destas fontes permitiria a construção do que Todd chama de um "modelo social e histórico coerente". Como exemplo de "incoerência elementar" do modelo proposto pelas fontes oficiais soviéticas o autor destaca que se a URSS tivesse um sistema social e econômico estável "não teria medo de abrir as fronteiras e permitir a livre circulação de pessoas". Este seria apenas um dos exemplos possíveis de como encontrar e expor indícios de incoerência presentes nas fontes. Segundo o autor, a conclusão lógica por trás desta incongruência é que "pode-se e deve-se deduzir do encerramento das fronteiras que a sociedade soviética é considerada frágil pelos seus dirigentes. E se ela é frágil é porque existem tensões internas fundamentais". [128] E a mal resolvida questão etnonacional seria um destes indícios do que o autor denominou "tensões internas".

Outros indícios seriam as desigualdades de poder, as desigualdades sociais, o hipertrofiado aparelho repressivo e as fraquezas econômicas estruturais. Todd argumenta que contrariamente à propaganda sobre igualdade social, o regime socialista soviético, em sua fase madura, teria enraizado os extratos dirigentes no controle do Estado de tal forma que estes se tornaram algo como uma casta privilegiada, casta esta cada vez mais cínica quanto ao seu discurso marxista, transformando-o em pura ladainha, em declamação desprovida de qualquer sentido.[129] Segundo o autor, para desviar a atenção das massas sobre a crescente desigualdade social na URSS, as classes dirigentes começavam a apelar crescentemente para o nacionalismo. Todd enxerga no sistema soviético, sob estas condições, o desenvolvimento de "certas características secundárias do fascismo: nacio-

---

do podem-se deduzir certos fatos mal conhecidos ou desconhecidos das implicações lógicas do modelo". (1976,p.15).

[128] Todd (1976, p. 17). Grifos meus.

[129] " Os soviéticos devem falar 'marxista', mas é essencial que não pensem 'marxista'." Todd (1976, p. 57)

nalismo e racismo". Ou como diz, em tom provocador, um "social-fascismo". [130] Os dirigentes soviéticos também deveriam apelar cada vez mais para métodos de "neutralização de alta tensão" para evitar a generalização do sentimento de insatisfação entre as massas. À diferença dos camponeses do terceiro mundo, a população soviética majoritariamente urbana, alfabetizada, pouco religiosa e com altos níveis de instrução, requereria medidas de "neutralização política de alta tensão", via doutrinação e aparelhos policial e de inteligência fortemente repressivos.[131]

Cético quanto à fidedignidade dos dados estatísticos em séries oficiais soviéticas, Todd sugere alguns recursos para contorná-las. Os dados de exportações e importações nas relações comerciais com países ocidentais seriam um exemplo, pois esses dados poderiam ser verificados no cruzamento com os dados disponíveis no ocidente, revelando informações cruciais sobre o funcionamento interno da economia soviética.[132] Outro recurso seria analisar índices demográficos, pois as suas variáveis são de "uma grande coerência e de uma grande inércia". [133] Desse modo, uma análise da pirâmide etária revela dados que não constam das estatísticas oficiais, como os "vazios estatísticos" referentes às épocas estalinistas de expurgos, coletivização, fomes e deportações. Apesar de muitos desses dados não constarem das estatísticas oficiais, as marcas perenes desses períodos de grande mortandade continuam sub-repticiamente presentes na pirâmide etária. Ademais, Todd sustenta a tese de que dados subjacentes às estatísticas de natalidade podem ser usados como indicadores para medir a evolução das mentalidades e o nível de aspiração de uma população. [134] Os indicadores declinantes de natalidade, quando associados aos índices alarmantes de alcoolismo, mortalidade infantil e de suicídios - discrepantes em relação aos países ocidentais e às repúblicas populares do Leste Europeu - denotariam a estagnação da qualidade de vida, e a queda da moral e da aspiração da maior parte da população soviética.

---

[130] Todd (1976, p.51).
[131] Todd (1976,p. 59-61).
[132] Todd (1976, p. 19).
[133] Todd (1976, p. 20).
[134] Todd (1976, p. 20).

Outro ponto relevante na argumentação do potencial declínio do bloco socialista diz respeito à produtividade científica, industrial e militar.[135] Na análise de Todd, o dinamismo relativo da indústria soviética entre 1935 e 1955 seria particularmente "fictício", por ter sido motivado por causas exteriores ao aparelho econômico, em especial as políticas estalinistas de expurgo "que constituíam um vivo encorajamento para a produtividade".[136] O autor, assim, liga o rápido desenvolvimento científico e tecnológico soviético diretamente ao aparelho repressivo do regime. Fazendo referência ao célebre cientista dissidente soviético Andrei Sakharov, Todd ressalta que a "tecnologia espacial e militar russa não é a parte que emergiu de um imenso iceberg tecnológico. Por trás dela não há nada. "[137] Toda a produção científica e tecnológica da URSS estaria confinada a domínios bem restritos, sobretudo no setor militar. Suas proezas seriam superestimadas no Ocidente, dando a "esse grande país pobre uma cor exageradamente moderna".[138] O desenvolvimento tecnológico, além de concentrado nos setores militares, teria custado muito caro aos cidadãos soviéticos, graças à precarização das condições de trabalho e da manutenção do consumo a níveis baixíssimos. [139] O autor aponta para a questão do fardo das despesas militares na URSS, sugerindo que "a baixa produtividade da economia faz do esforço militar algo esgotante". [140]

Contra algumas tendências da maior parte dos sovietólogos, Todd já em 1976 assinalava categoricamente que a economia se encontrava estagnada e que seria impossível, para os soviéticos, a manutenção da corrida armamentista com os Estados Unidos em condições de paridade. A continuidade desta só faria declinar ainda mais a já combalida economia da URSS. Todd resume a dois fatores as razões da estagnação econômica soviética. O primeiro seria o "centralismo incompatível com a diversificação da economia".[141] O segundo seria a "baixa produtividade devido ao caráter servil do estatuto do trabalho". [142] Este último fator decorre da comparação que o autor faz das condições de tra-

[135] Todd (1976,p.99-103).
[136] Todd (1976, p.98).
[137] Todd (1976,p.99).
[138] Todd (1976,p.99).
[139] Todd (1976, p.99-100).
[140] Todd (1976, p.99-100).
[141] Todd (1976, p. 101).
[142]I Todd (1976, p. 101).

balho no sistema comunista soviético com o escravagismo e o feudalismo. Os trabalhadores soviéticos seriam "escravos nas fábricas, servos nos campos... donos de escravos e senhores são substituídos pelo Estado".[143] Vemos por todo o livro o uso de uma linguagem provocativa e iconoclasta por parte do autor, como nessa analogia feita sobre as condições de trabalho na URSS com a escravidão e a servidão. Por exemplo, no quarto capítulo, intitulado "O arranque dos satélites", afirma que nos anos de 1948-53 surgiram diversos "mini-stalins" na Europa oriental, que, "chegados atrás dos tanques soviéticos, aplicaram uma política integralmente estalinista de coletivização agrária, de planificação centralizada, de desenvolvimento prioritário da indústria pesada, de bloqueamento de salários e de forte taxa de investimento".[144] Nestes anos de 1948-53, Todd considera que a URSS pura e simplesmente pilhava as repúblicas satélites do leste europeu. Porém, avalia que "a manutenção dos salários aos níveis mínimos de subsistência e a baixa absoluta de alimentos criaram rapidamente tensões sociais insuportáveis."[145] Essas tensões teriam trazido graves problemas para os partidos comunistas locais e ondas de sentimentos nacionais antirrussos. Diante das contestações à imposição do modelo econômico estalinista, a URSS teria sido obrigada a fazer uma série de concessões às repúblicas populares, dando alguma liberdade de ação para a reforma de seus sistemas econômicos. Contemporaneamente à publicação do livro, Todd afirma que as únicas exigências teóricas e práticas da URSS para as repúblicas satélites seriam a manutenção das ditaduras dos partidos comunistas e a continuidade da integração no pacto de Varsóvia. Diante da perspectiva de reformas econômicas que então se colocava, o autor defendia a tese de que o sucesso dos modelos heterodoxos nas repúblicas populares poderia afetar negativamente a URSS. Essas economias já seriam então mais dinâmicas que a soviética, o que no curto e médio prazo poderia acarretar em pressões reformistas dentro da própria URSS.

A perspectiva de uma reforma descentralizadora na economia soviética, com o gradual abandono da planificação centralizada poderia, segundo Todd, libertar tendências centrífugas nas repúblicas não russas da federação. [146] Em sua perspectiva, "A URSS não

---

[143] Todd (1976, p. 101).
[144] Todd (1976, p. 117).
[145] Todd (1976, p.118).
[146] Todd (1976,p.122).

pode, com seus 50% de não russos, oferecer-se as prometedoras fantasias de uma descentralização econômica."[147] O conglomerado de nacionalidades desse Estado heterogêneo ofereceria risco de tendências centrífugas e aspirações libertárias nas repúblicas periféricas, colocando em risco a unidade soviética. Todd adverte que "não se podem entregar [os dirigentes soviéticos] a uma reforma que tornaria a sua economia mais eficaz porque devem ter em conta as reações políticas dos povos russos e não russos da Federação". Dessa forma, o autor afere que os dirigentes soviéticos levariam em consideração os riscos representados pelo nacionalismo étnico até mesmo no que tange à definição da política econômica. A URSS não poderia, mesmo que assim desejassem seus dirigentes, realizar reformas econômicas nos moldes das repúblicas populares, devido às limitações internas causadas por seu modelo federativo multiétnico.

Além de afirmar que as economias das repúblicas socialistas do Leste europeu já seriam mais prósperas que a da URSS, Todd afirma que dentro da própria URSS, as economias de repúblicas perfiéricas mostram-se mais prósperas que as da própria Rússia, sendo que a diferença entre centro e periferia de esfera de influência russa se encontra, também, "no interior da URSS, onde as repúblicas federadas ... são nitidamente mais prósperas [do que a Rússia] que, no entanto, as domina politicamente". [148] Em algumas das mais prósperas repúblicas do Báltico e do Cáucaso, bem como na Ucrânia meridional, existiria um fenômeno ao qual o autor denomina de "comunismo fictício". Esse fenômeno seria caracterizado pela virtual descoletiviização da agricultura e pela existência de extensas redes de máfias que operariam no mercado negro, deformando a estrutura da economia planificada. Essas redes comerciais clandestinas teriam ganhado força devido à corrupção local, sobretudo no Cáucaso, envolvendo polícia e responsáveis locais do PC. Segundo o autor, "deve-se ver nesses casos periféricos a expressão de tendências políticas centrífugas, de uma vontade nacional de cometer fraudes à custa do Estado Soviético".[149] A revelação da existência dessas máfias estaria contribuindo também para o despertar de sentimentos xenófobos entre os russos.

---

[147] Todd (1976,p. 123).
[148] Todd (1976,p. 125).
[149] Todd (1976, p. 126-127).

Pode-se dizer que foi o autor que fez as previsões mais "catastrofistas" sobre a URSS, afirmando diretamente um potencial colapso iminente (o título, " A Queda Final", explícita sua assertividade quanto ao potencial declínio soviético). Diferentemente de d'Encausse, Todd não trata independentemente da questão das nacionalidades. Sua argumentação utiliza diferentes fatores explicativos (decadência econômica, conflitos sociais internos, incapacidade de competir no plano econômico e militar com o Ocidente, dados demográficos preocupantes como o declínio nas taxas de natalidade e aumento nos índices de suicídio, entre outros). Entretanto, embora a questão do separatismo etnonacionalista não seja apontada como aspecto central de sua análise, o autor faz diversas referências a esta questão.[150] Contudo, Todd não sustenta a hipótese de que esta era a questão potencialmente mais explosiva para uma futura fragmentação da União, e prioriza a análise de fatores econômicos, sociais, políticos e geopolíticos como sendo os mais prementes.

[150] Todd (1976, p. 222-225). O autor cita diretamente o "potencial de sublevação das nacionalidades não eslavas da União" (p. 224) e antes de d'Encausse, já afirmara o potencial de futuro desequilíbrio demográfico, pois "a natalidade muito forte na Ásia Central poderia introduzir um fator de desequilíbrio, mas não antes de vinte ou trinta anos"(p. 224). Ou seja, mesmo apontando o problema de forma pioneira entre os analistas ocidentais, Todd manteve cautela sobre o potencial explosivo da questão das nacionalidades.

3.3 Hélène Carrère D'Encausse em "L'Empire éclaté"(1978)

A historiadora e escritora francesa Hélène Carrère d'Encausse pode ser considerada a especialista que fez as mais incisivas previsões quanto à gravidade da questão das nacionalidades na URSS. À diferença de Emmanuel Todd, que tratou a questão como uma entre várias causas que poderiam contribuir para o declínio e desintegração do sistema soviético, D'Encausse tem sua análise totalmente centrada na questão do nacionalismo étnico. Seu livro, publicado pela primeira vez em 1978, traça um amplo panorama da questão das nacionalidades em seus aspectos históricos, políticos e demográficos. Logo de início, a autora declara que "a União Soviética não é um país semelhante aos outros... é quase um Império, num mundo em que os impérios estão desaparecidos".[151] A frase é reveladora da sua perspectiva de que a Revolução Bolchevique teria dado continuidade aos aspectos imperiais do czarismo, contrariamente ao discurso e à autoimagem internacionalista que os bolcheviques reivindicavam.

O objetivo declarado do regime seria a gradual desaparição das diferenças nacionais com a sua fusão em uma nova e superior forma de comunidade, um povo soviético irmanado pela solidariedade de classe. A estratégia de longo prazo era que, num primeiro momento, as nações deveriam florescer, em paralelo ao processo de modernização e industrialização do Estado.

Esse processo deveria ser acompanhado, *pari passu*, de igual movimento de aproximação e até a fusão entre as nacionalidades. No entanto, segundo d'Encausse, em vez de se aproximar deste objetivo, as políticas soviéticas para as nacionalidades teriam, ironicamente, contribuído para fortalecer os sentimentos nacionais. [152] Tratando do momento contemporâneo à publicação (1978), a autora afirma que o cenário político da URSS é caraterizado "acima de tudo, pela diversidade nacional e pela intensidade dos sentimentos nacionais".[153]

---

[151] D'Encausse (1978,p.9).
[152] D'Encausse (1978,p. 331).
[153] D'Encausse (1978,p. 331).

A diversidade e intensidade dos sentimentos nacionais seria um indício do sucesso da primeira etapa da estratégia soviética, de deixar livre o florescimento e desenvolvimento das nacionalidades periféricas. Tal sucesso no primeiro estágio implicaria, contudo, em um obstáculo ao surgimento de uma identidade comum soviética, que seria o segundo estágio na estratégia de longo prazo para a questão das nacionalidades. Nesse ponto, a autora afirma que a política soviética era "ambígua", já que cada etapa do processo trabalhava com duas concepções distintas sobre nação.

Numa primeira etapa prevaleceria o modelo etnonacional, característico do Leste Europeu, ao passo que na segunda etapa se imporia idealmente um modelo de adesão voluntária à nação, comum na Europa Ocidental e que se resume na fórmula de Ernest Renan de que "a nação é a vontade de viver em conjunto".[154] A sucessão entre os dois princípios, segundo d'Encausse, seria impraticável devido ao alto nível de cristalização das identidades étnicas na URSS, de modo que o poder central teria criado para si uma armadilha em sua estratégia gradualista para as nacionalidades. De um lado, o poder central tinha em perspectiva o desenvolvimento gradual de um modelo modernista de nacionalidade, ao passo que haveria prevalência de uma visão essencialista/perenialista na população das repúblicas.

A possibilidade de surgimento de conflitos nacionais, segundo a autora, estaria ligada precisamente ao processo de modernização da sociedade em toda a URSS, por meio da rápida e crescente urbanização, da igualdade econômica entre as repúblicas, com o poder central frequentemente privilegiando o desenvolvimento de regiões periféricas, acompanhados de uma progressiva igualdade dos níveis culturais entre as diferentes nacionalidades. Consolidando este processo de modernização viria a língua russa, desenvolvendo um papel de língua franca no âmbito da União. Desse modo, a autora afirma que "todos os elementos favoráveis a uma integração progressiva entre as nações [estão presentes]".[155]

O processo de modernização teria acarretado, assim, em diferentes impactos para diferentes grupos nacionais. Alguns grupos estariam mais propensos à assimilação, enquanto que outros tenderiam a fortalecer ideais nacionalistas, podendo com o tempo vir a

[154] Ernest Renan (1993) apud D'Encausse (1978, p.331).
[155] D'Encausse (1978, p. 334).

exigir maior autonomia ou mesmo soberania nacional. A autora destaca que a Bielorússia apresenta o maior grau de assimilação cultural dentre as repúblicas, devido à sua proximidade linguística e cultural com a Rússia. As repúblicas bálticas da Estônia e da Lituânia teriam, por sua vez, maior grau de "consciência nacional", mas devido ao débil crescimento demográfico e à imigração de russos e outras nacionalidades para os seus territórios, tenderiam, segundo ela, no longo prazo "não à assimilação, mas à extinção física". Estas repúblicas, na visão de d'Encausse, seriam "a parte mais moderna, a mais impregnada de influências exteriores, a menos sovietizada. Contudo, nada disso parece frear a marcha das nações bálticas rumo à aniquilação de suas nações".[156]

Já as nações do Cáucaso e da Ásia Central apresentariam tendências distintas da Bielorússia e do Báltico. Nas repúblicas destas regiões, o grande dinamismo demográfico tenderia, inexoravelmente, a levar ao ganho de importância relativa destas dentro da federação. A Ucrânia apresentaria maior semelhança com o grupo de nações caucasianas/centro-asiáticas do que com as eslavas e bálticas, com maior dinamismo demográfico que as últimas, além de uma tendência a maior afirmação de sua identidade nacional. [157]

D'Encausse afirma também que, nesse contexto, deve-se notar que há uma "diferença entre nação e espaço cultural". É aí que a autora destaca um grupo supranacional que tenderia a ganhar importância, devido a seu vigoroso crescimento demográfico, que são os muçulmanos. À semelhança de Bennigsen e Broxup, d'Encausse vê o islã como uma forma de identidade supranacional, constituindo as nações de maioria muçulmana um espaço cultural próprio dentro da URSS. O sentimento de comunidade entre os diferentes grupos étnicos muçulmanos poderia representar uma fonte de tensão para a unidade e estabilidade do Estado soviético no longo prazo. [158] Se o "*homo sovieticus*" não se desenvolveu na URSS, poder-se-ia dizer que um "*homo islamicus*" estaria já com uma identidade cultural e ideológica bem estabelecida.[159]

Para a autora, um forte indício da baixa assimilação do *homo islamicus* à sociedade soviética pode ser constatado nas estatísticas relativas à endogamia. Haveria uma forte

---

[156] D'Encausse (1978, p. 334).
[157] D'Encausse (1978, p. 335).
[158] D'Encausse (1978, p. 334-335).
[159] D'Encausse (1978, p. 311).

prevalência de casamentos endógamos entre as nacionalidades muçulmanas. [160] Entre os quirguizes, cazaques e turcomenos, o percentual de casamentos endógamos seria superior a 90%. Entre azeris e uzbeques seria superior a 85%, ao passo que representava 77% dos casamentos entre tadjiques (a grande maioria dos casamentos mistos envolvendo tadjiques era com uzbeques ou quirguizes, não com não muçulmanos). Lituanos, letões e moldavos estariam num escalão intermediário, com índice superior a 60% de casamentos endógamos. Já entre os bielorrussos e ucranianos, os índices de casamentos endógamos seriam ligeiramente superiores a 30%, denotando maior potencial de assimilação nessas repúblicas. Com base nessas estatísticas, d'Encausse infere que os grupos étnicos muçulmanos teriam baixíssima tendência à assimilação, tendo em vista que mesmo quando se observam casamentos mistos, estes são, esmagadoramente, celebrados com indivíduos de outras etnias muçulmanas. Esse alto grau de resistência à assimilação é algo que as autoridades soviéticas não conseguiram antecipar, tendo, na visão da autora, "há muito tempo subestimado a resistência das sociedades nacionais a tais casamentos e sua vontade de preservar um mundo sociocultural muito particular".[161]

Ao contrário do diagnóstico das autoridades soviéticas, D'Encausse afirma que a persistência da religião islâmica em determinadas repúblicas não seria um simples retardo do processo de modernização política nestas sociedades, constituindo na realidade um fenômeno político-identitário moderno. Para ela, "os fatos, numerosos, ofuscantes, testemunham que uma hipótese negativa quanto ao futuro do islã seria provavelmente plausível num passado recente, mas que já não tem mais fundamento".[162] Ao contrário, na URSS contemporânea à publicação de seu livro, o islã estaria na verdade renascendo em condições modernas, bem adaptadas às realidades temporais de seus fiéis. Para a autora, tal renascimento do islã seria produto de um eficaz trabalho dos clérigos muçulmanos em facilitar a sua prática, conjugando a fé islâmica à ideologia soviética.[163]

Em seu livro de maior repercussão, publicado no período anterior à *perestroika*, denominado *L'Empire Éclaté* (de 1978), Carrère d'Encausse trabalhou a partir de duas

---

[160] Khartchev (Brak i Semi'ia v S.S.S.R.) in Sovietskaia Kirgizia (1976) apud D'Encausse (1978, p. 311). Esta foi a fonte consultada pela autora para os dados estatísticos sobre casamentos mistos e endogamia.
[161] D'Encausse (1978, p. 317).
[162] D'Encausse (1978, p. 287).
[163] D'Encausse (1978, p. 287).

vertentes principais: as perspectivas demográficas e alerta para potenciais problemas interétnicos futuros (principalmente com as etnias predominantemente muçulmanas) no âmbito da União.[164] Segundo D'Encausse, as disparidades demográficas regionais da URSS ficavam evidentes numa análise estatística e os índices de fertilidade indicavam uma inexorável tendência de diminuição relativa da população russa. A tendência era particularmente preocupante, segundo a autora, uma vez que as nacionalidades da porção oriental da URSS, predominantemente muçulmanas, continuavam a exibir uma vigorosa tendência de crescimento demográfico. [165]

Segundo D'Encausse, a situação demográfica no que diz respeito à natalidade por grupo étnico na URSS era bastante inusitada, pois, apesar do desenvolvimento econômico e rápida industrialização das repúblicas orientais, os índices de natalidade mantinham-se altos, contrariando a tendência que os demógrafos normalmente constatam de diminuição da natalidade em sociedades industrializadas. Carrère d'Encausse afirmava que, com a baixa taxa de natalidade dos eslavos (majoritários), o peso da população "muçulmana" cresceria proporcionalmente a ponto de poder afetar o equilíbrio político do país, já que o islã e as outras tradições orientais formam um modo de vida diferente do pregado por Moscou e estavam, nos últimos anos, encontrando ressonância como *aglutinador cultural* naquela região.[166]

Além do mais, a prosseguir essa tendência, a nacionalidade russa, na virada do século, deixaria de ser a majoritária (em termos absolutos) do país: passar para abaixo da barreira "psicológica" dos 50% da população poderia trazer implicações políticas em termos de demandas por descentralização de poder.[167] Outro possível desdobramento problemático, segundo a autora, seria de natureza econômica, uma vez que a relativamente baixa taxa de natalidade geral no nível da União levaria a uma aguda falta de mão-de-obra, falta esta que poderia ter conseqüências muito graves para uma economia extensiva, baseada em grande uso do fator trabalho, como a soviética. O problema era agravado pelo fato de que, exatamente nas regiões onde pesava a escassez de trabalhadores, as taxas de

---

[164] Segrillo (2000, p. 156).
[165] Segrillo (2000, p.162).
[166] Carrère d'Encausse, 1978 (p. 269-270).
[167] Segrillo (2000, p. 162).

natalidade tendiam a ser baixas, ao passo que nas partes com abundância de mão-de-obra o crescimento populacional era maior. Para adicionar mais um fator problemático, ela assinala, ainda, que as correntes migratórias, em geral, se desenvolviam no sentido de "inchar" mais ainda as áreas saturadas e de abandonar algumas regiões com déficit de mão-de-obra. [168]

Outros fatores apontados pela autora foram o problema da emigração dos judeus soviéticos (apontados como vítimas de um antissemitismo sutil, que permearia não apenas camadas da população como instâncias superiores do poder); a questão do renascimento de uma forma de nacionalismo cultural na Ucrânia e na Geórgia nos anos 70; o problema do ressentimento guardado das nacionalidades deportadas em massa por Stalin devido a acusações de colaboracionismo com os nazistas na época da Segunda Guerra Mundial, dentre os quais se encontram os casos dos tártaros da Criméia e alemães do Volga, que foram detalhadamente estudados por d'Encausse em seu livro. [169] Além disso, devemos citar também os chechenos, inguches, calmucos, caratchais, balcares e turcos meshketianos. [170]

Malgrado seu tom alarmista quanto ao crescimento demográfico de populações muçulmanas na parte oriental da URSS e os consequentes desafios que essa mudança demográfica traria no âmbito da União, d'Encausse acabou subestimando a gravidade dos conflitos nacionais nas repúblicas da parte ocidental da URSS, sobretudo nas três repúblicas bálticas, apesar de reconhecer a persistência e intensidade dos sentimentos nacionalistas locais, por considerá-las muito débeis demograficamente, tanto pelas baixas taxas de natalidade quanto pela grande presença de eslavos (sobretudo russos) nos seus territórios, que já perfaziam cerca de um terço da população total na Estônia e na Letônia.

Ela desconsiderou também os potenciais de conflitos entre as três nacionalidades eslavas - russos, bielorrussos e ucranianos - ao tomá-los de forma agrupada, como se a maior proximidade étnica, linguística e religiosa entre estes grupos fosse razão para descartar possíveis movimentos nacionalistas e irredentistas dos últimos, ao considerá-los como mais propensos à assimilação pelos russos. Essa visão de d'Encausse sobre a maior

---

[168] Carrère d'Encausse (1978, p. 109-114).
[169] Carrère d'Encausse, 1978 (p. 196-219, 226-233 e 273).
[170] Segrillo (2000, p. 182).

propensão de ucranianos e bielorrussos à assimilação decorre de sua interpretação da trajetória histórica da Ucrânia e da Bielorrúsia desde a revolução de 1917. Segundo a autora, no período revolucionário a difusão do nacionalismo ucraniano e bielorrusso ainda era muito vaga e frágil, se comparada com outras nacionalidades que viriam a compor a URSS:

> "Mas a solidariedade eslava e um nível sociocultural mais ou menos comparável ao dos russos é suficiente para garantir uma assimilação mais fácil? A evolução do nacionalismo ucraniano aumenta a dúvida. O nacionalismo da Ucrânia, contrariamente ao da Geórgia, é recente nas suas formas presentes. Sem dúvida, a revolução de 1917 deu rédea livre a um movimento nacional que o romantismo do século XIX havia encorajado e modelado. Porém, em 1917, o nacionalismo permanece confuso, mistura de ideias próprias a uma pequena intelligentsia e aspirações vagas de uma sociedade majoritariamente camponesa. As cidades, por outro lado, que reúnem uma população mais modernizada, se tornaram assimiladas pela cultura russa e veem nos sentimentos nacionalistas um fator de frenagem do progresso da sociedade. Essa relativa ausência de coesão nacional e a política de ucranização praticada pelo poder soviético até os anos 1930 contribuíram para um progressiva integração da Ucrânia na federação. Apesar dos dramas da coletivização e da guerra, a Ucrânia adquiriu progressivamente a dimensão de uma parceira privilegiada da URSS dentro da federação, sobretudo quando após 1954 Kruschchev e, a seguir, Brezhnev, cercam-se de homens que haviam feito suas carreiras políticas na Ucrânia e pouco a pouco 'ucranizaram'as reuniões de cúpula do poder soviético. O "irmão mais velho" dos povos da URSS parecia ter um cadete brilhante, mais próximo de si pela dimensão, pela estrutura da sociedade e sobretudo pela cultura, do que todos os outros povos."[171]

[171] Carrère d'Encausse (1978, p. 264-265).

É notável neste excerto a visão rósea da autora sobre a perspectiva de assimilação da Ucrânia à cultura russa, minimizando questões como a grande fome do início dos anos 1930 e os "dramas da guerra".[172] Outro fator negligenciado na análise de d'Encausse foi a rivalidade histórica entre as nacionalidades não russas e a possibilidade de surgimento de conflitos armados entre elas. Assim, a autora foi incapaz de antecipar o surgimento de um grande conflito armado entre a Armênia e o Azerbaijão em Nagorno-Karabakh, que ocorreria uma década mais tarde, em 1988, quando a situação do nacionalismo étnico na URSS começava a dar sinais mais contundentes de agravamento - fato que pegou a maior parte dos analistas de surpresa.

Segundo Segrillo, Hélène d'Encausse não foi capaz de prever os problemas nacionais que realmente se revelariam as questões mais urgentes na época da *perestroika*. Vários dos problemas apontados como mais sérios por d'Encausse acabaram não se revelando como realmente os maiores responsáveis pela desintegração da URSS e outros problemas menos enfatizados pela autora desenvolveram-se com maior velocidade e se tornaram realmente preocupantes.[173]

Durante a *perestroika*, além da disputa por Nagorno-Karabakh entre Armênia e Azerbaijão, outras explosões étnicas ocorreram também no vale de Fergana (entre uzbeques e turcos meshketianos), na região de Osh (entre uzbeques e quirguizes) e o conflito entre as minorias abkházia e ossétia e a maioria georgiana na República da Geórgia. Segundo Segrillo, é possível concluir que Hélène d'Encausse acertou ao diagnosticar que haveria problemas interétnicos na URSS e que ela descreveu "bastante bem o leque de 'pontos quentes' em que isto poderia ocorrer".[174] Os nacionalismos na Geórgia e na Ucrânia realmente tiveram um papel importante na *perestroika*, mas foram eclipsados, pelo menos inicialmente, pelos problemas entre os nacionalismos da Armênia e Azerbaijão. Na verdade, o problema das rivalidades históricas entre as três nacionalidades do

---

[172] A questão da grande fome do ínicio dos anos 1930 passou a ser interpretada como sendo uma tentativa deliberada de genocídio da população ucraniana pelo regime soviético, num esforço de russificação da Ucrânia, ao que se lhe atribui o termo "holodomor". Esta narrativa historiográfica ganhou grande popularidade na Ucrânia a partir da década de 1990, acompanhada a politização do tema, que se tornou constante fator de atrito nas relações da Ucrânia com a Rússia desde o início da década de 2000.

[173] Isto, segundo Segrillo (2000) seria devido a que estes conflitos nacionais não deveriam ter sido considerados como vairável independente, mas sim como decorrências de processos econômicos.

[174] Segrillo (2000, p. 182).

Cáucaso (Armênia, Geórgia e Azerbaijão) nem foi analisado por d'Encausse em seu livro de 1978 (talvez por considerar que tivessem sido suplantadas durante o período soviético).[175]

Porém, sua análise mostrou limitações ao não conseguir prever com certa precisão, ou pelo menos antecipar algumas tendências gerais de desenvolvimento, em quais repúblicas estes processos nacionalistas estariam mais forte ou onde estariam mais atrasados. Os casos que a autora citou como mais graves acabaram se revelando de menor importância e outros casos graves- como o nacionalismo nas repúblicas bálticas- acabaram tendo importância decisiva no processo de desmantelamento da federação. Algumas dinâmicas descritas por d'Encausse como mais graves, ou como problemas emergentes, não foram os que se revelaram mais urgentes durante a *perestroika* e vice-versa. Assim, o problema dos judeus e das duas nacionalidades desprovidas de território (tártaros e alemães), apesar de terem marcado sua presença durante a *perestroika*, não estavam entre os mais urgentes.

[175] Segrillo (2000).

3.4 Alexander Shtromas

No ensaio "How the End of the Soviet System May Come About" de 1988, Alexander Shtromas faz referência a episódios históricos de revoluções e delineia um cenário prospectivo para o término do regime soviético.[176] Com base nos precedentes históricos, o autor afirma que uma revolução nunca surge espontaneamente das manifestações populares. Para que uma revolução aconteça – assevera - é necessário que haja uma facção da elite política em posição de confrontar o *establishment* político. Dessa forma, todas as revoluções seriam produto de conflitos internos entre as classes dominantes ou de movimentos populares que teriam conseguido se institucionalizar e ganhar proeminência política. Isso não quer dizer que as manifestações populares em nada contribuam para a mudança de regimes políticos, já que as facções revisionistas poderiam se aproveitar do vácuo causado pela perda de legitimidade, preenchendo-o com instituições sob o seu controle. "Isso é o que realmente aconteceu em Petrogrado em fevereiro-março de 1917, quando o liberal 'Bloco Progressista' tirou vantagem do vácuo de poder na capital", afirma Shtromas, assim formando um governo provisório por meio da Duma, tomando efetivamente o poder político.[177]

Para defender a importância da institucionalização intra-elites políticas no processo de mudança de regime, Shtromas recorre à teoria do "segundo pivô", formulada por um dissidente soviético, sob o pseudônimo F. Znakov em um *samizdat'* publicado em 1966.[178] Nessa publicação, o autor defende que a maneira mais adequada de promover uma mudança sistêmica num regime político é a emergência de um "segundo pivô" ("*vtoroy sterzhen*") de força dentro do regime. Desta forma, a divisão intra-elites deveria se expressar de maneira institucionalizada, com a fragmentação da elite política em dois blocos rivais. A contra-elite deveria assumir para si o comando sobre algum órgão público ou estatal, ou então pressionar para que o regime reconheça como oficial uma instituição que tenha sido criada clandestinamente. Shtromas afirma que um exemplo deste úl-

[176] Shtromas (1987, p. 201-300).
[177] Shtromas (1987, p. 206-207).
[178] Znakov (1966).

timo caso foi a emergência do Solidariedade na Polônia em 1980, que teria criado uma divisão intra-elites políticas dentro do regime, forçando a que o sistema reconhecesse formalmente a instituição da contra-elite. De modo alternativo, uma disputa ideológica ou por recursos poderia irromper dentro de uma determinada instituição pública, provocando uma cisão intra-elites, com a facção revisionista adquirindo domínio sobre uma ou mais instituições, criando um confronto pela tomada total do poder por uma das facções. Se a facção revisionista ganhar o confronto, uma revolução intra-sistêmica pode ocorrer. Tendo essa teoria em vista, Shtromas arrola uma série de elementos que caracterizariam um potencial conflitivo entre a *nomenklatura* soviética e as facções tecnocratas do Partido.

O autor frisa que não havia de fato uma situação que poderia ser caracterizada pela presença de "pluralismo institucional" no sistema político soviético, mas que havia um potencial conflitivo latente entre os indivíduos responsáveis pela condução técnica das fábricas, fazendas, escolas, universidades e demais instituições sociais frente aos quadros políticos apontados para a direção das mesmas (o que Shtromas designa como representante da *nomenklatura*). Em sua visão, o aparato partidário teria, por definição, interesses hostis em relação aos tecnocratas, uma vez que os primeiros estariam "interessados apenas na manutenção e consolidação do controle total de todas as atividades socialmente relevantes", ao passo que os últimos, constituindo um grupo de peritos técnicos como "engenheiros, economistas, professores, cientistas, agrônomos, juristas, etc", teriam por objetivo primordial buscar a otimização do sistema produtivo em suas instituições.[179]

Embora o desenho institucional presente ainda garantisse a supremacia da *nomenklatura* sobre os tecnocratas, uma situação de crise mais ou menos aguda poderia acirrar as tensões entre os dois grupos e levar à emergência de um "segundo pivô" na URSS, com a institucionalização de uma contra-elite, que poderia ser disruptiva para o sistema político soviético como um todo, criando uma "revolução desde acima".[180] Na visão de Shtromas, "toda a evidência disponível aponta para o fato de que Gorbachev não é o típico membro da nomenklatura" e "está completamente ciente dos defeitos e disfunções do

[179] Shtromas (1987, p. 208-209).
[180] Shtromas (1987, p. 218).

sistema soviético", defendendo pessoalmente que sejam promovidas "reformas sistêmicas de amplo alcance". [181]

Apesar de apontar explicitamente para Gorbachev como um tecnocrata, Shtromas relevou que sua nomeação pela alta cúpula partidária não implicava de imediata no surgimento de um "segundo pivô" na elite política soviética e que seu mandato teria limites muito bem definidos pelos "partocratas" do PCUS e que, apesar das reformas promovidas, a *nomenklatura* ainda mantinha seu poderio intacto. [182] Na visão de Shtromas, a emergência do segundo pivô na elite política soviética seria apenas incipiente, mas os indícios seriam relevantes o suficiente para que os analistas ocidentais começassem a pensar em cenários que levassem em conta o desmantelamento da URSS.

Segundo Shtromas, "o primeiro governo pós-soviético da Rússia, seja qual for seu caráter ou ideologia", provavelmente "será dominado por uma burocracia tecnocrata" e terá uma "ideologia nacionalista". [183] Dentre os problemas críticos que a Rússia pós-soviética enfrentaria, o autor cita a questão das demandas nacionalistas:

> "... [urge] resolver a complexa rede de relações entre as nacionalidades, com tensões, hostilidades e, em alguns casos, antagonismo direto, que há dentro da União Soviética, bem como na Europa Oriental dominada pelos soviéticos, a fim de criar um terreno orgânico para a cooperação pacífica entre a Rússia e outras nações envolvidas. Parece-me que qualquer governo pós-soviético tentará chegar a um consenso com as nações não russas da região, concedendo suas respectivas demandas de soberania ou autêntica autonomia em troca de garantias firmes por parte dessas nações da inviolabilidade dos interesses nacionais russos nos respectivos territórios nacionais."[184]

---

[181] Shtromas (1987, p. 218-219).
[182] Shtromas (1987, p. 231).
[183] Shtromas (1987, p. 284).
[184] Shtromas (1987, p. 284-285).

O texto de Shtromas, publicado pela primeira vez em abril de 1987 (um ano antes do conflito em Nagorno-Karabakh entre as RSS da Armênia e do Azerbaijão) deixa clara sua preocupação com a questão das nacionalidades num cenário de desintegração da URSS, embora ele não considerasse que esta questão por si só seria capaz de levar à derrocada do sistema soviético. Sua análise, com base na teoria do segundo pivô, ressalta que somente a emergência de um antagonismo entre as elites políticas poderia causar uma transformação interna na natureza do regime soviético e a questão das nacionalidades, apesar de todas as tensões que continha - tanto dentro da URSS quanto nas repúblicas populares da Europa oriental, conforme frisou - não foi considerada como um fator capaz, por si só, de levar à desintegração do sistema soviético. Sua análise não necessariamente antecipava um cenário de total fragmentação política da URSS, pois considerava que se Moscou acomodasse as tensões nacionais, poderia continuar mantendo a integridade territorial soviética num novo regime político, desde que concedesse "genuína" autonomia para as demais nacionalidades.

Contudo, em um artigo anterior, publicado um ano antes, em 1986, Shtromas considerou a questão do nacionalismo como diretamente ameaçadora para a continuidade da URSS, fazendo um estudo de caso das três repúblicas do Báltico: Estônia, Letônia e Lituânia. Em "Prospects for restoring the Baltic states' independence: A view on the prerequisites and possibilities of their realization", Shtromas afirma que as três nacionalidades das repúblicas bálticas são as que têm a consciência nacional mais desenvolvida dentre todas as repúblicas não russas da URSS e que sua situação era comparável à Polônia após o surgimento do "Solidariedade" na década de 1980, visto que entre os estonianos, lituanos e letões era predominante a perspectiva da ilegitimidade da anexação das três repúblicas à URSS. O período de duas décadas de independência no entreguerras contribuía para reforçar os sentimentos irredentistas das três repúblicas.

No entanto, segundo a avaliação de Shtromas, a força e prevalência dos sentimentos irredentistas entre a população local não bastariam para tornar realistas, no curto e médio prazo, as perspectivas de independência das repúblicas bálticas, tomando por base os precedentes de intervenção soviética na Hungria, Tchecoslováquia e Polônia.[185] Em

[185] Shtromas (1986, p. 258).

suas palavras, “o regime soviético simplesmente não pode correr o risco de afrouxar o controle centralizado [sobre as repúblicas] e garantir real autonomia... fazar algo assim certamente implicaria na perda de controle total”.[186] Moscou era vista como ainda sendo capaz de esmagar processos revolucionários nas periferias do seu sistema político, porém o direcionamento adequado das demandas nacionalistas poderia gradualmente contribuir para uma mudança da natureza do regime em Moscou, o que abriria a possibilidade de maior autonomia ou até mesmo independência nas repúblicas do Báltico. Shtromas discute, então, quais seriam as estratégias mais adequadas que os nacionalistas estonianos, letões e lituanos deveriam seguir para tornar factível a perspectiva da independência no contexto das reformas intra-sistêmicas que começavam a ser promovidas por Gorbachev.

Para o autor, seria chegada a hora das repúblicas bálticas saírem da tradicional atitude de “resistência passiva” diante de Moscou para uma postura mais assertiva, demandando “autonomia real” num primeiro momento para eventualmente dobrar a aposta e conseguir completa independência. [187] A perspectiva de Shtromas diante das reformas de Gorbachev é de grande ceticismo e ele já apontava neste texto de 1986 também para a fragilidade institucional soviética e a perspectiva de um conflito entre diferentes segmentos da burocracia, teoria que veio a ser mais bem elaborada no texto de 1987 que analisamos anteriormente. Em suas palavras, “o regime soviético está hoje num estado tão precário que distúrbios de massa na sua periferia colonial podem por si só provocar a erupção de uma crise na metrópole”.[188] Seria provavelmente o momento de maior vulnerabilidade na história do sistema soviético.

A crise que poderia levar à derrocada final do sistema soviético poderia ter origem tanto em fatores internos, como uma crise institucional desatada pelas reformas de Gorbachev, ou por um cenário no qual uma das repúblicas se rebele e exija real autonomia ou até mesmo soberania. Shtromas afirma que seria improvável que as três repúblicas bálticas pudessem, sozinhas, ser as iniciadoras do processo de desmantelamento da URSS, mas que seus esforços, ao serem conjugados com o de alguma outra república

[186] Shtromas (1986, p.256).
[187] Shtromas (1986, p. 258-259).
[188] Shtromas (1986, p. 259).

com maior peso econômico e demográfico, seriam decisivos para trazer todo o sistema político soviético abaixo.[189]

Ignorando as teorias e debates acerca de nações e nacionalismo, Shtromas arrisca fazer uma avaliação empírica do "estado das nações bálticas após mais de quatro décadas de dominação estrangeira com contínuas tentativas de sovietização por meio da doutrinação comunista e da russificação", ele indaga: "até que ponto os lituanos, letões e estonianos estão vivos como nações?". [190] Ele procede então para uma rápida análise demográfica do percentual de cada uma destas nacionalidades dentro das suas repúblicas, demonstrando que somente na Lituânia existe sólida maioria da nacionalidade titular (mais de 80%) ao passo que a situação demográfica na Estônia e na Letônia era bem mais preocupante, com as nacionalidades titulares representando pouco mais de 50% da população total, com grande presença de minorias russas que constituíam cerca de 30%. [191]

No entanto, após apresentar estes números, Shtromas afirma que:

> "Apesar destes números sombrios, a verdadeira situação demográfica em todas as três repúblicas não pode ser avaliada, no total, como ameaçadora à identidade das nações locais ou a sua coesão social em nenhum aspecto significativo. Os russos recém-chegados em todas as três repúblicas bálticas são predominantemente trabalhadores industriais, uma espécie de *gasterbeiter*, que ocupam as posições sociais mais baixas e têm pouco impacto na vida das nações locais. O segundo grupo socialmente mais significativo dos recém-chegados - os trabalhadores do Partido enviados por Moscou para ocupar certos postos administrativos na região do Báltico - formam um contingente relativamente pequeno e exclusivo que, de qualquer maneira, devido ao seu status, não se mistura facilmente com a massa da população local. Até mesmo nas cidades nas quais os recém-chegados constituem a maioria, eles e a comunidade nacional local existem como entidades separadas, quase como óleo e água dentro de um recipiente. Os

[189] Shtromas (1986, p. 261).
[190] Shtromas (1986, p.261).
[191] Shtromas (1986, p.261).

> casamentos mistos são extremamente raros, assim como as amizades e a barreira da língua mantém os dois grupos relativamente isolados um do outro de forma permanente".[192]

A noção de "identidade nacional" do autor passa ao largo de qualquer discussão teórica e metodológica, como se fosse um dado autoevidente. Sua adjetivação das minorias russas nas três repúblicas do Báltico como sendo "recém-chegados" essencializa a abordagem sobre a dinâmica das relações interétnicas ao opor duas categorias de nações, as autóctones "comunidades nacionais locais", que teriam uma legitimidade histórica implícita como ocupantes daqueles territórios frente aos "recém-chegados" russos, que constituíriam uma presença ilegítima. Essa essencialização levou-o a qualificar os russos como uma espécie de *gasterbeiters*, num tom que seria rapidamente associado à xenofobia se publicado nos dias atuais. [193] Contudo, sua abordagem empiricista foi capaz de antecipar, com razoável precisão, que as forças centrífugas das mobilizações nacionalistas nas repúblicas poderiam ser altamente desestabilizadoras para o regime soviético, podendo levar a uma fragmentação política que desmantelaria completamente a unidade política da URSS.

---

[192] Shtromas (1986, p. 262).

[193] O termo *gasterbeiter* significa trabalhador-convidado em alemão e se popularizou na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) nos anos 1960 e 1970 em referência aos imigrantes, predominantemente de etnia turca e religião muçulmana, que vinham para este país ocupar empregos de baixa qualificação. O uso do termo por Shtromas reflete um esforço deliberado do autor de enquadrar os russos como uma minoria de baixo status social nas repúblicas do Báltico.

3.5 Zbigniew Brzezinski

No artigo de 1969 intitulado “The Soviet Political System: Transformation or Degeneration?”, presente no livro “Dilemmas of Change in Soviet Politics”, o cientista político Zbigniew Brzezinski reconhece a durabilidade do sistema político soviético que então completava seu quinquagésimo aniversário. Brzezinski considera, contudo, que esta efeméride é a ocasião ideal para discutir alguns cenários prospectivos sobre o futuro do sistema político da União Soviética, alertando em especial para questões críticas como a seleção de lideranças, os métodos de aquisição de poder e o relacionamento entre o PCUS e a sociedade e que a perspectiva de um colapso era realista, embora não iminente. Desde seu ponto de vista, a qualidade das instituições soviéticas seria baixa frente às demandas de uma sociedade industrializada e de alta escolaridade e estas estariam sujeitas a pressões internas por reformas. Esta necessidade de reforma é o sintoma mais nítido do que Brzezinski chama de “degeneração” do sistema político da URSS.

Brzezinski propõe uma análise empírica do que ele chama de “inadequações sistêmicas” dos regimes comunistas na URSS e nos Estados do leste europeu, avaliando que as tendências e processos políticos em curso poderiam levar a mudanças drásticas no sistema político destes países. Caso o sistema político impusesse freios às reformas necessárias, a URSS e seus aliados poderiam enfrentar um declínio econômico e geopolítico profundo - propugna o autor. Três fatores são apontados como sintomáticos da decadência do sistema político soviético.[194] O primeiro, seria o declínio na “qualidade do talento social que a liderança política" é capaz de atrair para seus os seus quadros, o que seria causado pela rigidez do aparelho burocrático, tornando-o incapaz de atrair pessoal talentoso e capacitado. O segundo seria a cizânia permanente dentro da elite dominante, acompanhada pelo enfraquecimento das convicções ideológicas comuns. O terceiro fator seria a prolongada instabilidade na liderança máxima do sistema politico, advindo da incapacidade das instituições estatais para atrair e manter os melhores quadros. A possibilidade de "degeneração", contudo, não era inevitável, e dependeria das decisões que vies-

[194] Brzezinski (1969, p.30).

sem a ser tomadas pela elite política. [195] Dessa forma, o desafio inevitável à continuidade da URSS seria a pergunta no título do artigo ("tranformação ou degeneração?"), sendo que tanto a transformação quanto a degeneração poderiam acarretar na desintegração política.

No artigo final do livro, também de autoria de Zbigniew Brzezinski, com o título "Concluding Reflections", há uma crítica explícita à falta de atenção que a questão das nacionalidades recebia dos especialistas ocidentais. A questão das nacionalidades não russas da URSS, segundo Brzezinski, seria "potencialmente explosiva".[196] Ele critica de maneira enfática a quase omissão desta questão no livro "Dilemmas of Change in Soviet Politcs", que, exceto por algumas menções entre os colaboradores da edição, não teria tido destaque. Isto seria um indício da inclinação que os estudiosos das questões soviéticas no Ocidente teriam de minimizar uma questão de suma importância para traçar cenários prospectivos sobre a URSS e seus aliados.[197]

Brzezinski, contudo, não adensa sua análise sobre a questão nos três parágrafos em que discute a negligência do tema entre os estudiosos ocidentais. O autor limita-se a afirmar que ainda vivemos na era dos nacionalismos - dos quais "nem a Bélgica e o Canadá podem escapar" - e que seu "sentimento generalizado" é que será extraordinariamente difícil para a URSS evitar que suas inúmeras nacionalidades constituintes atravessem uma fase de nacionalismo étnico assertivo.[198]

Ele prossegue, dizendo que as elites políticas das minorias não russas estão sob a liderança de Moscou e por isso, tentam alcançar seus objetivos nacionalistas dentro do sistema político soviético. Num futuro próximo, prevê, seria plausível que essas elites pudessem ampliar suas reivindicações por maior autonomia política, reformas constitucionais, mais investimentos em suas regiões, sem deixar a entender uma possível aspiração separatista.

---

[195] Brzezinski (1969 a, p. 31).
[196] Brzezinski (1969 b, p. 160).
[197] Brzezinski (1969 b, p. 160). "Esta omissão, parece-me, é indicativa da inclinação de estudiosos de assuntos soviéticos para minimizar o que eu temo pode ser potencialmente uma questão muito explosivo na política soviética ".
[198] Brzezinski (1969 b, p. 160). "Nós ainda vivemos na era do nacionalismo, e meu próprio sentimento altamente generalizado é que vai ser extremamente difícil para a União Soviética evitar ter algumas de suas muitas nacionalidades passando por fase de nacionalismo assertivo."

Na visão de Brzezinski, a "história nos ensina" que, seja na Argélia, seja na Indonésia ou na África colonial, essas demandas aumentarão significativamente ao invés de se estagnarem. Se as reivindicações forem ignoradas ou suprimidas – argumenta - a maior probabilidade é que se tornem crescentemente mais assertivas e agudas. Se forem atentidas, porém, o risco para Moscou é que o apetite nacionalista cresça, deixando a elite política soviética numa encruzilhada.[199] Dessa forma, o autor afirma que "francamente, näo vejo como as autoridades centrais na União Soviética estarão aptas para evitar ter um período de relações relativamente turbulentas com as nacionalidades não-russas".[200]

Brzezinski retomou, em 1970, no livro "Between Two Ages", algumas questões que havia mencionado *en passant* nos artigos de 1969 que citamos anteriormente. Brzezinski define, nesse livro, a perspectiva de transição historica para a era "tecnetrônica", que seria, nas suas palavras, uma era em que a sociedade seria moldada cultural, psicológica, social e economicamente pelo impacto da tecnologia e da eletrônica, particularmente na área de computadores e comunicações"[201]. Seu principal objeto de análise neste livro é a capacidade de adaptação dos Estados Unidos a essa nova era. Entre esses desafios no exterior estava a Guerra Fria com o bloco soviético, e Brzezinski, portanto, dedicou cerca de setenta páginas a uma avaliação da URSS e outros estados Comunistas na sequência da intervenção soviética de Agosto de 1968 na Checoslováquia.

Seu diagnóstico dos problemas fundamentais do regime soviético já estava, em grande parte, presente ao longo das linhas de seus artigos anteriores. Porém, além de analisar as tendências para a condução da URSS por suas lideranças, Brzezinski estabeleceu uma comparação com os países ocidentais (comparação esta que era claramente desfavorável para a URSS) e apresentou alguns cenários prospectivos para a URSS. Ele afirmava que o regime soviético teria cada vez menos legitimade, pois seria "ideologicamente mais e mais difícil de justificar a contínua subordinação [da sociedade soviética] a um sistema político que encarna estéreis doutrinas do século XIX ". [202] Brzezinski sublinhou o que

---

[199] Brzezinski (1969 b, p. 161).
[200] Brzezinski (1969 b, p. 161). "Eu francamente não vejo como as autoridades centrais na União Soviética seriam capazes de evitar um período prolongado de relações bastante difíceis com as nacionalidades não russas."
[201] Brzezinski (1970).
[202] Brzezinski (1970, p. 57).

considerava como a posição cada vez mais adversa da União Soviética relativamente aos Estados Unidos, especialmente na força econômica global, postulando que a tendência era que a disparidade econômica entre ambas as potências crescesse exponencialmente com o desenvolvimento da era tecnetrônica.

Diante deste cenário, a possibilidade de desintegração política seria cada vez mais plausível. Segundo Brzezinski, "a paralisia interna na elite governante, a crescente assertividade de vários grupos-chave dentro do estado, a divisão nas forças armadas, ressentimento entre os jovens e os intelectuais, e o aberto descontentamento entre as nacionalidades não russas" poderia levar a uma situação de implosão do sistema político.[203]

[203] Brzezinski (1970, p. 66).

3.6 Richard Voyles Burks em "The Coming Crisis in the Soviet Union"

A tese defendida por Burks no seu artigo "The Coming Crisis in the Soviet Union", publicado em 1987 no livro "The Soviet Union & the Challenge of the Future" é que, diferentemente do que se poderia supor em períodos anteriores, as chances de colapso sistêmico na URSS seriam igualmente plausíveis em relação aos prognósticos de sua continuidade. Portanto, o autor faz uma aposta alta, estimando em 50% a possibilidade de colapso soviético no período dos próximos cinco a dez anos. Burks prevê cenários prognósticos de colapso motivados por crises semelhantes às ocorridas na Hungria em 1956, na Tchecoslováquia em 1968, na Iugoslávia em 1971 ou na Polônia em 1980.

Seu principal argumento é que as reformas de Gorbachev, que estavam então em deslanchamento, destinadas a promover a economia de mercado, poderiam acarretar maiores demandas da sociedade por liberalização política, eventualmente abrindo a caixa de pandora do nacionalismo. As reformas de mercado promovidas na *perestroika* poderiam levar, assim, à quebra do sistema de controle político central, o que poderia causar desmoronamento de todo o sistema soviético. Segundo o argumento, um regime totalitário e altamente centralizado, como o soviético, poderia vir abaixo com as pressões liberalizantes oriundas de uma transição súbita para a economia de mercado.[204]

A desaceleração no crescimento econômico, de acordo com o autor, constitui o cenário ideal para testar o processo de desmantelamento da URSS. A principal causa desse declínio, segundo Burks, teria sido dada pela própria natureza do sistema de economia planejada, que seria o oposto de uma economia de mercado.

A União Soviética teria obtido sucesso em transformar uma economia atrasada e agrária numa superpotência nuclear, mas só o fez "ao custo de ter uma economia planejada". Sua economia teria se baseado numa negligência deliberada da infraestrutura; como exemplos, ele menciona o fracasso da agricultura, o abandono das rodovias e oleodutos com o correspondente excesso de deterioração das ferrovias e uma crescente escassez de energia e matérias primas. Burks cita também a questão do desabastecimento alimentar, que teria acarretado "sentimento de desmoralização entre as massas".

---

[204] Burks (1987, p.146 e p. 148).

O estado de desmoralização seria agravado na medida em que os cidadãos soviéticos estariam cada vez mais expostos ao Ocidente, de modo que eles possam perceber seu padrão de vida como sendo significativamente mais baixo não apenas frente ao Ocidente, como até mesmo em comparação com os de outras economias socialistas do Leste Europeu. Segundo o autor, a questão da alimentação e o seu principal símbolo, a "indisponibilidade de carne, deve ser considerada como uma força de grande capacidade de desestabilização" na sociedade soviética.[205]

Outro exemplo de deterioração do sistema soviético, de acordo com o autor, estaria evidente no âmbito da saúde pública. A taxa de mortalidade na URSS diminuiu consistentemente até 1964, mas passou a subir desde então. A taxa de mortalidade infantil já seria, na época da publicação do artigo, em 1987, provavelmente três vezes maior que a dos Estados Unidos e a esperança de vida masculina teria caído de 66 para 62 anos, argumenta o autor.[206]

A principal causa desse declínio abrupto na expectativa de vida, sem paralelo em qualquer outra sociedade industrializada, seria o alcoolismo, uma tradicional epidemia na URSS, mas que teria atingido o status de uma pandemia.[207] O alcoolismo seria também um problema na deterioração da disciplina dos trabalhadores nas fábricas, fazendo baixar o nível de produtividade do trabalho. Junto com o alcoolismo e outras dificuldades médicas e de saúde, haveria uma crise generalizada no sistema de medicina socializada soviética, com clínicas mal equipadas e sem funcionários, infraestrutura obsoleta e, frequentemente, falta de medicamentos básicos.

Os problemas econômicos soviéticos, segundo o raciocíonio de Burks, não poderiam ser resolvidos num sistema de planejamento econômico centralizado. Somente uma transição para a economia de mercado, com melhor alocação de mão-de-obra e capital, poderia dar ensejo a um reordenamento eficiente da estagnada economia soviética. Porém, segundo o autor, tal transferência teria grandes repercussões políticas no interior do sistema, pois resultaria na perda do sentido de missão que dava coesão à URSS, o que poderia abrir caminho para a contestação do motivo de existência da mesma.

---

[205] Burks (1987, p. 123).
[206] Burks (1987, p.119).
[207] Burks (1987, p. 119).

Haveria ainda, segundo Burks, outro obstáculo à mercantilização da economia soviética. Este problema seria o ressurgimento do problema do nacionalismo nas repúblicas da União Soviética. O autor acredita que este problema pode ser uma ameaça de maior magnitude à estabilidade do regime do que a dissidência intelectual, por exemplo. Os povos muçulmanos do Cáucaso e da Ásia Central Soviética estariam, na avaliação de Burks, cada vez mais assertivos em suas identidades nacionais e "resistentes ao controle e à dominação pelos russos". Em suas palavras:

> "A transição para a economia de mercado enfraqueceria a camisa de força que o establishment militar controlado pelos russos tem no produto da indústria e, de um modo mais geral, deslocaria a ênfaseúdas industrias pesadas para as indústrias leves, ao mesmo tempo em que tornaria possível que os aparatos políticos das repúblicas impulsionassem projetos que consideram de seus interesses nacionais. As repúblicas muçulmanas, por exemplo, não hesitariam em fazer uso de sua nova autonomia para promover a industrialização em suas próprias repúblicas."[208]

Desse modo, o autor sugere que se a URSS adotar reformas econômicas visando uma gradual liberalização mercantilista, tais reformas poderiam converter a federação num "conglomerado de economias semiautárquicas", sendo que as repúblicas passariam a reivindicar maior autonomia, primeiramente no âmbito das decisões econômicas locais e, em seguida, na condução da política identitária, o que acarretaria o risco de "exacerbação do problema nacional". Portanto, nas palavras de Burks, "o problema nacional é o maior obstáculo para a mercantilização de uma economia de planejamento centralizado".[209]

Nesse pormenor, o autor tem em vista perspectiva comparativa com algumas reformas mercantis liberalizantes que ocorriam na Iugoslávia, um modelo de federação nacional tido por ele como sendo o melhor parâmetro de comparação ao modelo da URSS.[210] Em 1952 a liderança federal iugoslava promoveu uma série de reformas que

---

[208] Burks (1987, p. 141).
[209] Burks (1987, p. 138).
[210] Burks (1987, p. 138-139).

transferiu decisões sobre investimentos do âmbito federal para os estratos mais baixos da administração dos governos locais de cada uma das repúblicas ou comunas.

Porém, segundo Burks, tal reforma não acabou resultando na efetiva tomada de decisões dos investimentos pelos "comunas", conforme esperado, mas sim na transferência das tomadas de decisões para cada facção local do Partido Comunista nas repúblicas federadas. Tal situação acabou criando uma série de economias semiautonômas frente ao poder central em Belgrado, um cenário que Burks argumentava que poderia se reproduzir na URSS caso Moscou insistisse em promover reformas econômicas descentralizantes.[211]

O autor aponta então para outros indícios de que a questão das nacionalidades não estaria tão bem acomodada como proclamavam as lideranças soviéticas. Um desses indícios teria sido a demora na adoção da constituição de 1977, sob Brezhnev, que o autor explica que se deveu aos esforços das "repúblicas minoritárias" em promover alguma descentralização e garantir o maior grau de autonomia possível para as repúblicas. Porém, tais esforços foram vãos, segundo Burks.[212]

Outro indício de problema na questão nacional seria o crescente antissemitismo dentre as populações eslavas, o que já teria resultado na emigração de cerca de 400 mil judeus soviéticos, de uma população total de 4 milhões, "apesar de todos os custos envolvidos para o indíviduo e sua família". Por fim, a evidência do "fracasso" da política linguística também seria enfática, visto que a proporção de cidadãos soviéticos utilizando suas línguas nacionais nas atividades cotidianas era crescente, apesar dos esforços soviéticos em promover a russificação por meio da educação primária.[213]

Richard Voyles Burks dá grande ênfase ao potencial separatismo e irredentismo nas repúblicas soviéticas de maioria islâmica, assim como d'Encausse e Benningsen/ Broxup e chega a apontar, igualmente, para a possibilidade de um desenvolvimento de consciência identitário panislâmica entre as populações das repúblicas da Ásia Central.[214] Burks nota que a resistência dos muçulmanos em migrar para outras repúblicas em busca de trabalho já era percebida como um problema econômico pelas autoridades centrais em

[211] Burks (1987, p. 139).
[212] Burks (1987, p. 140).
[213] Burks (1987, p. 140).
[214] Burks (1987, p. 141).

Moscou, uma vez que essas repúblicas eram responsáveis pela maior parte do bônus demográfico soviético, num contexto em que a população era declinante nas repúblicas ocidentais como a Rússia, Ucrânia, Bielorrúsia e nas três repúblicas do Báltico. [215] A resistência das populações muçulmanas em migrar da área rural para a área urbana causava problemas até mesmo em suas próprias repúblicas, exigindo que Moscou continuasse a realocar trabalhadores oriundos das repúblicas ocidentais para trabalhar nas cidades das repúblicas da Ásia Central, motivo pelo qual se criava um estranhamento identitário exacerbado, com potenciais explosões de xenofobia, entre a população urbana eslava e rural muçulmana nestas repúblicas.[216]

Escrevendo no contexto da guerra soviético-afegã, Burks tece comentários sobre possíveis desdobramentos que essa questão da política externa poderia trazer para a política interna da URSS, através de impactos gerados nas nacionalidades predominantemente muçulmanas. Para ele, o *republicanismo islâmico* que foi popularizado a partir da revolução iraniana em 1979 poderia servir de inspiração para as repúblicas soviéticas da Ásia Central e esta teria sido uma dar razões, segundo seu argumento, para a decisão soviética pela intervenção militar no Afeganistão. Porém, na eventualidade de uma humilhante retirada soviética, movimentos islamistas inspirados na Revolução Islâmica do Irã poderiam ganhar terreno e desestabilizar a unidade territorial soviética, fomentando uma consciência nacionalista nas repúblicas de população majoritariamente muçulmana. [217]

Combinados os riscos da transição para a economia de mercado com os problemas etnonacionais, Burks conclui que a continuidade da URSS, seja em suas dimensões territoriais ou na natureza do regime político, poderia estar ameaçada pelos desenvolvimentos incertos no Afeganistão ou pelas reformas econômicas de Gorbatchev. Em suas palavras:

> "Ocorre para mim, à guisa de conclusão deste discurso sobre os riscos da mercantilização que, em conjunto, os casos da Polônia e do Afeganistão sugerem que a entidade política soviética, apesar de seus extraor-

[215] Burks (1987, p. 141).
[216] Burks (1987, p. 141).
[217] Burks (1987, p. 143).

> dinários feitos, possa, no longo prazo, se mostrar incapaz de aculturar e absorver culturas estrangeiras distintas [...] A guerra afegã, especialmente no caso que se prove estar conectada à propragação do republicanismo islâmico, sugere que o comunismo e a fé islâmica também sofrem de uma incompatibilidade básica. Em todo caso, a evidência indica que as populações muçulmanas da União Soviética não seriam as últimas a utilizar a descentralização da economia soviética para seguir políticas econômicas próprias."[218]

Em suma, a combinação de reformas econômicas com as forças políticas centrípetas nas repúblicas poderia levar a um cenário que o autor descreve como "desmoronamento político". Sua definição para o termo é "uma súbita e inesperada perda de controle político por um regime totalitário."[219] O "desmoronamento político" se aplicaria somente a crises políticas em sistemas totalitários, pois o "controle totalitário por sua própria natureza tenta suprimir o pluralismo essencial das sociedades pelo uso da violência, ou a ameaça à violência, para obliterar a distinção entre estado e sociedade."[220] No caso de um cenário de "desmoronamento político" do regime totalitário, de acordo com o raciocínio de Burks, o "controle total acaba produzindo dissenso total". [221]

O dilema para Moscou, diante do cenário de persistente estagnação econômica, seria definir qual o escopo e a extensão das medidas econômicas necessárias para redinamizar a economia. O sistema político soviético estaria numa encruzilhada já que a estagnação poderia dar vazão a demandas potencialmente desestabilizadoras para a natureza do regime político ou para a integridade territorial soviética.

Porém, as reformas destinadas à mercantilização e descentralização da economia arriscariam também a continuidade do sistema político, eventualmente resultando na perda de controle do governo central que levaria a um cenário de "desmoronamento políti-

---

[218] Burks (1987, p. 145-146).
[219] Burks (1987, p. 155).
[220] Burks (1987, p. 155).
[221] Burks (1987, p. 155).

co", além de possivelmente desencadear uma série de demandas separatistas reprimidas nas repúblicas nacionais.

Diante de tais perspectivas, Burks via como ineditamente provável a possibilidade de uma grande turbulência política na URSS "nos próximos cinco a dez anos".[222] Segundo o autor, esse cenário de "desmoronamento político" levaria inevitavelmente à perda do status de grande potência pela URSS ou pelo seu regime político sucessor, o que poderia, num cenário mais catastrófico, trazer à tona o perigo de um confronto nuclear com o Ocidente.[223]

[222] Burks (1987, p. 157).
[223] Burks (1987, p. 157).

Capítulo 4:
Contraposição com a posição de alguns autores ocidentais "não catastrofistas" para efeito de contraste

Podemos dividir em dois grupos os estudiosos ocidentais que trataram da questão das nacionalidades na URSS como sendo potencialmente desestabilizadora para o sistema político soviético como um todo. No capítulo anterior expusemos os principais argumentos dos autores que foram mais incisivos quanto ao perigo que a questão das nacionalidades representaria para a URSS e traçaram cenários "catastrofistas" para a URSS, apontando para a possibilidade de desintegração total ou parcial do Estado soviético como entidade política unificada.

De outro lado, encontramos autores que se debruçaram sobre A questão, mas chegaram a conclusões diferentes das do primeiro grupo, afirmando que seria improvável que a questão das nacionalidades pudesse colocar em risco a continuidade política da URSS. Gail Warshofsky Lapidus publicou dois artigos a respeito da questão etnonacional em 1983 e 1984.[224] No artigo datado de 15 de novembro de 1983, apresentado num colóquio do Kennan Institute for Advanced Russian Studies, a autora apresenta uma série de fatores potencialmente disruptivos para o futuro da URSS como entidade política unificada, devido ao risco representado pelo nacionalismo. A frase de abertura de seu artigo é bastante contundente neste particular.[225] Logo a seguir, Lapidus descreve a URSS como sendo "extremamente vulnerável aos possíveis efeitos do crescente etnonacionalismo, uma das mais potentes forças de instabilidade política tanto em sociedades industrializadas quanto em sociedades em desenvolvimento".[226] Ora, com uma abordagem inicial tão incisiva sobre os riscos do etnonacionalismo para a estabilidade política da URSS, como

---

[224] Lapidus (1983) e Lapidus (1984).
[225] " A estabilidade do sistema [político] soviético é dependente de forma crítica de quão bem a liderança soviética saberá lidar com o seu 'problema das nacionalidades'"[aspas da autora]. Lapidus (1983).
[226] Lapidus (1983).

é que Gail Lapidus não chegou a conclusões igualmente assertivas e catastrofistas para a continuidade do sistema soviético? Para responder a esta pergunta, é necessário que apresentemos as principais premissas e argumentos que a autora utilizou para traçar cenários prospectivos pouco pessimistas do ponto de vista da continuidade da URSS como sistema político.

No caso do artigo de Gail Lapidus, temos um exemplo claro de autor que acompanhou atentamente a discussão dos autores que aqui denominamos "catastrofistas", do ponto de vista de suas análises sobre o impacto do etnonacionalismo na URSS, mas chegou a conclusões menos assertivas e pessimistas quanto ao futuro da URSS como unidade política, levantando uma série de fatores para matizar previsões de cenários inexoravelmente "apocalípticos" para o sistema soviético.

Citando uma declaração de Andropov, em dezembro de 1982, retirada do jornal Pravda, a autora aponta o que considera ser um exemplo textual da mudança de percepção das lideranças do PCUS sobre a questão das nacionalidades.[227] A referência é a um excerto de uma declaração de Andropov clamando por uma reformulação bem elaborada e cientificamente substanciada da política para as nacionalidades". Para a autora, esta fala de Andropov representa uma quebra de paradigma face aos discursos das lideranças do PCUS nas décadas de 1960 e 1970, pois há um reconhecimento explícito da necessidade de uma reformulação coerente e abrangente da política soviética na questão das nacionalidades. Tal reformulação implicaria tratar o fenômeno do etnonacionalismo como objeto central das políticas públicas do Estado soviético e não mais como um mero epifenômeno de outras questões funcionais.

Dessa forma, a autora destaca que nos anos 1980, a questão das nacionalidades passou a ocupar um lugar cada vez mais importante na agenda política do Kremlin, deixando de ser tratada como um problema secundário, cuja solução estaria encaminhada a médio/longo prazo, para ser considerada como uma questão estratégica relevante.

Demonstrando familiaridade com o trabalho de autores que apontavam para o potencial disruptivo da questão etnonacionalista, Lapidus cita d'Encausse e Bennigsen/Broxup como principais exemplos do que ela considera ser uma (então) nova "ob-

[227] Lapidus (1983).

sessão" em voga entre analistas ocidentais com a questão das nacionalidades na URSS, tendência iniciada no final da década de 1970 e início de 1980.[228] A autora critica a perspectiva dos dois principais trabalhos destes autores, que foram anteriormente resenhados na presente dissertação. Em sua análise, Lapidus afirma que eles estariam dando uma ênfase excessiva sobre as nacionalidades de repúblicas periféricas da Ásia Central, ao passo em que desconsideravam os potenciais problemas representados pelas possibilidades de nacionalismo irredentista no Báltico e na Ucrânia.

Outro aspecto importante levantado por Lapidus foi a questão do nacionalismo russo, que poderia acarretar um potencial disruptivo e xenófobo, queixoso quanto ao custo econômico e político da Rússia "sustentar financeiramente" a URSS. A autora levanta, assim, a possibilidade do nacionalismo russo ser mais perigoso para a estabilidade da URSS do que os nacionalismos periféricos, fazendo com que a ativação das forças etnonacionalistas desintegracionistas fosse deslanchada desde o centro do sistema político e não desde as periferias. [229]

Outras questões levantadas por Lapidus refletem sua visão crítica sobre a abordagem primordialista dos autores com visões catastrofistas, assumindo uma perspectiva teórico-metodológica construtivista e modernista sobre a questão do etnonacionalismo. Em suas palavras:

> "Esta crescente literatura ocidental sobre as implicações da politização étnica para a futura estabilidade do sistema soviético, no entanto, contém uma série de suposições implícitas e discutíveis sobre a questão da consciência nacional e sobre o caráter das políticas soviéticas para a questão das nacionalidades, algo que precisa ser submetido ao escrutínio crítico."[230]

Partindo desse pressuposto, a autora afirma que a tendência a tratar a questão da identidade nacional de forma primordial é uma limitação (*shortcoming*) analítica comum a esses autores, no sentido em que desconsideram a complexidade da questão identitária,

---

[228] Lapidus (1983, p.4).
[229] Lapidus (1983, p. 5-6).
[230] Lapidus (1983, p. 6).

que não estaria restrita à questão da identidade étnica, devendo-se levar em consideração outros níveis e fatores, como a identidade cívica, de classe, dentre outros, destacando que a questão da identidade é essencialmente fluida.[231] Em suas palavras:

> "Migrações, casamentos mistos [interétnicos], e mudanças nas fronteiras de grupo alteram as definições mais antigas sobre a identidade. Para um número crescente de cidadãos soviéticos, a questão de qual das suas várias identidades ou níveis de identidades sobrepostas, deve ser percebida como sua identidade principal, e em quais contextos, é uma questão problemática. Além disso, assumir que a afiliação nacional é a única identidade mais saliente do cidadão soviético é simplesmente ignorar o grande corpo de pesquisa que revela o grau em que as identidades nacionais se sobrepõem com outras identidades sociais e mostram como a sua relevância varia não só entre os indivíduos, mas também de acordo com situações específicas. Uma das principais tarefas a cargo dos próximos pesquisadores [da questão identitária na URSS] é identificar as condições sob as quais a identidade nacional assume importância mais elevada [que outros níveis de identidade], e para avaliar quais são as características das políticas públicas soviéticas contribuem ou minimizam tais desenvolvimentos."[232]

Uma segunda limitação comum a esses autores, segundo Lapidus, é que eles não notaram as variações possíveis na intensidade dos sentimentos nacionais e não consideraram os possíveis cenários que não terminariam por acarretar desintegração do sistema político soviético, ignorando as formas como o regime explorava clivagens interétnicas para reforçar o poder central. Dessa forma, os autores negligenciaram a capacidade do sistema soviético de satisfazer, canalizar e administrar a questão do etnonacionalismo. Lapidus afirma que a preservação e a promoção dos sentimentos nacionais não seriam, portanto, incompatíveis com os objetivos do regime.

---

[231] Lapidus (1983, p. 6-7).
[232] Lapidus (1983, p.7).

> "Ao assumir que a homogeneidade étnica é o objetivo último de uma União Soviética monolítica, e partindo do princípio de que a preservação de quaisquer elementos de caráter distintivo nacional constituíriam uma derrota para os objetivos do Kremlin, [esses autores] ignora[m] as mudanças na política soviética ao longo do tempo, divergências internas sobre condução de políticas dentro da elite soviética, ou mesmo o fosso que existe entre as aspirações e as possibilidades reais. Eles também ignoram os artifícios que o regime soviético utiliza para explorar clivagens étnicas visando reforçar o poder central, e que não se limita simplesmente a lamentá-los."[233]

Tendo em vista esses pressupostos teóricos, em seu artigo, Gail W. Lapidus contraria frontalmente a perspectiva desintegracionista e fatalista que, segundo ela, estaria em voga entre os analistas ocidentais que tratavam da questão das nacionalidades na URSS no final da década de 1970 e início da década de 1980. Como exposto, ela parte do princípio de que a preservação e a promoção de certos aspectos das identidades nacionais na URSS não seriam necessariamente incompatíveis com os objetivos políticos do Kremlin. Outro pressuposto importante é que a saliência política da questão etnonacional não é automática nem autoevidente, estando sujeita a variações ao longo do tempo e estando sempre dependente de determinados contextos para emergir. Em suas palavras:

> "ao assumir que a proeminência da politização étnica é autoevidente em vez de ser [uma questão] problemática, e de tratar a política como uma variável dependente [das nacionalidades], eles acabam antecipando desdobramentos [políticos] sobre a assertividade da etnia como sendo necessariamente desestabilizantes [para o sistema político soviético]."[234]

---

[233] Lapidus (1983, p. 8).
[234] Lapidus (1983, p. 8-9).

A “politização étnica”, termo usado pela autora, que tem sido mais comumente tratado na literatura atual como etnopolítica (ethnopolitcs) não constituiria uma variável independente vis-à-vis a política, e esta seria, portanto, uma limitação crucial presente na análise de autores como Bennigsen, Broxup, Carrère d’Encausse e Pipes.

Outro autor que tratou da questão do etnonacionalismo na URSS, demonstrando plena intimidade com a literatura especializada no tema – e chegando a uma conclusão não catastrofista - foi Alexander Motyl. Esse especialista publicou um livro em 1987 com o impactante título “Will the non-Russians rebel?: State, Ethnicity, and Stability in the USSR.”. À primeira vista, o título poderia sugerir uma projeção catastrofista do autor sobre a questão das nacionalidades não russas da URSS. No entanto, Motyl, de maneira comparável à Lapidus, apresenta uma grande revisão da literatura acadêmica e chega a uma conclusão não catastrofista. Em sua perspectiva, o sistema soviético permanecia sólido como entidade política, devido à grande centralização do poder político-militar em Moscou.

Levantamos aqui três questões problemáticas na análise de Motyl.[235] Em primeiro lugar, Motyl parece partir da premissa de que somente a escalada de violência interétnica, levada às últimas consequências, constituiria uma forma relevante de ativismo etnopolítico. Desse modo, acabou minimizando a crescente e constante politização adquirida pelas nacionalidades na esfera pública soviética. Um segundo aspecto é que, como coloca Dutter, Motyl tinha feito a pergunta errada. Em vez de ter perguntado se os não russos iriam se rebelar, Dutter sugere que a questão colocada por Motyl deveria ter sido outra: “os não russos vão continuar a se inflamar e, no momento oportuno, causar agitações e perturbações à integridade do Estado soviético?”.[236]

Com a formulação da questão nesses termos - afirma Dutter - o autor poderia ter evitado uma abordagem imediatista sobre a gravidade da questão das nacionalidades para adotar uma perspectiva mais gradualista e matizada acerca da evolução da politização desta questão, uma vez que não dava para afirmar categoricamente que haveria uma rebelião em larga escala das nacionalidades não russa. Porém, o cenário gradualista im-

[235] Motyl (1987).
[236] Dutter (1990, p. 330).

plícito na reformulação da pergunta feita por Dutter, não poderia ser descartada de antemão.

Em um artigo mais curto, publicado dois anos mais tarde, em 1989, ou seja, já após a explosão dos conflitos em Nagrono-Karabakh e das movimentações independentistas cada vez mais incisivas no Báltico, Motyl sustenta novamente que a URSS não estaria diante de uma crise existencial e que a questão dos nacionalismos, apesar de causar tensões graves para o Estado e a sociedade soviética, não teria um potencial explosivo. Seria antes, segundo o autor, um problema paralelo ao da questão racial nos Estados Unidos.[237]

O autor afirma que é impossível caracterizar a situação contemporânea à 1989 na URSS como sendo carateризada pela presa pluricêntrica de polos de poder em disputa pela soberania.[238] Apesar de todos os graves problemas enfrentados pelo regime soviético, a questão da centralidade do poder em Moscou era inquestionável. Em suas palavras, "as frentes populares bálticas, assim como os movimentos armênios e georgianos, sequer se qualificam [como desafios à unidade política soviética], já que, por sua própria natureza, constituem nacionalismos regionalistas de pequenas nações periféricas e representam problemas limitados e plenamente controláveis".[239]

Outro autor, que mencionamos no início deste capítulo, que discutiu acerca da gravidade da questão das nacionalidades, mas sem chegar a uma conclusão catastrofista foi Paul B. Henze. Henze era consultor da Rand Corporation à época da publicação do artigo sob o título "The Spectre and Implications of Internal Nationalist Dissent", presente no livro "Soviet Nationalities in Strategic Perspective" (1985). Nesse artigo, Henze faz uma série de afirmações categóricas quanto à gravidade do problema etnonacionalista para o futuro da URSS.

Por exemplo, Henze afirma que "somente um historiador imprudente poderia taxar este império [a URSS] como tendo um forte prospecto de sobrevivência para o século XXI sem mudanças básicas [em sua estrutura política]."[240] Contudo, apesar de se mostrar

[237] Motyl (1989, p. 272-273).
[238] Motyl (1989, p. 273).
[239] Motyl (1989, p. 273).
[240] "Henze (1985).

extremamente cético quanto às perspectivas de continuidade da URSS como unidade política, Henze não apontou a questão das nacionalidades como sendo um fator preponderante, embora tenha feito uma série de comentários apontando que a questão era grave para a URSS e suas políticas para a integração interétnica foram historicamente ineficientes se comparadas aos exemplos de país como o Brasil, os Estados Unidos e a Austrália, sociedades que promoveram a integração por meio do *melting pot*. A URSS, por outro lado, acabou cristalizando a questão a questão da identidade nacional, inviabilizando uma integração e assimilação semelhante das diversas etnias.[241]

Na questão das nacionalidades, Henze aponta o nacionalismo russo como sendo potencialmente mais problemático para a URSS do que os nacionalismos periféricos. Invertendo a perspectiva de analisar o problema do nacionalismo desde o ponto de vista não russo, o autor indaga se os "russos se revoltarão?".[242] A seguir, aponta a proliferação de publicações clandestinas ("samizdat") como indício do recrudescimento nacionalista russo.[243] Essas publicações estariam promovendo a retomada da circulação de ideias eslavófilas do século XIX acerca da "missão especial da Rússia como líder das nações eslavas".[244] Na visão de Henze, um fator importante para o ressurgimento do nacionalismo russo seria a persistência da religiosidade (outra questão "não resolvida" pelo regime soviético apesar da propaganda oficial), tomada em conjunto com a sensação de menor prosperidade dos russos frente às nacionalidades do Báltico e do Cáucaso. [245]

Vemos em Henze uma perspectiva alinhada com a de Bennigsen ao enxergar possíveis tensões advindas da identidade religiosa para o sistema político soviético. No entanto, Henze abre o leque de possibilidades e sugere que a religiosidade cristã poderia constituir um desafio para URSS nas porções ocidentais - como a Ucrânia, Bielorrússia e Báltico - e mesmo dentre os russos. A fim de entender a importância de Paul B. Henze na sovietologia americana é necessário que ressaltemos alguns aspectos de sua trajetória tanto na pesquisa acadêmica quanto em postos no governo, tendo sido um oficial de inteligência e estudioso ocasional, cuja experiência remontava ao serviço no Escritório de

[241] Henze(1985, p.33).
[242] Henze (1985, p. 24).
[243] Um exemplo destas publicações clandestinas com conteúdo nacionalista seria o "Veche".
[244] Henze (1985, p.25).
[245] Henze (1985, p. 22).

Serviços Estratégicos (OSS), considerado precursor da CIA, durante a Segunda Guerra Mundial. Ele foi um escritor prolífico com uma lista de publicações que incluía desde as políticas soviéticas para o uso de línguas nacionais na Ásia Central, a história da Etiópia e até mesmo um artigo que gerou muita controvérsia acerca da tentativa de assassinato do Papa João Pauo II, que Henze tentou vincular ao serviço de inteligência búlgaro e à KGB. Henze estabeleceu uma estreita parceria com Alexandre Bennigsen, Broxup e Richard Pipes.

Assim como Bennigsen e Pipes, Henze acreditava que, no longo prazo, a União Soviética não seria capaz de conciliar as suas promessas de libertação nacional com as demandas de suas minorias, especialmente os muçulmanos do Cáucaso e na Ásia Central. Como Pipes, Henze viu o desafio da questão nacional para a URSS, em parte, no contexto das lutas anticolonialistas contemporâneas. Um trabalho recente publicado por Artemy Kalinovsky investiga uma série de documentos e correspondências trocados entre estes autores, que foram recentemente desclassificados, pertencentes à biblioteca presidencial de Jimmy Carter e ao acervo pessoal de Paul Henze na Hoover Institution, da Universidade de Stanford.[246] De acordo com o estudo de Kalinovsky, que teve acesso a essas fontes, as correspondências entre Bennigsen, Pipes e Henze demonstram que esses três autores compartilhavam uma sensação de serem *outsiders* no contexto acadêmico e burocrático da Guerra Fria, que, em sua visão superestimava a estabilidade da União Soviética, subestimava os riscos para a sua continuidade e recusava-se a analisar a gravidade do potencial das minorias muçumanas para enfraquecer a URSS.[247]

Durante a maior parte da Guerra Fria, sustenta Kalinovsky, os pontos de vista expressos por Bennigsen, Pipes e Henze, desejosos de promover a instrumentalização do islã contra a URSS, não eram de muito interesse para os formuladores de políticas dos EUA, cujos objetivos principais seriam a prevenção do confronto nuclear, a manutenção da paridade com a União Soviética em termos militares, e o bloqueio da expansão soviética no Terceiro Mundo, seguindo a política da *détente*. A interferência direta dos EUA

[246] Kalinovsky (2014).
[247] Kalinovsky (2014, p. 216).

na URSS e em Estados do pacto de Varsóvia era feita apenas por meio das transmissões da Radio Free Europe e da Radio Liberty. [248]

Porém, no desenrolar da década de 1970, uma sensação de crise na política externa estadunidense impulsionou um novo grupo de políticos em posições-chave do governo dos EUA a identificar e explorar os pontos fracos e não apenas na política externa da URSS, abandonando a posição de relativa não interferência em assuntos internos soviéticos. O colapso da détente no final dos anos 70 permitiu que um grupo de especialistas sobre o islã nos territórios soviéticos da Ásia Central, cujas vozes anteriormente eram marginais, subitamente se tornassem *players* relevantes na formação da política para Guerra Fria dos EUA. Que eles tenham sido capazes de sair das margens e passar ao *mainstream* da formulação de estratégias dos Estados Unidos foi em parte um resultado da rede de relações pessoais e profissionais desenvolvidas entre esses indivíduos antes mesmo que a administração Carter chegasse ao poder, conforme destacou Kalinovsky em ensaio sobre a mudança de abordagem do governo americano quanto à possível instrumentalização dos conflitos nacionais na URSS.[249]

Figuras como Paul B. Henze, Alexandre Bennigsen, Richard Voyles Burks, Alexandre Shtromas, Richard Pipes e Zbigniew Brzezinski passaram, assim, a influir no processo de formulação de políticas para a Guerra Fria, propugnando ações que explorassem a questão do nacionalismo étnico. Autores como Bennigsen e Henze, priorizavam a instrumentalização das etnias predominantemente muçulmanas para criar pressões sobre o governo central. Bennigsen, conforme destacamos no capítulo 3, era contundente quanto à possibilidade de deflagração de uma crise generalizada na URSS. Ironicamente, seu diagnóstico era de que esta crise ganharia relevo, inexoravelmente, a partir das repúblicas de maioria muçulmana da Ásia Central e do Cáucaso. Ironicamemente, como vimos na recapitulação história delineada no capítulo 2, tais repúblicas foram as últimas a proclamar sua independência e as demandas nacionalistas secessionistas mais intensas vieram das repúblicas da porção ocidental da URSS.

Por outro lado, embora Henze apontasse enfaticamente para os benefícios (do ponto de vista da política externa dos EUA) de utilizar a questão das nacionalidades para

[248] Kalinovsky (2014, p. 217).
[249] Kalinovsky (2014, p. 226).

gerar instabilidade na URSS, suas avaliações de cenário apontavam para um maior ceticismo quanto à possibilidade desta questão, por si só, levar ao colapso do sistema soviético, razão pela optamos por não classificá-lo como catastrofista. A análise mais perspicaz, neste sentido, parece ter sido a de Shtromas, que apontou para o nacionalismo dos países bálticos como potencial fonte de desetabilização da URSS, aventando inclusive a possibilidade de uma mudança de regime, com a transição para a economia de mercado numa Rússia pós soviética. Contrariamente à avaliação de d'Encausse, de que os países do Báltico não teriam força demográfica para causar maiores problemas ao governo central, Shtromas argumentou que, apesar dessas nacionalidades constituírem maiorias pouco expressivas em suas próprias repúblicas, a força dos sentimentos nacionais e a memória da independência política destas repúblicas no período entreguerras mantinham a questão nacional na Lituânia, Letônia e Estônia como sendo, potencialmente, as mais ameaçadoras para a estabilidade futura do regime soviético e para a preservação de sua integridade territorial. Além disso, segundo Shtromas, a proximidade com a Polônia e outras repúblicas populares da Europa oriental tendiam a ativar potenciais demandas secessionistas em caso de sucesso dos movimentos de mobilização antissoviética na Europa oriental.

Em paralelo aos estudos e publicações acadêmicas sobre a questão das nacionalidades na URSS, é importante destacar que alguns documentos como relatórios de inteligência e telegramas diplomáticos apontaram para potencial utilidade de instumentalizar a questão das nacionalidades com o objetivo de causar instabilidade institucional. Evidentemente, a maior parte destes documentos é classificada, mas temos um indício de que esta questão foi problematizada nas agências de inteligência e no serviço diplomático dos EUA e de países aliados, através de um telegrama vazado de 2 de fevereiro de 1978, pertencente ao serviço diplomático dos Estados Unidos, classificado como "secreto" e divulgado recentemente pela organização Wikileaks. A íntegra do documento se encontra no Anexo final do presente trabalho.

Destacamos o seguinte trecho:

> "Embora não vejamos o nacionalismo em nenhuma das repúblicas como um problema urgente e imediato para a liderança, há algumas áreas - as repúblicas bálticas, a Ucrânia Ocidental e a

> Geórgia – onde o nacionalismo aparece para ser relativamente ativo, e há problemas potenciais em muitas outras áreas."[250]

Como fica claro, o documento apontou para as áreas que vieram de fato a se revelar como as mais problemáticas do ponto de vista do nacionalismo étnico, algo que poucos dos analistas acadêmicos que analisamos conseguiu fazer. A seguir, outro trecho aponta para a possibilidade do surgimento de uma liderança reformista após Brezhnev, que possivelmente estaria menos inclinada a reprimir com dureza manifestações e demandas nacionalistas. Tal cenário, caso viesse a se estabelecer, conforme frisado no documento, poderia acarretar revoltas violentas e com desfechos trágicos, como as que ocorreram nas repúblicas populares da Europa oriental.

> "É concebível que um regime reformista, pós-Brezhnev (supondo que eventualmente viesse ao poder) poderia estar menos disposto a usar a força para impor a sua vontade, ou poderia ser percebido como menos inclinado [a usar a força] por membros das nacionalidades minoritárias soviéticas. Sob as primeiras circunstâncias, os acontecimentos da Europa Oriental em 1956, ou em Praga, em 1968, talvez pudessem se reproduzir novamente dentro da União Soviética, mas provavelmente com resultados similarmente trágicos."[251]

O documento conclui que os Estados Unidos devem passar a adotar uma estratégia ativa de promoção da consciência étnica nas repúblicas minoritárias, promovendo publicações e transmissões de rádio e TV nas línguas nacionais, dentre outras possíveis ações. Segundo o serviço diplomático dos EUA, a promoção de tais ações exigiria a ampliação da rede consular estadunidense em território soviético, com prioridade para instalação de consulados em repúblicas como a Uzbequistão e a Ucrânia.

---

[250] Ver Anexo final.
[251] Ver Anexo final.

Em suma, nota-se que os cenários prospectivos traçados neste documento mostraram-se mais precisos, em alguns aspectos, dos que foram delineados até pelos sovietólogos “catastrofistas”.

5. Conclusão e reflexões finais

Os autores com visão catastrofista sobre a questão das nacionalidades foram minoria entre os analistas ocidentais no período anterior à Perestroika. A maioria dos autores estrangeiros notava as tensões trazidas pela questão nacional à URSS, mas poucos puderam antever que essas seriam tão graves. Com as reformas de Gorbatchev, houve uma gradual mudança no cenário, até que após os conflitos entre as Repúlicas Soviéticas da Armênia e do Azerbaijão em torno do enclave étnico armênio de Nagorno-Karabakh, em 1988, a visão catastrofista passou a ganhar força.

Um extenso *corpus* de literatura especializada na questão das nacionalidades na URSS - composto tanto por publicações de autores soviéticos quanto de autores ocidentais - apontava para a acomodação ou até mesmo a resolução da questão das nacionalidades. Um analista ocidental considerado defensor emblemático da perspectiva de acomodação da questão nacional é Seweryn Bialer, que argumentou que "a estabilidade da questão das relações entre nacionalidades na URSS do Pós-Guerra é um fato empírico". [252] Na mesma linha, Paul B. Henze afirmou que "não há motivo para esperar que qualquer um destes povos [nacionalidades minoritárias] se revolte em breve... revolta certamente não é uma questão agora. Tampouco a insatisfação nacional em sentido estrito". [253] Por outro lado, do ponto de vista dos cientistas sociais soviéticos, o fato de Brezhnev ter descrito o problema das nacionalidades como resolvido foi tomado como uma espécie de dogma.[254] No entanto, alguns analistas ocidentais, mesmo tendo concluído que a questão das nacionalidades não seria decisiva para a desintegração soviética, apontaram corretamente para os conflitos que poderia causar dentro do sistema soviético. Podemos destacar nesta categoria autores como Gail Lapidus, Alexander Motyl e os supracitados Paul B. Henze e Seweryn Bialer.

---

[252] Bialer (1985, p.216).
[253] Henze (1985, p.16).
[254] Brezhnev proclamou o "sucesso" na resolução da questão das nacionalidades em 1973, na publicação "O piatidesiatiletii SSSR". Brezhnev (1973, p. 19).

A seguir, analisaremos alguns problemas analíticos que podem ter feito com que esses especialistas tenham subestimado o potencial disruptivo do etnonacionalismo para a URSS, pois é fundamental levarmos em conta as premissas teóricas que podem "viciado" a análise desses autores.

Em 1991, quando uma tentativa frustrada de golpe contra Gorbachev, liderada por membros da chamada linha-dura do PCUS tornou evidente a inexorabilidade do processo de desintegração da URSS em 1991, uma *vexata quaestio* se impôs aos cientistas sociais, historiadores e demais analistas de assuntos políticos soviéticos. Apesar de tantos recursos investidos em pesquisas acadêmicas e em inteligência de Estado, sobretudo nos EUA, como explicar que as análises destes especialistas tenham descuidado de analisar detalhadamente o potencial disruptivo do arranjo etnofederal soviético num momento de crise política generalizada? Como puderam negligenciar os indícios que, hoje vistos em retrospectiva, apontavam que a questão das nacionalidades na URSS, apesar de aparentemente bem acomodada dentro de um arranjo que é comumente conhecido como "etnofederalismo" na literatura especializada, poderia tornar-se um "conduíte" para a desintegração de todo o sistema soviético num momento de crise política ou econômica mais ou menos aguda ?

Seymour Martin Lipset e Gyorgy Bence publicaram em 1994 um artigo dedicado a analisar o que julgaram ser a incapacidade generalizada dos especialistas em apontar o iminente colapso soviético em âmbito multifatorial, ou seja, não restrito à questão do nacionalismo étnico, da maneira como é analisada neste trabalho. Para explicar essa falha preditiva dos especialistas, os autores afirmam primeiramente que há de se ressalvar as limitações epistemológicas das ciências sociais em realizar previsões sobre eventos particulares. O autor destaca a limitação do potencial preditivo das teorias do tipo *rational-choice* na sociologia, na ciência política e na economia, centrando as análises em sistemas controlados, com um conjunto limitado de premissas, podendo adotar uma determinada metodologia analítica com a constante ressalva do *ceteris paribus*. [255] Conquanto destaque alguns progressos analíticos advindos dessas teorias para análises em nível micro, sobretudo na economia, Lipset aponta para a incapacidade de uso deste instrumental

[255] Lipset (1994, p. 169).

analítico para fazer predições muito específicas em nível macroscópico, real, sem a cláusula *ceteris paribus*, como foi no caso do colapso em série dos regimes comunistas europeus no final da década de 1980 e início de 1990.

Com certa ironia, Lipset e Bence afirmam que "cientistas sociais são bons historiadores", tendo em vista que conseguem analisar e explicar com muita solidez teórica os processos sociais, políticos e econômicos que já aconteceram.[256] Ao citar as falhas ou, mais precisamente, as previsões inadequadas dos cientistas sociais, Lipset e Bence ressalvaram não haver aí intenção de sugerir incapacidade das ciências sociais de analisar os fenômenos sociais e econômicos, mas sim de que estes estudiosos falharam em suas premissas teóricas básicas e no nível de análise ao minorar o fator do etnonacionalismo e privilegiar a visão da URSS como um monolito.[257]

Tendo em vista esses *insights* teóricos acima, elencamos abaixo uma série de problemas recorrentes nas análises dos especialistas ocidentais antes da Perestroika, que acabaram levando-os a subestimar o potencial desintegracionista da questão das nacionalidades (no caso dos autores não desintegracionistas) ou aspectos deste potencial (no caso dos autores desintegracionistas)

A. Obsessão dos analistas com o potencial disruptivo das populações muçulmanas: A questão das nacionalidades predominantemente muçulmanas foi tratada exaustivamente por d'Encausse e Bennigsen/Broxup. Foi levada em consideração também por R.V. Burks no contexto da guerra do Afeganistão. Porém, nacionalismos das repúblicas populares do leste europeu, do Báltico e da Ucrânia/Bielorússia e seus possíveis impactos sistêmicos sobre a URSS foram marginalizados na maior parte das análises. Todd e Brzezinski trataram da questão apenas *en passant*.

B. Marginalização ou negligência quanto ao potencial disruptivo de eventuais transformações políticas nas repúblicas populares do leste europeu, "satélites"de Moscou, que pudessem vir a causar um efeito dominó. Isto é, desconsiderando uma sucessão de eventos ocorridos décadas antes na Hungria, Tchecoslováquia e Polônia, bem como o

[256] Lipset (1994, p. 170).
[257] Lipset (1994, p. 171).

afastamento de países como Albânia, Romênia e Iugoslávia da órbita de Moscou. O único autor catastrofista que colocou como central esta possibilidade foi E. Todd.

C. Agrupamento das nacionalidades eslavas orientais sob um mesmo guarda-chuva, minimzando o potencial conflitivo ou demandas irredentistas entre russos, ucranianos e bielorussos. Este caso é emblemático da análise de Carrère d'Encausse e R.V. Burks.

D. Fixação em temas de natureza estratégico-militar, além de tomar como certo e rígido, quase imutável, o caráter totalitário do regime político, desconsiderando possibilidades de transformações intra-sistêmicas, redirecionamento de políticas, relaxamento de controle das comunicações, impossiblidade técnica do aparelho estatal de vigiar e controlar todas as atividades de dissidentes. Enfim, predomínio da análise de fatores macropolíticos como se fossem um dado imutável.

E. Em decorrência do fator citado acima, houve o predomínio de uma premissa "realista" (como dito no jargão das Relações Internacionais) na análise da política soviética, com os autores partindo do princípio de que a URSS era um Estado monolítico, visto que altamente centralizado política e militarmente em Moscou. O arranjo etnofederalista era visto como uma concessão menor de Moscou para amainar potenciais ânimos nacionalistas dentro de um Estado multinacional. Por esta razão, autores como Motyl e Lapidus, mesmo apontando diversos fatores disruptivos na questão das nacionalidades soviéticas, concluíram que um cenário desintegracionista seria muito improvável a curto e médio prazo, mesmo que fosse plausível desde um ponto de vista teórico.

F. Desconsideração do potencial explosivo de tensões dentro de enclaves étnicos situados no interior dos territórios das repúblicas soviéticas, quando estes, na verdade, foram os únicos casos de conflitos "quentes" no processo de desintegração, a começar pelo *pogrom* de Sumgait e o conflito armado entre duas entidades federadas da URSS (Armênia e Azerbaijão) pelo controle do enclave étnico de maioria armênia de Nagorno-Karabakh em fevereiro de 1988. Cabe lembrar que o enclave tinha autonomia dentro da

RSS do Azerbaijão. O conflito armado em Nagorno-Karabakh é emblemático dessa falha analítica, por ter acontecido três anos antes da dissolução da URSS, num contexto político em que ambos contendores eram unidades políticas federadas afiliadas ao mesmo Estado federal. Mesmo assim, nos três anos seguintes muitos estudiosos continuaram a traçar cenários prospectivos indicando uma continuidade da URSS, ainda que sob a forma de um novo modelo federativo. Posteriormente ainda ocorreriam conflitos na Geórgia em torno de três territórios autonômos e na Moldávia, que foi acomodado com a secessão *de facto* da região da Transnístria. E, por último, não encontramos entre os autores analisados qualquer menção a potenciais sublevações secessionistas em enclaves étnicos dentro da própria Federação Russa, como no Tartaristão, Bashkíria, Chechênia, Inguchétia e Daguestão. Nos três últimos ocorreram conflitos armados bastante graves na década de 1990, com possibilidade real de secessão.

G. Uma falha genérica dos sociólogos e cientistas políticos em antecipar os desafios trazidos pelo etnonacionalismo aos Estados plurinacionais. Aqui tratamos de um problema teórico generalizado, que não ficou restrito aos estudiosos da URSS. Até o final da década de 1980 era predominante, tanto entre os teóricos marxistas quanto entre os não marxistas, a visão modernista do fenômeno do nacionalismo étnico. Era prevalente a argumentação de que a identidade étnica refletia as condições da sociedade tradicional, predominantemente agrária, na qual as pessoas viviam em pequenas comunidades isoladas, num contexto de ausência ou limitação das comunicações de massa e que a tendência histórica seria o desaparecimento dos particularismos étnicos, por meio da sua assimilação na sociedade de massa. Aliás, devemos ressaltar, pelo contrário, que os autores aqui analisados tentaram, de diferentes maneiras, adotar uma abordagem mais empiricista sobre o fenômeno do nacionalismo étnico, tendo ousado fazer previsões fora do paradigma modernista mais ortodoxo, mesmo que sem grandes elaborações teóricas para justificar esta abordagem.[258]

---

[258]. Exemplar desta abordagem empiricista e desafiadora do paradigma modernista é o seguinte trecho de *Brzezinski* (1969,p. 160). "Ainda vivemos na era dos nacionalismos, dos quais nem a Bélgica e o Canadá podem escapar […]e meu sentimento generalizado é que será extraordinariamente difícil para a URSS evitar que suas inúmeras nacionalidades constituintes atravessem uma fase de nacionalismo étnico assertivo"

Em suma, a questão nacional foi "escorregadia" para a maioria dos analistas no período pré-perestroika. Os autores não catastrofistas subestimaram o seu potencial desintegrador. Por isso é mais ainda notável o trabalho dos poucos autores que, como vimos, tinham uma visão "catastrofista" do problema, isto é, chamavam a atenção para a possibilidade de uma dissolução ou desintegração da URSS baseada (no todo ou em grande parte) nesta questão. Entretanto, vimos que mesmo esses autores conscientes do potencial desintegrativo da questão das nacionalidades muitas vezes erraram em *quais* desses problemas nacionais realmente vieram a ter mais peso durante a perestroika e no período da dissolução da URSS. Isso demonstra a complexidade da questão.

Em termos teóricos, devemos notar que nem o paradigma modernista/instrumentalista nem o paradigma perenialista/primordialista parecem ter dado conta de toda a complexidade da questão referida acima. Por exemplo, as previsões modernistas/instrumentalistas dos soviéticos de que a mudança no regime social rumo ao comunismo acarretaria desaparição dos problemas nacionais típicos da época burguesa não se concretizaram. Por outro lado, autores (inclusive catastrofistas) que enfatizavam a persistência de identidades etnonacionais seculares através do tempo nem sempre acertaram nos conflitos específicos que realmente ocorreram. Em um regime que, na prática, se revelou "híbrido" (a URSS se baseava na ideologia marxista basicamente modernista, mas adotou uma divisão territorial calcada em princípios etnonacionais tradicionais e de longa antiguidade), a melhor abordagem teórica parece ser a solução igualmente "mista" do etnosimbolismo do tipo de Anthony D. Smith. Através dela podemos levar em consideração as novas influências (inéditas em escala mundial) que o regime soviético trouxe para suas populações em seu experimento com o socialismo ao mesmo tempo em que igualmente consideramos as raízes profundas, no tempo e no espaço, que aqueles grupos étnicos tinham entre si e com os outros e que, ajuntadas com o fato do princípio do *jus sanguinis* ter sido imperante na União Soviética, resultou em mais de cem nacionalidades convivendo dentro daquele Estado multinacional: literalmente havia relações internacionais (inter-nacionais) dentro de um mesmo país!

ANEXO

Comentário: Trata-se de um telegrama do serviço diplomático dos Estados Unidos (embaixada em Moscou), datado de 22 de Fevereiro de 1978, classificado, na época, como "secreto", publicado clandestinamente pela organização Wikileaks. O documento original não tinha paragrafação e foi editado, neste anexo, com a divisão em parágrafos, para facilitar sua leitura. Porém, todo o restante do texto foi mantido na íntegra, inclusive o uso exclusivo de letras maiúsculas. O documento original está disponível em:

https://wikileaks.org/plusd/cables/1978MOSCOW03124_d.html

SOVIET NATIONAL MINORITIES AND US POLICY

MOSCOW A-266 SUMMARY: THE EMBASSY HEREIN SUMMARIZES ITS OBSERVATIONS ON CURRENT SITUATION OF SOVIET NATIONAL MINORITIES, SECRET SECRET PAGE 02 MOSCOW 03124 01 OF 04 281417Z GIVES ITS VIEWS ON PROBABLE FUTURE DIRECTION OF DEVELOPMENTS, SUGGESTS THAT USG HAS A REAL, IF LIMITED, INTEREST IN CONTINUATION OF NATIONAL CONSCIOUSNESS IN THE MINORITY REPUBLICS AND OFFERS POLICY SUGGESTIONS TOWARD PROMOTING THAT INTEREST.

THE EMBASSY SUMMARIZED ITS SPECIFIC OBSERVATIONS ON THE SOVIET NATIONALITY QUESTION AND SET OUT ITS PRESENT UNDERSTANDING OF THE PROBLEMS NATIONALISM CAUSES THE REGIME. --THE FIRST CATEGORY OF PROBLEMS STEMS FROM THE EXISTENCE OF ENDURING AND OFTEN WIDELY DIFFERING HERITAGES AMONG SOVIET NATIONALITIES. THIS LEADS TO A VARIETY OF SOCIOECONOMIC AND CULTURAL OBSTACLES TO REGIME GOALS.

1. SUCH PHENOMENA AS FAMILY SIZE, RELIGION, LANGUAGE, SOCIAL AND GEOGRAPHIC MOBILITY HINDER POLICIES ADOPTED BY THE REGIME AND WILL CONTINUE PARTICULARLY TO AFFECT THE SOVIET LABOR FORCE AND MILITARY MANPOWER BASE. THE SOVIETS HAVE LIT-

TLE DIRECT CONTROL OVER THESE PHENOMENA UNDER PRESENT CIRCUMSTANCES AND, AS BREZHNEV MADE CLEAR AT THE OCTOBER 1977 SUPREME SOVIET SESSION, NATIONAL DIFFERENCES ARE TO BE ACCEPTED AS A "GIVEN" FOR DOMESTIC POLICY IN THE NEAR TERM. --THE SECOND CATEGORY OF PROBLEMS CONSISTS OF THOSE WHICH THE SOVIET LEADERSHIP WOULD CONSIDER URGENT AND REQUIRING IMMEDIATE ATTENTION. AMONG THEM WE WOULD INCLUDE SUCH PROBLEMS AS NATIONALISTIC DISSENT, AND MANIFESTATIONS OF NATIONALISM WHICH THREATEN MAINTENANCE OF AN EFFECTIVE ARMY OR RATIONAL DISTRIBUTION OF THE LABOR FORCE.

2. IN OUR VIEW, THE PROBLEMS NATIONALISM CURRENTLY POSES FOR THE SOVIET LEADERSHIP TEND TO FALL WITHIN THE FIRST CATEGORY AND ARE, THEREFORE, MORE PASSIVE THAN ACTIVE. ALTHOUGH WE DO NOT SEE NATIONALISM IN ANY OF THE REPUBLICS AS AN URGENT, IMMEDIATE PROBLEM FOR THE LEADERSHIP, THERE ARE SOME AREAS - THE BALTIC REPUBLICS, THE WESTERN UKRAINE AND GEORGIA - WHERE NATIONALISM APPEARS TO BE RELATIVELY ACTIVE, AND THERE ARE POTENTIAL PROBLEMS IN MANY OTHER AREAS. IN THESE AREAS, THE LEADERSHIP FACES ECONOMIC, CULTURAL, RACIAL, MILITARY AND PARTY PROBLEMS WHICH HAVE, AT LEAST THEORETICALLY, THE POTENTIAL FOR ACTIVATING NATIONALITY ISSUES WHICH WOULD REQUIRE IMMEDIATE, HIGHLEVEL ATTENTION.

3. PROSPECTS FOR THE NATIONAL MINORITIES. WHILE THE REGIME MIGHT PREFER, IDEALLY, TO ELIMINATE THE POTENTIAL FOR NATIONALLY-ORIENTED BEHAVIORS WHICH COULD DAMAGE ITS ABILITY TO ACHIEVE IMPORTANT OBJECTIVES, THE CURRENT LEADERSHIP SEEMS WELL AWARE OF THE POLITICALLY EXPLOSIVE NATURE OF NATIONALITY ISSUES AND APPEARS CONTENT, FOR LACK OF ANY BETTER ALTERNATIVE, TO TRY TO ESTABLISH "OBJECTIVE" SOCIOECONOMIC CONDITIONS WHICH OVER THE VERY LONG TERM THEY HOPE WILL ROB NATIONALITY

DIFFERENCES OF THEIR POLITICAL SALIENCE, IF NOT ELIMINATE THEM ALTOGETHER.

4. NATIONALITY DEVELOPMENTS OVER THE SHORTER RUN - THE NEXT FIVE TO TEN YEARS - WILL BE CONSTRAINED BY THE REALITY OF THE OVERWHELMING CAPABILITY OF THE CENTRAL AUTHORITIES TO IMPOSE THEIR WILL ON THE MINORITY NATIONALITIES AND BY THEIR WILLINGNESS, IF PRESSED, TO USE THAT CAPABILITY. WE SEE LITTLE LIKELIHOOD THAT THE POWER AT THE DISPOSAL OF THE CENTRAL AUTHORITIES WILL BE SIGNIFICANTLY AFFECTED BY CIRCUMSTANCES SHORT OF SEVERE MILITARY REVERSES IN WAR OR AN UNPRECEDENTED SERIES OF ECONOMIC DISASTERS. BOTH ARE SUFFICIENTLY REMOTE CONTINGENCIES, IN OUR VIEW, AS NOT TO PLAY A SERIOUS ROLE IN PLANNING US POLICY.

5. IF THE CONTINUATION OF THE EXISTENCE OF OVERWHELMING SOVIET CENTRAL POWER IS CLEAR, THE CONTINUED WILLINGNESS OF THE CENTRAL AUTHORITIES TO USE THAT POWER SEEMS ONLY SLIGHTLY MORE QUESTIONABLE. IT IS CONCEIVABLE THAT A REFORMIST, POST-BREZHNEV REGIME (ASSUMING ONE SHOULD EVENTUALLY COME TO POWER) MIGHT BE LESS WILLING TO USE FORCE TO IMPOSE ITS WILL, OR MIGHT BE PERCEIVED AS LESS WILLING BY MEMBERS OF SOVIET MINORITY NATIONALITIES. UNDER THE LATTER CIRCUMSTANCES, THE EVENTS OF EASTERN EUROPE IN 1956, OR OR PRAGUE IN 1968, CONCEIVABLY MIGHT PLAY THEMSELVES OUT AGAIN WITHIN THE SOVIET UNION, MOST LIKELY WITH SIMILARLY TRAGIC RESULTS.

6. WE THINK IT MORE PLAUSIBLE, HOWEVER, THAT OPEN NATIONALITY CONFLICT WILL CONTINUE TO BE REPRESSED AND TO BE PERCEIVED BY MOST MEMBERS OF MINORITY NATIONALITIES AS COSTLY AND FUTILE. NATIONALITY CONFLICTS ARE LIKELY TO MANIFEST THEMSELVES BEHIND THE SCENES, IN SUCH AREAS AS COMPETITION FOR SCARCE RESOURCES, OR INSISTENCE ON CULTURAL EXPRESSION AND USE OF NATIVE LANGUAGE. PARTICULARLY IF THE SOVIET UNION CONTINUES

TO EXPERIENCE SLOWER ECONOMIC GROWTH THAN THAT TO WHICH IT HAS BEEN ACCUSTOMED, AS SEVERAL STUDIES HAVE SUGGESTED, SUCH INTERNAL POLITICAL CONFLICTS ARE LIKELY TO BECOME MORE INTENSE AND TO COMMAND MORE OF THE TOP LEADERSHIP'S ATTENTION, AS DISTRIBUTION ISSUES BECOME MORE SALIENT. RELATIVELY LESS WILL BE AVAILABLE FOR INVESTMENT, AND ECONOMIC PRIORITIES MAY DICTATE LOCATING IT IN AREAS IN SIBERIA, WHILE POLITICAL PRIORITIES AND THE AVAILABILITY OF A LABOR SURPLUS WOULD ARGUE FOR DIRECTING IT TOWARD CENTRAL ASIA.

7. PERCEPTIONS OF DISTRIBUTION INEQUITES WHICH UP TO NOW DO NOT SEEM TO HAVE PLAYED A MAJOR ROLE IN FEELINGS OF NATIONAL IDENTITY (WITH THE POSSIBLE EXCEPTION OF THE MEAT-EXPORTING BALTIC STATES), COULD BE SUPERIMPOSED ON AWARENESS OF LINGUISTIC, ETHNIC AND RELIGIOUS DIFFERENCES TO PRODUCE AMONG MINORITY NATIONALITIES GREATER ALIENATION FROM THE CENTRAL AUTHORITIES. NEVERTHELESS, THE POWER REALITIES ARE SUCH THAT THESE FEELINGS ARE UNLIKELY TO BE TRANSMUTED INTO WIDESPREAD ORGANIZED RESISTANCE, ALTHOUGH THEY MAY PRODUCE OCCASIONAL ANOMIC BEHAVIORS - RIOTS, SMALL-SCALE SABOTAGE, GREATER PERSONAL HOSTILITY TOWARD RUSSIANS. MOREOVER, PRESSURES IN THIS DIRECTION WILL BE AT LEAST PARTLY, AND PERHAPS FULLY, COUNTERBALANCED BY PROCESSES OF ASSIMILATION SUCH AS INTERMARRIAGE, AND PERSONAL ECONOMIC OR PROFESSIONAL ADVANCEMENT, REINFORCED BY THE BENEFITS ACCRUING FROM A NATION-WIDE DIVISION OF LABOR WHICH MAY BE DEFENSIBLE ON GROUNDS OF SIMPLE ECONOMIC RATIONALITY.

8. U.S. INTERESTS AND POLICIES. AS INDICATED IN THE DEPARTMENT'S STATEMENT OF U.S. GOALS AND OBJECTIVES IN THE USSR (77 STATE 295597), THE FUNDAMENTAL INTERESTS OF THE U.S. VIS-A-VIS THE USSR ARE: --STRENGTHENED BILATERAL AND OTHER ARMS CONTROL EFFORTS. --CONSTRUCTIVE SOVIET INTERNATIONAL BEHAVIOR. --

PROJECTION OF U.S. VIEWS TO THE SOVIET LEADERSHIP AND PEOPLE. -- EXPOSURE OF THE SOVIET UNION TO HUMAN RIGHTS CONCERNS. -- IMPROVED BILATERAL ATMOSPHERE AND TRADE.

9. WITHIN THE CONTEXT OF THESE FUNDAMENTAL INTERESTS, WE BELIEVE THAT THE CONTINUATION OF A CONSCIOUSNESS OF NATIONAL IDENTITY WITHIN THE NON-RUSSIAN REPUBLICS OF THE USSR IS ALSO IN THE U.S. INTEREST. THIS IS PARTICULARLY TRUE INSOFAR AS THESE NATIONAL DIFFERENCES ENGENDER SOME UNCERTAINTY WITHIN THE SOVIET LEADERSHIP ABOUT THE ULTIMATE LOYALTY OF THE REGIME'S MINORITY NATIONALITIES AND THEREFORE EXERCISE A RESTRAINING INFLUENCE ON ITS FOREIGN POLICY BEHAVIOR. FORMULATING AND IMPLEMENTINGA U.S. POLICY OF ENCOURAGING THE CONTINUATION OF NATIONAL CONSCIOUSNESS WITHIN THE NON-RUSSIAN REPUBLICS, HOWEVER, REQUIRES A DEGREE OF DELICACY WHICH OUR PRESENT LEVEL OF KNOWLEDGE DOES NOT READILY PERMIT. TO GIVE AN EXTREME EXAMPLE, IT WOULD BE BOTH UNCONCIONABLE AND UNDESIRABLE IN TERMS OF THE MORE FUNDAMENTAL U.S. INTERESTS WE HAVE CITED FOR US TO CONTRIBUTE UNWITTINGLY TO A HUNGARY 1956TYPE SITUATION IN ONE OF THE MINORITY REPUBLICS. A LESS EXTREME OUTCOME TO A POORLY CONCEIVED POLICY MIGHT BE THE RE-AWAKENING OF A MORE CHAUVINISTIC FORM OF RUSSIAN NATIONALISM, A POSSIBILITY WHICH WE HAVE DISCUSSED IN REFAIRS AND WHICH ALSO SEEMS TO US NOT IN THE U.S. INTEREST.

10. WE FIND OUR TASK ANALOGOUS, THEREFORE, TO THAT WHICH CONFRONTS U.S. POLICY IN EASTERN EUROPE - TO ENCOURAGE THE CONTINUATION OF NATIONAL AND ETHNIC CONSCIOUSNESS OVER THE LONG-TERM BY CAREFUL AND INDIRECT MEASURES WHICH TRY TO AVOID PRODUCING SITUATIONS WHICH WOULD LEAD TO LARGESCALE REPRESSION. A POLICY WHICH GOES BEYOND THESE GOALS AND ATTEMPTS TO CONFRONT THE SOVIET LEADERSHIP WITH URGENT, IMMEDIATE NATIONALITY PROBLEMS IS UNLIKELY TO SUCCEED AND, IN THE UNLIKELY

EVENTUALITY THAT IT DID, WOULD NOT ADVANCE MORE FUNDAMENTAL INTERESTS, AND WOULD ALMOST CERTAINLY LEAD TO HARSH DOMESTIC REPRESSION. IN DEALING WITH INTERNAL DISSENT - WHETHER BASED ON NATIONALISTIC, "REFUSENIK," RELIGIOUS OR HUMAN RIGHTS CONCERNS THE SOVIET LEADERS HAVE SHOWN THEMSELVES TO HAVE A SHORT FUSE AND A LONG ARM. NO "PRAGUE SPRING" IS LIKELY IN THE SOVIET UNION AS LONG AS THE VIEWPOINT OF THE CURRENT LEADERSHIP PREVALIS.

11. SPECIFIC POLICY SUGGESTIONS. THERE ARE A NUMBER OF TANGIBLE, BUT NOT PARTICULARLY CONTROVERSIAL STEPS THE UNITED STATES COULD TAKE TO DEMONSTRATE ITS INTEREST IN THE NATIONAL MINORITIES, PARTICULARLY BY INCREASING THE ATTENTION IT PAYS TO THEM. --FIRST, WE SHOULD DEVELOP AND MAINTAIN WITHIN THE USG A CAPACITY TO FOLLOW DEVELOPMENTS IN THE MORE IMPORTANT MINORITY AREAS BY HAVING INTELLIGENCE ANALYSTS CAPABLE OF FOLLOWING PUBLICATIONS IN THESE LANGUAGES. AT PRESENT, WE SEE NO EVIDENCE THAT THE USG HAS THE CAPACITY TO KEEP AN EYE ON INTELLECTUAL CURRENTS IN THE EIGHT OR TEN KEY MINORITY AREAS. --REGARDING USG SPONSORED BROADCASTING IN SOVIET MINORITY LANGUAGES, OUR GENERAL IMPRESSION IS THAT THE LANGUAGE COVERAGE AND TIME DEVOTED TO THIS ACTIVITY IS ABOUT RIGHT FOR BOTH VOA AND RL. HOWEVER, STEPS SHOULD BE TAKEN TO IMPROVE THE QUALITY AND RELEVANCE OF THE NONRUSSIAN LANGUAGE BROADCASTS, AND THIS WILL REQUIRE RECRUITMENT AND TRAINING OF AMERICAN SUPERVISORS WHO HAVE A KNOWLEDGE OF THE LANGUAGES IN QUESTION. --EFFORTS COULD BE MADE TO EXPAND THE ITINERARY OF HIGHLEVEL VISITING DELEGATIONS, BOTH CONGRESSIONAL AND EXECUTIVE, BEYOND THE USUAL LENINGRAD-MOSCOW CIRCUIT (ALTHOUGH NOT TO THE THREE BALTIC CAPITALS, WITHOUT CAREFUL CONSIDERATION OF OUR "NON-RECOGNITION" POLICY). WE BELIEVE THAT VISITS TO REPUBLIC CAPITALS WOULD RECEIVE FAR GREATER LOCAL ATTENTION THAN THEY RECEIVE IN THE MORE JADED PRESENT AND FORMER CAPITALS OF

THE COUNTRY. --IF THE SOVIETS CONTINUE TO REJECT OUR EFFORTS TO ESTABLISH A CONSULATE IN VLADIVOSTOCK, WE SHOULD CONSIDER TAKING ACTIVE STEPS TOWARD THE ESTABLISHMENT OF A U.S. CONSULATE IN TASHKENT AS OUR PART OF THE THIRD PAIR OF CONSULATES AGREED WITH THE SOVIETS IN 1974. WITH THE EXCEPTION OF VLADIVOSTOCK, IT SEEMS TO US THAT FOR ECONOMIC AND DEMOGRAPHIC REASONS, CENTRAL ASIA SHOULD BE THE SITE OF OUR NEXT CONSULATE, AND UZBEKISTAN, WITH THE LARGEST POPULATION OF THE CENTRAL ASIAN REPUBLICS, IS THE LOGICAL CHOICE. ALTHOUGH MUCH WORK REMAINS TO BE DONE BEFORE OUR CONSULATE IN KIEV IS OPENED, THE LEADTIME IN ESTABLISHING OFFICES HERE IS SO GREAT THAT IT IS NONE TOO SOON TO BEGIN DISCUSSIONS WITH THE SOVIETS ON A THIRD CONSULATE. INITIATING SUCH TALKS WOULD DEMONSTRATE OUR INTEREST IN EXPANDING CONSTRUCTIVE RELATIONSHIPS, AND MIGHT MAKE IT POSSIBLE TO HAVE AN ADVANCE PARTY IN PLACE BY 1980.

--THE U.S. PRESENCE IN THE NON-RUSSIAN REPUBLICS COULD ALSO BE EXPANDED BY ENCOURAGING U.S. SCHOLARS TO STUDY IN THEM. FEW OF THOSE WHO SPEND EXTENDED PERIODS OF TIME STUDYING IN THE SOVIET UNION ARE LOCATED OUTSIDE OF LENINGRAD AND MOSCOW. IF THEY WERE, RECENT EXPERIENCE SUGGESTS THAT THEY WOULD PROVIDE A USEFUL DIRECT SOURCE OF INFORMATION TO THE EMBASSY AND MAKE INFORMED CONTRIBUTIONS TO SCHOLARLY DISCUSSIONS ABOUT DEVELOPMENTS IN THE REPUBLICS UPON THEIR RETURN TO THE UNITED STATES. WE SHOULD TRY TO FIND A WAY TO SELECT AND FUND QUALIFIED PEOPLE WHO ARE INTERESTED IN STUDYING IN THE REPUBLICS. --IN ORDER TO SUPPORT MORE INTENSIVE PRIVATE U.S. STUDY OF THE MINORITY AREAS, CONSIDERATION SHOULD BE GIVEN TO FEDERAL FUNDING OF GRADUATE STUDY AND RESEARCH PROGRAMS IN THE U.S. SUCH AS THE UKRAINIAN RESEARCH CENTER AT HARVARD AND THE CENTRAL ASIAN PROGRAM AT COLUMBIA. WITHOUT FEDERAL GOVERNMENT SUPPORT, IT IS UNLIKELY THAT STUDY PROGRAMS ON THE SOVIET NATIONALITIES

WILL HAVE THE CAPACITY TO PRODUCE THE SPECIALISTS WE NEED IN THIS AREA.

12. CONCLUSION.

WE THINK IT IMPORTANT THAT THE SOVIET MINORITY NATIONALITY QUESTION BE KEPT IN PROPER PERSPECTIVE. THERE ARE OTHER ISSUES VIS-A-VIS THE SOVIET UNION WHICH TOUCH FAR MORE FUNDAMENTAL U.S. INTERESTS. MOREOVER, U.S. ABILITY TO AFFECT SOVIET NATIONALITY DEVELOPMENTS, PARTICULARLY BY MEANS CONSONANT WITH OUR MORE FUNDAMENTAL OBJECTIVES, IS VERY LIMITED AND LIKELY TO REMAIN SO. WITHIN THIS FRAME WORK, HOWEVER, THERE EXISTS A GENUINE U.S. INTEREST IN THE CONTINUATION OF NATIONAL CONSCIOUSNESS WITHIN THE MINORITY REPUBLICS AND SOME TOOLS, SUCH AS THOSE DISCUSSED ABOVE, TO FURTHER THAT INTEREST.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ADAMEC, Martin. *Formação e desenvolvimento da identidade nacional e da nação eslovaca: Eslováquia: uma estado sem nação?* Dissertação de mestrado em Ciência Política – Universidade de Brasília, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.* Londres: Verso, 1991.

AZRAEL, Jeremy R. *Soviet Nationalities Policies and Practices*. Nova York: Praeger, 1978. Cap. 12: Emergent Nationality Problems in the USSR, p. 363-390.

BALAKRISHNAN, Gopal. (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAUER, Otto. A Nação. In BALAKRISHNAN, Gopal (org.) Um Mapa da Questão Nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BENNIGSEN, Alexandre, BROXUP, Marie. *The Islamic Threat to the Soviet State*. Nova York: St. Martin's, 1983.

BIALER, Seweryn. *Stalin's Successors*: leadership, stability and change in the Soviet Union. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

BREUILLY, John. *Nationalism and the State***.** Manchester: Manchester University Press, 1993.

BREZHNEV, Leonid. *O piatidesatiletii Soyuza sovietskikh sotsialisticheskikh respublik.* Moscou: Politizdat, 1973.

BRUBAKER, Rogers. Nationhood and the national question in the Soviet Union and post-Soviet Eurasia: An institutionalist account. *Theory and society*, v. 23, n. 1, p. 47-78, 1994.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Soviet Politics*: *from the future to the past?* Nova York: Research Institute on International Change of Columbia University, 1975.

BRZEZINSKI, Zbigniew et al. Between two ages. Nova York: Viking Press, 1970.

BURKS, Richard V. The Coming Crisis in the Soviet Union. In: SHTROMAS, A. e KAPLAN, M. *The Soviet Union and the Challenge of the Future: Volume 1 The Soviet System: Stasis and Change.* Nova Iorque: Paragon House Publishers, 1987. P. 201-300.

CONNOR, John. Beyond Reason: the Nature of the Ethnonational Bond. *Ethnic and Racial Studies*, XVI, p. 373-89. 1993

CONNOR, John. Nationalism and Political Illegitimacy. In: Conversi, Daniele (ed.) *Ethnonationalism in the Contemporary World: Walker Connor and the Theory of Nationalism*. Londres: Routledge, 2004.

CONQUEST, Robert. *The Nation Killers: The Soviet Deportation of Nationalities*. Londres: Macmillan, 1970.

CONVERSI, Daniele. Mapping the Field: Theories of Nationalism and the Ethnosymbolic Approach. In: Leoussi, Athena & Grosby, Steven (eds.) *Nationalism and Ethnosymbolism: History, Culture and Ethnicity in the Formation of Nations*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007. P. 15-30.

CROSS, Samuel Hazzard. "The Russian Primary Chronicle". In: *Harvard Studies and Notes in Philology and Literature*, v. 12, 1930.

D'ENCAUSSE, Hélène Carrère. *L'empire éclaté: la révolte des nations en URSS*. Paris: Flammarion, 1978.

D'ENCAUSSE, Hélène Carrère. *The End of the Soviet Empire*: the triumph of the nations. Nova York: Basic Books, 1993.

DUTTER, Lee E. Theoretical perspectives on ethnic political behavior in the Soviet Union. In: Journal of Conflict Resolution, v. 34, n. 2, p. 311-334, 1990.

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism.* Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GORBACHEV, Mikhail Sergeevitch. Political Report of the CPSU Central Committee to the 27th Congress of the Communist Party of the Soviet Union - Delivered by Comrade M.S. Gorbachev, General Secretary of the CPSU Central Committee, on Feb. 26, 1986. Disponível em: http://marxism.halkcephesi.net/soviet%20archives/Congre%20reports/congress%20%2027.htm

HASTINGS, Adrian. *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism.* Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HIRSCH, Francine. "The Soviet Union as a work-in-progress: ethnographers and the category nationality in the 1926, 1937, and 1939 censuses." *Slavic Review* 56.2 (1997): 251-278.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HROCH, Miroslav. Do movimento Nacional à Nação Plenamente Formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, G. (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. P. 85-106.

HUTCHINSON, J.; SMITH, A. D. (org.) *Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

JUDT, Tony. Pós-guerra. Editora Objetiva, 2008.

KEDOURIE, Elie. *Nationalism.* Londres, Hutchinson, 1960.

KALINOVSKY, Artemy. 8 Encouraging Resistance. "Paul Henze, the Bennigsen school, and the crisis of détente". 2014.

LAPIDUS, Gail. *The Nationality Problem and the Soviet Future* (Kennan Institute Occasional Paper n. 168). Washington: Kennan Institute for Advanced Russian Studies of the Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1983.

LAPIDUS, Gail. Ethnonationalism and Political Stability: the Soviet case. *World Politics*, v. 36, n.4, p. 555-580, 1984.

LENIN, V. I.. *The national pride of the Great Russians*. Moscou: Foreign Languages Publisher House, 1951.

LINDEN, Carl A., SIMES, Dmitri K. (eds.) *Nationalities and Nationalism in the USSR: a Soviet Dilemma*. Washington: Center for Strategic and International Studies of the Georgetown University, 1977.

LIPSET, Seymour Martin; BENCE, Gyorgy. Anticipations of the Failure of Communism. Theory and Society, v. 23, n. 2, p. 169-210, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. The National Question. In: DAVIS, Horace B. The National Question - Selected Writings by Rosa Luxemburg. New York: Monthly Review Press, 1976.

MaCKENZIE, David, CURRAN, Michael W. A History of Russia and the Soviet Union. Homewood: The Dorsey Press, 1977.

MARTIN, Terry Dean. The affirmative action empire: nations and nationalism in the Soviet Union, 1923-1939. Cornell University Press, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MOTYL, Alexander J. Reassessing the Soviet Crisis: Big Problems, Muddling Through, Business as Usual. In: Political Science Quarterly, v. 104, n. 2, p. 269-280, 1989.

MOTYL, Alexander J. *Will the non-Russians rebel?: state, ethnicity, and stability in the USSR*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

NIMNI, Ephraim. Nationalist Multiculturalism in late Imperial Austria as a critique of contemporary liberalism: The Case of Bauer and Renner. Journal of Political Ideologies, Vol. 4 No. 3, 1999.

ÖZKIRIMLI, Umut. The nation as an artichoke? A critique of ethnosymbolist interpretations of nationalism. Nations and Nationalism 9 (3), 2003, p. 339–355.

PERIWAL, Sukumar. Notions of Nationalism. Budapest: Central European University Press, 1995.

PETRUS, Joseph A. Marx and Engels on the National Question. The Journal of Politics, Vol. 33, No.3, Cambridge University Press, 1971, p. 797-824.

PIPES, Richard. The Formation of the Soviet Union: communism and nationalism, 1917-1923. Harvard University Press, 1964.

RAKOWSKA-HARMSTONE, Teresa. "Ethnicity in the Soviet Union." *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 433 (1977): 73-87.

RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une Nation?* Paris: Pocket/Agora, 1993.

SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS: um estudo das causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SLEZKINE, Yuri. " The USSR as a Communal Apartment, or How a Socialist State Promoted Ethnic Particularism". In: Slavic Review, Vol. 53, No. 2, pp. 414-452, 1994.

SHEEHY, A., 1979. The Tashkent Conference and Its Draft Recommendations on the Teaching of Russian, s.l.: Radio Liberty Report.

SHTROMAS, Alexander. How the End of the Soviet System May Come About: Historical Precedents and Possible Scenarios. In: SHTROMAS, A. e KAPLAN, M. *The Soviet Union and the Challenge of the Future: Volume 1 The Soviet System: Stasis and Change.* Nova Iorque: Paragon House Publishers, 1987. P. 201-300.

SHTROMAS, Alexander. Prospects for restoring the Baltic states' independence: A view on the prerequisites and possibilities of their realization. *Journal of Baltic Studies*, v. 17, n. 3, p. 256-279, 1986.

SHTROMAS, Alexander e KAPLAN, Morton. *The Soviet Union and the Challenge of the Future: Volume 1 The Soviet System: Stasis and Change.* Nova Iorque: Paragon House Publishers, 1987.

SMITH, Anthony D. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Basil Blackwell, 1999.

SMITH, Anthony D. *Nationalism*. Malden: Polity, 2001.

SMITH, Anthony D. *The Antiquity of Nations*. Malden: Polity, 2004.

STALIN, J. O marxismo e o problema nacional e colonial. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

S. ENDERS WIMBUSH (Org.) Soviet Nationalities in Strategic Perspective. Londres: Croom Helm, 1985.

SUNY, Ronald Grigor. Nationalist and ethnic unrest in the Soviet Union. World Policy Journal, v. 6, n. 3, p. 503-528, 1989.

SUNY, Ronald Grigor; MARTIN, Terry. A State of Nations: Empire and Nation-making in the Age of Lenin and Stalin. Oxford University Press, 2001.

TISHKOV, Valerii A. The Soviet Empire Before and After Perestroika. *Theory and Society*, v. 20, n.5, p. 603-629, 1991.

TODD, Emmanuel. *A Queda Final:* A decomposição do sistema soviético. Rio de Janeiro: Record, 1976.

TODD, Emmanuel. *La chute Finale: essai sur la décomposition de la sphère soviétique*. Paris : R. Laffont, 1991.

VAN DEN BERGHE, Pierre. *The Ethnic Phenomenon*. New York: Elsevier, 1981.

VERNADSKY, George. *A History of Russia.* New York: New Home Library, 1944.

ZASLAVSKY, Viktor. *The Neo-Stalinist State*: class, ethnicity and change in Soviet society. Armonk (EUA): M.E. Sharpe, 1982.

ZNAKOV, F. *Pamyatnaya Zapiska*. Radio Liberty Arkhiv Samizdata, n. 374, 1966.